



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 13ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 30 DE MAIO DE 2023

ATA Nº. 15 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO DEZ, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO ONZE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.3. ATA DA DÉCIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO DOZE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.3.1. VOTAÇÃO
- 3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.5. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
- 3.6. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)

- 3.7. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.10. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.11. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.13. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.14. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.15. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.16. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.17. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.18. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.19. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.20. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.22. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.23. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO AO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - APRECIADO
- 4.2. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE OEIRAS
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 346/2023 – DPOC – RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DE 2022 DA C.M.O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 347/2023 – DPOC – RELATIVA À APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2022
- 4.4.1. VOTAÇÃO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR. JOSÉ HENRIQUE BANDEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.3. SR^a. PATRÍCIA OLIVEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.4. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.5. SR. RICARDO MANUEL FELIZARDO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.6. SR^a. EUGÉNIA MARIA PIRES, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.7. SR. GONÇALO CASTRO PEREIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.10. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.11. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 5.12. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Presidência</i>			
a 30-05-2023			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	15		
PS	3		
PSD	2		
EO	2		
CDU	—		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	—		
INOVAR BARCARENA	—		
INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS	—		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS CAXIAS	—		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 13ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 30 DE MAIO DE 2023

-----ATA Nº. 15 / 2023 -----

----- Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. - -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em representação (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo, Sónia Maria Antas de

Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, João Rafael Marques Santos, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, José Fernando Madeira Fortunato Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária. -- -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apresentação dos projetos vencedores da Assembleia Municipal Jovem de Oeiras;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 346/2023 – DPOC – relativa à Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022 da C.M.O.;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 347/2023 – DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente a 2022;-----

4. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte:-----

----- “Vamos então dar início aos nossos trabalhos, com a aprovação das atas.-----

----- Hoje temos novamente a nossa colega Fátima Rodrigues, aqui em substituição do Segundo Secretário, que pediu substituição.”-----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezoito de abril de dois mil e vinte e três – Ata número dez, de dois mil e vinte e três -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois do Grupo

Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, António Rita Martins Caro e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, do Partido Socialista, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega e José Fernando Madeira Fortunato Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.2. Ata da Nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e três – Ata número onze, de dois mil e vinte e três-

3.2.2.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e seis votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). - -----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, António Rita Martins Caro e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, do Partido Socialista, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega e José Fernando Madeira Fortunato Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram

presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

3.2.3. Ata da Décima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dois de maio de dois mil e vinte e três – Ata número doze, de dois mil e vinte e três -----

3.2.3.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, António Rita Martins Caro e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Bárbara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e José Fernando Madeira Fortunato Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --

3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Nós hoje temos connosco os alunos que tiveram as propostas (a primeira, segunda e terceira) vencedoras e que estiveram na Assembleia Municipal Jovem. O grupo da proposta número um, vencedora, tem um exame de matemática até às dezasseis horas. Resulta que vamos tentar organizar o nosso espaço provavelmente até antecipando, trocando um dos pontos da ordem de trabalhos, de maneira a que dê tempo de eles chegarem e poderem assistir, entre todos, às suas apresentações. -----

----- Estamos no Período Antes da Ordem do Dia e eu pergunto, se algum pretende intervir.”

3.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Temos hoje o compromisso de fazer um Período Antes da Ordem do Dia “curtinho”, uma vez que queremos que os alunos sejam ouvidos, para apresentarem as suas propostas e por isso colocamos algumas questões, de forma muito breve. -----

----- A primeira, relativa à hasta pública da CNP, que ocorreu na semana passada, ficando novamente deserta. Portanto, questionar qual é que é o próximo passo, se vamos então utilizar aquele espaço, uma vez que não há pretensão de privados para o comprar, se vamos então construir nesse espaço habitação pública, porque já foi feita a tentativa de três hastas públicas (até com a

redução do valor).-----

-----A segunda questão. Na sequência da vinda de uma munícipe a esta Assembleia Municipal, foi prometida pelo Senhor Presidente Isaltino Morais uma visita ao Mercado Municipal de Algés. Perguntar quando é que essa promessa da visita vai ser cumprida. -----

-----Também ficámos a saber recentemente que há uma comerciante do Mercado de Algés cuja arca frigorífica ficou estragada na altura das intempéries e essa arca (a senhora dedica-se à venda de carnes) só recentemente foi substituída, mas por uma que não tem a mesma temperatura adequada para a conservação de carnes. A senhora está a utilizar esta arca sem a temperatura correta para a conservação de carnes. Chamar aqui o assunto à Assembleia Municipal, para saber se a Câmara já tem conhecimento desta situação e o que está a fazer para resolver, para que tudo seja corretamente comercializado, digamos assim, porque pode por a qualidade do produto em risco, a saúde das pessoas, mas também as regras da ASAE. -----

-----Em terceiro. Recentemente saiu no Boletim Oeiras Atual um esclarecimento sobre a passagem pedonal de Algés, que indicava uma linha temporal sobre os acontecimentos relacionados com esta obra, indicando-se por exemplo que a vinte e dois de fevereiro foi celebrado o contrato com a empresa que iria então construir esta obra, a dez de fevereiro de dois mil e vinte e três foi feito o visto do Tribunal de Contas e que, depois disso, o empreiteiro pediu então o termo do contrato, portanto por termo ao contrato. Só que este último ponto, é o único que não tem data desta série de eventos que estão então descritos no Boletim Oeiras Atual. Perguntar quando é que foi pedido o termo deste contrato pelo empreiteiro, já que é o único ponto da lista que não tem data. A segunda questão. O caderno de encargos desta empreitada diz no ponto dez que: “em caso de resolução do contrato pelo dono da obra, por incumprimento do empreiteiro das suas obrigações contratuais (o dono da obra, o Município) reserva-se o direito de optar nos termos do artigo trezentos e dezoito do CCP exigir ao empreiteiro a cedência da sua posição contratual a um dos concorrentes do procedimento da contratação, na sequência da qual foi celebrado o contrato”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Perguntar à Câmara Municipal, como dona da obra, se exerceu este direito, se sim, quando é que o exerceu e se não, porque é que não o exerceu. -----

----- Por último, na passada sexta-feira, dia dezanove de maio, ocorreu nesta Assembleia, nesta sala desta Assembleia a terceira reunião ordinária de dois mil e vinte e três, do Conselho Municipal de Segurança de Oeiras (a terceira reunião deste ano) e gostaríamos de pedir então à Senhora Presidente da Assembleia, que esteve presente, que informasse os deputados do expediente da reunião, como faz parte das suas funções. É que já vamos na terceira reunião este ano e, até agora, nada sabemos, nem desta, nem das anteriores. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.5. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) observou o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Gostaríamos de perguntar à Câmara se já tomou algumas diligências num assunto que nós colocámos aqui no dia dezoito de abril, sobre o Bairro dos Navegadores, onde continuamos a assistir a uma degradação total e que nós, CDU, levantámos aqui e se a Câmara já tomou as ditas medidas. Principalmente, muitas das questões que são sentidas por aqueles moradores, sendo uma delas o “Bairro Feliz”, a sua limpeza e não só. Até como todos sabem, eles estão-se a preparar para a realização do seu torneio de futsal e gostariam muito que fosse no seu bairro, estão a ver o tempo a aproximar-se e que não irão certamente poder realizar.-----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.6. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Embora isto hoje seja muito breve, não queria deixar passar uma importante notícia. Oeiras é a Autarquia do Ano, com as iniciativas programa “Bolsas de Estudo e de Mérito”, o projeto “Um Livro, uma Comunidade” e o evento “Há Prova em Oeiras”. Ou seja, Oeiras conquistou o Grande Prémio com a iniciativa “Um Livro, uma Comunidade” na categoria Cultura, Património - Literatura. Muito bem. E foi destacado com mais dois prémios: na categoria de

Cultura e Património – Gastronomia, com o evento “Há Prova” e na categoria Educação - Incentivo ao Sucesso Escolar, com o programa “Bolsas de Estudo e de Mérito - Bolsas para Todos”. -----

-----Acho que isto é muito importante, é sinal que o Executivo continua a trabalhar, é sinal que o Executivo continua a trabalhar bem, porque ganha prémios e faz com que a autarquia de Oeiras, seja a Autarquia do Ano. -----

-----Os prémios foram entregues à Senhora Vereadora Carla Rocha, do Turismo e Comunicação e ao Senhor Vereador Pedro Patacho, da Educação/Bibliotecas, numa cerimónia que ocorreu no passado dia dezoito.-----

-----Parabéns ao Executivo camarário, parabéns aos Senhores Vereadores, parabéns a todos os dirigentes, que fazem com que isto seja possível. -----

-----O segundo ponto que eu não queria deixar passar, rapidamente, foi felicitar uma vez mais o nosso João Soldado, que pela décima segunda vez foi campeão nacional em ténis de mesa. Apesar de ser já três vezes campeão da Europa e duas vezes campeão do mundo, foi agora pela décima segunda vez campeão nacional. Julgo que é um orgulho para todos nós em Oeiras. Parabéns Senhor João Soldado.” -----

3.7. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Quería felicitar os jovens que aqui estão presentes, tenho muita curiosidade e bastante interesse em ouvir as propostas deles. -----

-----Felicitar igualmente a Deputada Sílvia Marques (PAN), pela reeleição e recondução da líder do PAN Inês Sousa Real. Felicitar o Deputado David Ferreira (EO) pela eleição da nova líder do Bloco de Esquerda. Acho que em democracia, devemos muito à cortesia. -----

-----Quería depois deixar aqui uma nota em relação a uma associação humanitária de bombeiros, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, que na qualidade de sócio, estive presente na última assembleia geral e apenas trago aqui o assunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

porque desta associação, foi aqui trazida a sua vida, os seus assuntos, as suas dificuldades noutras assembleias municipais, onde de facto o panorama político da associação, as contas, os dirigentes, o clima (andou até vilipendiada na comunicação social)..., mas queria deixar uma nota aos atuais dirigentes, o seu Presidente da Assembleia Carlos Ribeiro, o Presidente da Direção João Mascarenhas, o Presidente do Conselho Fiscal, Ricardo Antunes. De facto, a associação deu uma grande volta, os dirigentes estão-se a esforçar ao máximo, mas, acima de tudo deixar aos bombeiros da corporação e ao seu comandante uma nota de louvor, porque, apesar de todas as dificuldades que a associação passou, ficou patente, provado, e em ata na referida assembleia geral, que a resposta daquela corporação aos alertas e a sua missão foi excedida. Portanto, apesar das dificuldades, os bombeiros da cooperação, o seu comando, não deixaram de dar a resposta necessária sob o lema da “Vida por Vida”.-----

----- Depois, queria pôr, colocar uma questão à Senhora Presidente e quero colocá-la com a maior das delicadezas. Quando vim, penso que nós todos, para esta Assembleia, deparámo-nos não só com uma assinatura de um termo de autorização, ao abrigo do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais, como com a fixação ali de um papel, a dizer que tínhamos que autorizar, quem colher aqui gravações ou imagens, terá que autorizar. Senhora Presidente, a minha questão, eu não sou jurista, por isso desde já com humildade vou colocar a questão que me incomoda, sendo que isto é uma questão jurídica, mas, no tempo que antecedeu esta reunião, estive aqui a consultar alguns pareceres sobre questões semelhantes, nomeadamente em dois mil e dezanove, da Câmara Municipal do Cartaxo, onde foi colocado o parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados e vou começar por aí. A Comissão Nacional de Proteção de Dados dá pareceres, não faz lei. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto é que seria talvez mais aconselhável tomar esta atitude num enquadramento dentro do Regimento desta Assembleia. Qual é o meu ponto? Das duas uma, ou temos andado sempre mal até aqui, porque isto aparece agora assim inusitadamente, eu confesso que não fui ver se chegou aqui alguma coisa às nossas caixas de correio, a avisar pelo

enquadramento desta iniciativa, mas este é o primeiro ponto. Portanto, estes tipos de medidas, do meu ponto de vista, devem ser enquadrados dentro de uma revisão do Regulamento e do Regimento que nos rege.-----

-----A segunda questão. Eu tive noções fundamentais de direito (não sendo jurista) e, por vezes, para nós vermos a acuidade jurídica de determinada medida prática como esta, é levá-la ao absurdo e se levarmos isto ao absurdo, isto é a Casa da Democracia, quem aqui vem, sabe que vem para um espaço público, que vai ser filmado. Se entrar aqui um jornalista, um órgão local ou alguém para filmar e está a coberto da Constituição da República Portuguesa, porque isto é a Casa da Democracia, estas sessões são por natureza públicas, são para ser assistidas, são para ser gravadas, têm uma ata, são para ser transmitidas, esse jornalista vai ter que pedir autorização a toda a gente, para fazer uma captação de imagens? Parece-me totalmente absurdo, não é? Mas volto a reduzir-me à minha humildade e é apenas uma questão que eu levanto de enquadramento, não saber se não estamos aqui com excesso de zelo.-----

-----Muito obrigado.”-----

3.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado.-----

-----Senhor Deputado, respondo-lhe já para não prolongarmos essa situação. Eu recebi da Câmara Municipal um ofício assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a aplicação de procedimentos internos em matéria de RGPD nas reuniões públicas dos órgãos municipais. E, portanto, está aqui plasmado o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e diz que deve ser afixado um aviso, vem indicado o texto do aviso (é o que está afixado) e vêm as folhas que devem ser preenchidas não só pelos senhores deputados, como pelo público que vem falar nesta Assembleia. O público que vem falar nesta Assembleia também preenche uma folha. Claro que o Senhor Deputado, eu, qualquer um de nós que está aqui, que foi eleito, que fez parte de uma lista de candidatura, é público o nosso nome, a nossa imagem. As pessoas do público que aqui vêm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falar, se não querem ser filmadas, têm esse direito, daí nós lhes distribuímos uma folha, em que eles preenchem e autorizam que sejam gravados o som e a imagem. -----

----- Isto sobre RGPD, muita coisa existe, mas a Câmara Municipal teve o cuidado de nos enviar um ofício, com o que considera e o que o Gabinete considerou que fosse o procedimento correto para usar nesta Assembleia e é isso que nós fizemos. Eu pedi para distribuírem por todos vós e penso que todos compreendem do que é que se trata. Está esclarecido, Senhor Deputado?”-

3.9. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, agradeço o seu esclarecimento e diligência, mas queria apenas notar (e digo isto também com toda a gentileza), as coisas, na sua exposição estão um “bocadinho” invertidas. O Senhor Presidente não dá ordens à Assembleia, a Assembleia controla a atividade do Senhor Presidente, mas não é por aí. Se, de facto, a Câmara nos alertou, é porque tem alguém que conhece e que.... Agora temos que assumir que até aqui estávamos fora da lei, não é? Então até aqui as coisas não estavam bem e mantém-se a segunda parte da minha questão, que é enquadrar estes procedimentos no nosso Regimento. É um requerimento, não sei se é requerimento, mas uma solicitação face à Senhora Presidente, para que o nosso Regimento, de facto, passe a contemplar o Regulamento Geral de Proteção de Dados.” -----

3.10. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, é que na generalidade, o que aqui está, já era praticado aqui nesta Assembleia. Mas isto não é nenhuma ordem do Senhor Presidente, o Senhor Presidente não dá ordens a esta Assembleia. O que acontece é que onde existe um serviço que pode avaliar esta situação, é na Câmara Municipal. Isto é uma colaboração do Senhor Presidente da Câmara para com a Assembleia Municipal, mas eu passo a ler (e vou ler rapidamente) o que foi enviado e assim ficamos esclarecidos. -----

----- “Aplicação de procedimentos internos em matéria de RGPD nas reuniões públicas dos Órgãos Municipais. -----

-----Sobre o assunto em apreço e nos termos do entendimento apresentado pelo Encarregado da Proteção de Dados que alerta para a necessidade de aplicar os procedimentos internos em matéria de Regulamento Geral sobre Proteção de Dados nas reuniões públicas dos Órgãos Municipais, mais concretamente no que se refere à transmissão online e em direto das reuniões públicas dos Órgãos Municipais. -----

-----No essencial, é dito que resulta do RGPD e do entendimento da Comissão Nacional de Proteção de Dados, até que exista uma norma habilitante que preveja a necessidade de transmissão online das reuniões dos Órgãos Municipais, para a necessidade do tratamento de dados em presença, deve ser recolhido o consentimento prévio para efeito de captação de imagem e som, gravação e transmissão online das referidas reuniões, independentemente do carácter público ou privado das mesmas. -----

-----A condição do cargo para que foram eleitos e o facto da reprodução da imagem e áudio ser captada em lugares públicos, no exercício de funções de interesse público, não invalida quanto à necessidade de assinarem um consentimento. -----

-----Nestes termos, deverá Assembleia Municipal desenvolver as seguintes diligências: --

-----Anexo I - Afixação em local visível e de acesso às reuniões públicas, O “Aviso - Regulamento Geral de Proteção de Dados” relativo ao registo e gravação de som e imagem dos intervenientes. -----

-----Anexo II – “Inscrição para intervenção em reunião pública”. Aplicação da ficha de “Inscrição para intervenção em reunião pública”. O público que se inscreve para intervir nas reuniões públicas deverá assinar obrigatoriamente o consentimento. -----

-----Anexo III – “Consentimento informado de membro dos órgãos municipais para efeito de tratamento de dados”. A recolha de um único consentimento prévio aos membros dos órgãos municipais, no início de cada mandato. Dado que este formalismo ainda não foi cumprido, sugere-se a sua aplicação imediata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Anexo IV – “Consentimento informado de trabalhador dos órgãos municipais ou outros intervenientes para efeito de tratamentos de dados”. A recolha de um único consentimento prévio aos trabalhadores, colaboradores ou outros intervenientes. -----

----- Em termos operacionais, que as câmaras instaladas nos espaços físicos onde se realizam as reuniões sejam posicionadas e direcionadas de modo a captar exclusivamente a imagem e voz dos membros dos Órgãos Municipais, sem possibilidade de captação de imagem e som do público em geral, com exceção dos intervenientes inscritos que tenham prestado o seu consentimento.-----

----- Em conformidade com o disposto no artigo dezasseis da Lei cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de oito de agosto, caso sejam captadas ou gravadas imagens e som de menores com idade inferior a treze anos de idade, seja exigido o consentimento prévio dos representantes legais.

----- Quanto ao uso do sistema de captação de imagem e som, seja assegurado o acesso restrito, por motivos de segurança e salvaguarda da população de dados pessoais a trabalhadores que no exercício de funções devam aceder às mesmas, ainda que abrangidos por dever de sigilo e confidencialidade, possibilitando a identificação inequívoca dos mesmos, bem como o registo de data e hora dos acessos (registo informático), tendo em vista evitar a inviolabilidade de dados pessoais. -- -----

----- A CNPD recomenda, ainda, daqui a transmissão ocorra apenas no sítio da Internet da entidade pública, em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da minimização dos dados (consagrados no número dois, do artigo duzentos e sessenta e seis, da CRP e na alínea c) do número um do artigo quinto da RGPD) e salvaguardando o princípio de administração aberta, assim respeitado por ser aquela a sede própria para a divulgação da atividade municipal de acordo com a legislação autárquica.” -----

----- Assina o Presidente Isaltino Moraes. -----

----- Portanto, senhores deputados, vamos a entender as coisas como devem ser entendidas.

Isto é um agradecimento que eu faço ao Senhor Presidente da Câmara, pelo facto de ter enviado para a Assembleia Municipal um trabalho que foi feito na Câmara Municipal e que para nós também tem todo o interesse. Como o Senhor sabe, nós não temos jurista e, portanto, não fomos nós fazer este estudo, mas é da boa colaboração que existe e que tem de existir entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, que nós recebemos e agradecemos isto. -----

-----De resto, eu tenho o maior cuidado, eu não envio, nem para as vossas caixas de mail, nem pessoalmente, nada que eu não tenho conhecimento do que se trate. Tenho o maior cuidado nesse aspeto. Agora isto, penso que é estar a querer ser “mais papista do que o papa”. Isto agradeço realmente e nós iremos dar cumprimento àquilo que aqui nos é sugerido. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra?” -----

3.11. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Já falta pouco tempo para a Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três, que nasceu por iniciativa do Papa João Paulo II, após o sucesso do encontro promovido em mil novecentos e oitenta e cinco, em Roma, no Ano Internacional da Juventude. Só em Oeiras, contamos receber mais de trinta e cinco mil peregrinos, sendo que cada um dá aquilo que pode. -

-----Venho agradecer a alguns movimentos em Oeiras com quem trabalho e trabalhei e que serão honrados tais bons officios no jornal oficial, a nível nacional, a pagar pelos militantes e simpatizantes do Chega. Assim sendo, começo por agradecer os bons officios do Senhor Presidente da União de Freguesias de Algés Miraflores Cruz Quebrada e Dafundo o seu contributo, que não esqueço, relativamente ao Sínodo, que foi procedido na Cruz Quebrada. Agradeço também às Irmãs Espiritanas em Oeiras, movimento Mariano que também se dedicaram fortemente na vigência do ano, albergar também peregrinos e pessoas que querem contribuir para a vinda do Papa. Agradeço ao Patriarcado de Lisboa e agradeço também à Câmara Municipal de Oeiras, em razão da justiça, pelo trabalho que também tem desenvolvido. Para finalizar, agradeço às equipas de Nossa Senhora em Oeiras, pelos casais que dispuseram as suas casas para acolher peregrinos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com custos acrescidos para as famílias, tendo tido o privilégio de pertencer na vigência de oito anos, ao ilustre Movimento Mariano. Agradeço também ao Movimento Schoenstatt e suas famílias, pela dedicação demonstrada pelas Jornadas.-----

----- Termino com as palavras do Papa Francisco: “No mundo, quantas pessoas esperam uma visita de alguém que cuide delas! Quantos idosos, doentes, presos, refugiados precisam do nosso olhar compassivo, da nossa visita, de um irmão ou uma irmã que ultrapasse as barreiras da indiferença”. Um viva ao Papa Francisco e à Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três.”-----

3.12. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Duas questões que vou só retomar, porque fiquei aqui com umas dúvidas, daquele esclarecimento que deu relativamente ao RGPD. O que é que acontece se alguém se rejeitar a ser filmado? E como é que essa decisão, informação que foi agora comunicada pela Senhora Presidente e que está ali fora afixada, como é que é feito o enquadramento com o artigo setenta e nove do Código Civil, que prevê exatamente que pela notoriedade e uma série de outras circunstâncias, as pessoas possam obviamente ser filmadas? Considerando que nós estamos aqui ao serviço das pessoas, parece-me que há aí qualquer coisa que merece uma análise um “bocadinho” mais profunda, nomeadamente do ponto de vista jurídico. Estou só a alertar, a Senhora Presidente faz o favor depois de tomar as diligências que entender adequadas. -----

----- Quanto à minha questão fora do âmbito aqui deste assunto foi levantado, queria perguntar ao Executivo, relativamente ao Centro de Saúde de Algés, porque estão obras a ser feitas supostamente, que é previsto estarem terminadas em agosto, mas que, entretanto, penso que a última vez que choveu voltou a inundar, portanto, está sistematicamente a ter mais e mais situações. Era para perceber em que ponto é que isso está, e se de facto, é previsível que as obras se concluam em agosto ou se... Se calhar, se estivesse mais atento àquilo que os deputados

municipais estão a dizer, talvez tivesse percebido. De qualquer forma, estava a falar do Centro de Saúde de Algés e, portanto, era importante perceber se o prazo que foi dado de conclusão das obras que inicialmente era agosto, se é possível continuar a ser cumprido, considerando que continua a meter água cada vez que chove. Pelo menos foi esta a informação que nos chegou e que, obviamente, deixo para o Executivo depois poder responder, se de facto é assim, em que circunstâncias é que isso está, qual o avanço das obras e a previsão de conclusão.-----

-----Aproveito que aqui o Senhor Deputado Francisco O’Neil (EO) levantou aqui a questão das Jornadas, para voltar a insistir numa coisa concreta, que é não termos qualquer perspetiva daquilo que vão ser os custos do Município relativamente às Jornadas Mundiais da Juventude. Continuamos sem saber absolutamente nada sobre esse tema, portanto, mais uma vez apelo, é a quarta vez que estou a falar neste tema aqui, que seja dada informação à Assembleia Municipal relativamente àquilo que vai ser feito, qual é o nível de envolvimento do Município em termos de custos, proteção civil, etc. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.13. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Agradeço desde já os seus esclarecimentos, que fiquei bem esclarecido.-----

-----Mas queria fazer uma pergunta aqui ao Deputado Francisco O’Neill (CH), porque fiquei com dúvidas e quando a gente tem dúvidas, pergunta. Mas é o Chega que organiza as Jornadas Mundiais da Juventude? É que o Senhor Deputado falou de uma forma (não leve a mal) ...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, desculpe. As perguntas fazem-se à Mesa. Não se fazem diretamente aos senhores deputados.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Então faço à Senhora Presidente. Depois do que acabei de ouvir, Senhora Presidente, desculpe lá, pareceu que era o Chega... O Senhor Deputado agradeceu ao Presidente de uma junta, agradeceu às pessoas... É que, que eu saiba, eu também sou cristão, também sou católico, portanto, as Jornadas são organizadas pelo Patriarcado, não é pelo Chega e aquilo que o Senhor deu a entender na sua intervenção, posso ter percebido mal, mas o Senhor vai esclarecer, aquilo que deu a entender é que o Senhor estava agradecer que a coisa vai correr muito bem e viva o Chega. -----
----- Muito obrigado.”-----

3.14. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), dou-lhe já a palavra, mas o Senhor tem trinta e oito segundos e, portanto, para não... Não vai ter tempo para explicar. Eu vou dar uma explicação se aceitar, eu vou tentar explicar e depois dar-lhe-ei a palavra. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), as Jornadas Mundiais da Juventude é uma organização da Igreja Católica, com a colaboração de diversas entidades, nomeadamente as autarquias. As autarquias, o próprio Governo e várias instituições. O Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) citou várias, há mais uma série delas. É um trabalho feito com todas as paróquias, com todos os grupos dentro das paróquias. Eu acho que não é assunto para nós trazermos aqui para a Assembleia Municipal, mas todos somos livres de trazer para aqui aquilo que entendermos. Esta é a minha opinião pessoal. O agradecimento que o Senhor Deputado faz, pois quer dizer... é pequeno para os agradecimentos que devem ser feitos, mas vamos primeiro fazer o trabalho e depois fazemos os agradecimentos. De qualquer maneira, passo a palavra ao Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), mas chamo-lhe a atenção que para seu tempo de intervenção, o Senhor olha para ali e vê que vai passar a vermelho rapidamente e não há... hoje não posso ser tolerante com isso. Faça favor.”-----

3.15. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Relativamente... Se algum grupo político quiser saber informações acerca das Jornadas e como é que Oeiras se está a “portar”, pergunte diretamente ao Patriarcado de Lisboa e tem feito um trabalho como deve ser. Portanto, eu não critiquei o trabalho da Câmara, pelo contrário, enalteci. O senhor deputado... não sei.... Se não percebem o que é ... Agora relativamente aqui ao Deputado João Viegas (IN-OV), já uma vez me pediu desculpas publicamente, por também da mesma forma começou a tirar um raciocínio deturpado, daquilo que eu disse. Convido novamente a ver esta filmagem e depois também a pedir desculpas à posteriori. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.16. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhora Presidente, eu queria fazer uma coisa que é muito desagradável, que é admitir um erro. Eu há duas assembleias atrás confessei-me aliviado, porque o Taguspark no seu relatório de atividades, disse que tinha abandonado a ideia de construir heliportos e, eis senão que, nos últimos dias, foi anunciada a adesão de Oeiras a um consórcio liderado pela empresa de Magellan Five Hundred, para começar efetivamente a avançar na construção de vertiportos. O comunicado da Câmara citado em vários órgãos de comunicação social, diz que “o acordo entre as partes prevê o desenvolvimento das ações necessárias e adequadas ao estudo, projeção, criação e implementação de infraestruturas, nas áreas da nova mobilidade aérea elétrica, designadamente de uma infraestrutura aeroportuária, para a operação de aeronaves elétricas”. Portanto, Senhora Presidente, lendo este comunicado da Câmara, eu enganei-me e afinal vamos mesmo ter helicópteros e carros voadores em Oeiras. -----

-----Não está aqui em causa a importância de investir em tecnologia e em desenvolvimento e também não está em causa a importância de o setor público ter projetos ambiciosos e vanguardistas. Boa tarde, Senhor Presidente. Não está em causa isto. Se eu puder continuar... O que está aqui em causa, são questões de prioridades. Eu pergunto e já agora que o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente chegou, pergunto-lhe a ele diretamente, com que cara é que o Senhor Presidente e os Vereadores com pelouro do IN-OV, do PS e do PSD, vão dizer aos oeirenses, que demoram eternidades a atravessar o Concelho de transportes públicos, que o problema deles não é tão importante quanto ter helicópteros a aterrar em Oeiras. Com que cara é que vão dizer às pessoas de Algés, que têm as máquinas dos bilhetes na estação de comboio quase todas avariadas: “esperem aí só um “bocadinho” que antes de falarmos com a CP para resolver o problema, temos só de ver se estes drones descolam e aterram bem.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, terminou o seu tempo intervenção.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Fui bastante interrompido durante a minha intervenção, vou só concluir, Senhora Presidente. -----

----- Pergunto também com que cara é que vão continuar a dizer que não vale a pena construir mais ciclovias, porque ninguém anda de bicicleta e amanhã vão assinar um acordo para ter - volto a citar - uma infraestrutura aeroportuária para a operação de naves elétricas em Oeiras. Aeronaves elétricas em Oeiras e, portanto...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço-lhe que termine.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Termino, Senhora Presidente. -----

----- Eu gostava só mesmo de perceber e de obter uma resposta direta. Eu acho que estiveram distraídos durante a minha intervenção toda, mas gostava de saber com que cara é que vão dizer aos oeirenses que enfrentam estas dificuldades no seu quotidiano, ao nível da mobilidade

em Oeiras: “sim senhor, isso é tudo muito giro, sentem-se e esperem aí mais um “bocadinho” pelo autocarro, que nós temos de ir assinar acordos para vermos os helicópteros e os carros voadores a sobrevoar Oeiras”.”-----

-----Obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.17. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Mais alguma intervenção?-----

-----Não havendo mais intervenções, iria passar a palavra à Câmara Municipal. Senhor Presidente, muito boa tarde. Não sei, provavelmente será o Senhor Vice-Presidente a responder, é? Com certeza. Então faça favor.”-----

3.18. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Sobre a hasta pública da CNP, dizer que naturalmente, iremos novamente fazer hasta pública e o terreno, haverá uma altura em que o terreno será vendido, com toda a naturalidade, pelo valor que acreditamos que ele tem.-----

-----Depois, sobre os apoios dados aos comerciantes afetados pelas cheias de Algés. O Município de Oeiras, como creio que deve ser do entendimento de todos quantos acompanham a atividade municipal, sabem que é a única ou provavelmente das únicas entidades públicas que já têm feito chegar a quem precisa, apoios para recobrar a atividade económica. A todos acompanhamos, falámos com todos os comerciantes, continuamos naturalmente a falar e se houver a necessidade de algum deles falar novamente com o Município, o Município fala com todos os comerciantes. Se algum deles tem alguma necessidade, basta contactar a Câmara, a Câmara está aberta todos os dias.-----

-----O Conselho Municipal de Segurança. Certamente que a Senhora Presidente dará conhecimento das atas aos deputados municipais. Quando chegarem, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal..., portanto não há nada a esconder, têm atas.-----

-----O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro da CDU questionou-nos sobre a obra do Bairro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dos Navegadores. A obra está consignada, aguarda visto do Tribunal de Contas que se prevê, se tudo correr normalmente, dentro de duas três semanas, estará o visto dado e a obra iniciar-se-á. --

----- Quanto ao projeto “Bairro Feliz” a proposta de deliberação (eu não sei se Vossa Excelência já sabia vai a reunião de Câmara amanhã), portanto, é muito oportuna a questão e a partir de amanhã deverá ser aprovada, para o projeto retomar força e vigor. -----

----- Senhora Deputada Mariana Leitão (IL). Centro de Saúde de Algés. A obra iniciar-se-á em junho e tem um prazo de execução de noventa dias, portanto, mutatis mutandis cairá para aquele prazo previsto. -----

----- Quanto às Jornadas Mundiais da Juventude. Com toda a simpatia, há uma razão para Vossas Excelências não saberem a extensão dos apoios do Município de Oeiras à Jornada Mundial da Juventude: nós também não sabemos. Estamos a trabalhar não com o Patriarcado (ao contrário do que é dito), mas com a Fundação que organiza a Jornada Mundial da Juventude (é uma fundação criada para o efeito), juntamente com o Governo da República, com todas as instituições, com as forças de segurança, com a proteção civil, com a Administração do Porto de Lisboa, que ainda hoje esteve reunida na Câmara de Oeiras, tratando também desse assunto, portanto, está a ser preparado. Quando estiver aprovado, certamente virá ao conhecimento desta câmara. -----

----- Depois, a questão trazida pelo Senhor Deputado Tomás Perestrelo Pereira (EO). Senhor Deputado, eu imaginei muita coisa, mas negacionista da tecnologia, até agora, ainda não. O seu problema é que Vossa Excelência continua apenas e só, a olhar para o pedal e Oeiras não está dedicada apenas ao pedal. As ciclovias são importantes, mas nós, há muito que passámos para o pedal e por alguma razão, temos hoje trinta por cento da capacidade tecnológica em Portugal. O apoio dado ao Projeto Magellan Five Hundred (que nem sequer percebo porque é que não se chama Magalhães Quinhentos, verdadeiramente o homem era português, o Magalhães, mas pronto), enquadra-se (não fomos nós que demos o nome) numa perspetiva absolutamente normal, de Oeiras estar a acompanhar o espírito do tempo. O projeto dos vertiportos.... Eu sei que Vossa Excelência

acha muita piada ao êxito do Município de Oeiras, mas se nós estivéssemos focados no seu pedal, ainda estávamos lá atrás em oitenta e cinco, não tínhamos atingido os êxitos que Oeiras atingiu nas últimas décadas. Ainda não tínhamos atingido os êxitos que Oeiras atingiu nas últimas décadas, nem a qualidade de vida que todos estes jovens usufruem no nosso Concelho. O projeto de apoio ao desenvolvimento dos vertiportos visa com nós estarmos a acompanhar todas as tendências da mobilidade como acompanhámos no passado. Quando foi colocada... Senhora Presidente, eu tenho muita bonomia, mas o Senhor Deputado não aguenta...” -----

3.19. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Mas o Senhor.... É que não pode ser, isto é realmente uma falta de respeito. O Senhor tem o seu tempo de intervenção, não vai estar continuamente a falar...” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:** -----

-----“Senhora Presidente, peço desculpa da minha lamentação...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:** -----

-----“Então se o Senhor foi muito perturbado, mais uma razão para não perturbar os outros. Portanto, agradecia-lhe que se mantivesse em silêncio.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:** --- -----

-----“Senhora Presidente, eu peço desculpa da minha perturbação, mas é que os senhores deputados têm que ser democratas. Não seja totalitário, tem que ouvir, não seja totalitário. Essa obsessão com coisas obsoletas não é a nossa. Nós até respeitamos que Vossa Excelência... Eu já disse a uma vereadora, que a senhora vereadora quer cavar, pode querer cavar, mas nós queremos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais para Oeiras do que nos dedicarmos à agricultura do século dezassete ou dezoito. Já não estamos aí. Não é por acaso ou não foi por acaso, que quando se fez a variante, foi colocado espaço-canal para passar transporte público. Não é por acaso, que quando desenvolvemos um transporte em linha dedicada da estação e o projetámos da estação Paço de Arcos, projetado até ao final do Concelho, com potencial para se prolongar até à linha de Sintra, estávamos ajustados às novas mobilidades, lá atrás, há vinte e tal anos, Senhor Deputado. Não é por acaso que somos nós Município de Oeiras, que também financiamos o elétrico rápido, o LIOS. Também não é por acaso que nós desenvolvemos esforços, todos os dias. Vossas Excelências não fazem ideia do que é tentar conciliar com as Infraestruturas de Portugal, com a Brisa, para resolver os problemas que Vossas Excelências vêm agitar para cá. Acha que o estado da estação ferroviária de Algés, vos perturba mais a vós do que a nós? Que nós não temos consciência disso e que não andamos sempre a bater às portas? Que não andamos a exigir que seja reparado? Se assim não fosse, o Município não tinha a preocupação de financiar este tipo de projetos como o LIOS, por exemplo, ou como o SATU. Não devia ser nossa responsabilidade, não era nossa responsabilidade. O Município de Oeiras financia a Carris Metropolitana, em muito mais do que aquilo que diretamente colhe e financia para darmos condições aos nossos munícipes (aos mais velhos, aos mais jovens) de terem condições de mobilidade atual. Portanto, peço imensa desculpa Senhor Deputado, nós já não estamos no pedal e não queremos voltar ao pedal. Nós gostamos muito do vertiporto, percebo muito o seu desconforto. Na semana passada inaugurei, por instruções do Senhor Presidente fui inaugurar o Tech Hub, isto é, a sede em Portugal, onde está a ser desenvolvida a tecnologia para a maior empresa de comércio de peças automóvel do mundo. O Tech Hub deles instalou-se aqui Oeiras, não é por acaso. Não foi por acaso que escolheram Oeiras, para fazer o desenvolvimento tecnológico daquela empresa. É porque nós já há muito tempo deixámos o pedal. Se Vossa Excelência quiser apenas pedalar, pedale sozinho. Nós queremos dedicar-nos ao vertiporto e queremos dedicar-nos à qualidade de vida da população.-----

-----Muito obrigado.” -----

3.20. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Quero apenas complementar com duas notas. -----

-----A primeira. Há pouco tempo, uma delegação da Coligação Evoluir Oeiras pediu uma audiência à Fundação Aga Khan, para protestar relativamente à sua vontade, propósito, de se instalar ali a norte da área de serviço de Oeiras. Pediram essa audiência, foram recebidos e naturalmente que lhes expuseram as suas preocupações sobre a matéria. Não percebo, porque é que a Coligação Evoluir Oeiras não pede uma audiência à CP, para manifestar as suas preocupações com o estado da estação de Algés. Não percebo, acho que fazem muito bem, quer dizer, a Câmara Municipal também o faz, de maneira que agora se cada partido entender, numa delegação deslocar-se à CP, ou às infraestruturas de Portugal, a solicitar aquilo que a Câmara Municipal solicita, acho muito bem. Portanto, os senhores deputados estão no vosso direito de se deslocarem à CP, agora não perguntem à Câmara Municipal. A Câmara Municipal pode informar das diligências que faz, agora se as estações estão assim ou estão “assado”, como calculam, não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras. A Câmara Municipal de Oeiras faz o seu trabalho, naturalmente, insiste com quem tem que insistir, há até casos em que a Câmara Municipal se substitui... Vamos inaugurar agora às seis da tarde, um centro de saúde mental que vai ser entregue ao Ministério da Saúde, totalmente financiado pela Câmara Municipal, mas quer dizer, uma coisa é fazer um centro de saúde mental, outra coisa é tomar conta do caminho de ferro da linha do Estoril. É uma infraestrutura pesada e nem eles estão para isso, não é? Mas estamos todos de acordo. Agora, o que é importante é no sítio próprio... Não é pelo facto de se estar aqui a falar todos os dias, que a responsabilidade pela resolução dos problemas da CP passa para a Câmara Municipal e deixam de caber a quem efetivamente tem essa responsabilidade.-----

-----Relativamente à Jornada Mundial da Juventude. É interessante, porque também alguns dos senhores deputados, com frequência, falam aqui nesta questão. Ofereçam-se como voluntários,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é importante. A Jornada Mundial da Juventude precisa de voluntários, quantos mais melhor. De maneira que eu há dias reuni justamente com todas as paróquias, com as forças de segurança, com dirigentes, técnicos da Câmara Municipal, justamente para incentivar este envolvimento, um grande envolvimento na Jornada Mundial da Juventude, que é realmente um acontecimento histórico, que provavelmente não acontecerá em Portugal os próximos cem anos e naturalmente que ocorrendo aqui em Oeiras uma parte dessas festividades, designadamente no terraplano de Algés, obviamente que, para a imagem do Concelho, para a imagem do país, tudo quanto possamos fazer para que realmente corra bem, acho que é fundamental. No que diz respeito ao investimento que o Município vai fazer, tive oportunidade de dizer aqui, quando o Governo colocou o problema à Câmara Municipal, que a Câmara Municipal na parte que lhe tocava, faria o investimento que fosse necessário relativamente à vinda do Papa, para a receção aos voluntários. Naturalmente que nós neste momento não temos ainda, estamos a mandar para o Tribunal de Contas (porque há uma fiscalização concomitante do Tribunal de Contas), aquilo que são os eventos, mas não ainda com o investimento efetivamente a realizar, porque há coisas que ainda estamos à espera que nos digam. Por exemplo, inicialmente nasceu a ideia, era apenas a vinda do Papa a Algés para a receção dos voluntários, portanto, era uma tarde. Neste momento, os eventos que vão acontecer em Algés, já não é apenas a vinda do Papa, haverá eventos desde o dia um ao dia sete. Mesmo depois do Papa ir embora, ainda haverá uma atividade no dia sete com os catecumenais, que irão juntar ali à volta de cinquenta mil pessoas. O encontro dos países vai ser ali também. Ora bem, está deferido que a responsabilidade pela vinda do Papa, do dia do Papa, é da Câmara Municipal. Por exemplo, questões que parecem pormenores, mas são fundamentais: o controlo das entradas é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas em relação às reuniões dos países catecumenais, etc., já não é da Câmara Municipal. Tem que se contabilizar tudo isso. De maneira que como ainda não nos foram dados esses elementos, a Câmara Municipal não pode estar aqui a “atirar números para o ar”. Volto ao mesmo, não é pelo facto de se estar a perguntar todos os dias que a Câmara

Municipal dá mais depressa esses elementos. Logo que os elementos estejam na posse da Câmara Municipal, naturalmente que não só a Câmara Municipal tomará as decisões que tem a tomar nessa matéria, como a Assembleia Municipal será informada, porque como é natural, um evento desta natureza (lembro mais uma vez) deve-nos envolver todos e todos, não somos demais para que as coisas corram bem. Não basta apenas falarmos aqui nesta matéria, é importante que cada um dê o seu contributo, porque, na realidade, a sensação que eu tenho, é que quantos mais voluntários houver, quantas mais pessoas houverem a participar nesses dias, melhor a coisa correrá. Da nossa parte, da parte da Câmara Municipal, tudo faremos para que as coisas corram bem. -----
-----Muito obrigado.” -----

3.21. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez o seguinte Pedido de Esclarecimento:

-----“Senhora Presidente, é para um esclarecimento ao abrigo do artigo cinquenta e três. Penso que se calhar fui eu que...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, já não tem tempo de intervenção.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“É ao abrigo do artigo cinquenta e três. Tenho três minutos para um pedido de esclarecimento. -----

-----O Senhor Vice-Presidente parece que não percebeu a minha intervenção relativa ao Mercado de Algés. Fiz duas questões que pedia que tivessem em atenção. A primeira é para quando a visita ao Mercado de Algés que foi prometida à moradora que aqui veio e a segunda questão é em relação à arca. Não falei de apoio aos comerciantes. A arca é propriedade da Câmara Municipal e foi lá colocada para substituir outra que também era da Câmara Municipal, e foi substituída por uma arca que não tem a mesma temperatura. A questão mantém-se, não estamos a falar de um apoio a um comerciante, estamos a falar de um equipamento, que a senhora paga a renda para ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as condições todas. Portanto, esclarecer essa questão...”-----

3.22. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Vamos cumprir o artigo cinquenta e três...”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

----- “Sim, é um pedido de esclarecimento. O Senhor Vice-Presidente não respondeu à questão que eu fiz, portanto coloco-a novamente. É esta a questão.”-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Cumpra o artigo cinquenta e três, nos termos do artigo cinquenta e três, que a Senhora não cumpriu.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

----- “Cumpri.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente, quer responder? Senhor Presidente, tem algo a dizer?”-----

3.23. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, como calcula, o Presidente da Câmara não acompanha as arcas dos mercados. Mal seria. É uma questão operacional e tenho a certeza absoluta que o assunto estará a ser resolvido. Se há dúvidas de alguns dos senhores e senhoras deputados, será feito o esclarecimento na próxima Assembleia.-----

----- Quanto a visitas ao Mercado de Algés, visito o Mercado de Algés todos os dias. Todos os dias visito o Mercado de Algés. Eu passo lá todos os dias. Ainda neste sábado estive lá a almoçar e, por acaso, come-se lá bem. Recomendo a todos que vão lá almoçar. Agora a Senhora Deputada não está à espera que eu lhe preste contas dos compromissos que estabeleço com outras pessoas. Tenha paciência. Se está à espera disso, pode esperar sentada. Naturalmente que quem saberá primeiro são as pessoas. Não tenho nenhum compromisso com a Senhora Deputada, de maneira

que, como digo, sei muito bem qual é o problema, vou a Algés e ao mercado com frequência e a senhora que reclamou, protestou do alargamento da esplanada, será informada a seu tempo. -----

-----Muito obrigado.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição (os documentos relativos a este Relatório encontram-se arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) ---

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhores deputados, nós tínhamos aqui o ponto número um, era a apresentação dos projetos vencedores da Assembleia Municipal Jovem. Como vos disse no início da Sessão, havia um exame que terminava às quatro horas. Ainda não estão. Resulta que eu ia lhes pedir (sei que que estão a caminho) para nós falarmos sobre o ponto dois, porque como vos foi distribuído o parecer emitido pela Comissão de Economia e Finanças, talvez não demorem muito tempo com este ponto. Não faz sentido?” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Acho que começarmos a discutir a aprovação da prestação das contas vai-nos levar obrigatoriamente a discutir também o resultado líquido do exercício. É um ponto extenso. Diria que, se calhar, faz mais sentido discutirmos o quatro, que é a apreciação do relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição, que terá com certeza menores considerações (julgo eu...) e por isso (pelo menos tem menos tempo a Câmara também, diga-se de passagem e isso também pode melhorar em termos de tempo), talvez seja uma solução mais adequada para ajustarmos o nosso tempo ao tempo dos jovens que ainda não chegaram.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“É uma questão de dez minutos. Bem, eu então penso...”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Precisamente por isso, mais me ajuda.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço-vos um minuto.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu dizendo o seguinte: -----

----- “Muito bem. Então vamos por aí, pela proposta tanto da Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), como da Deputada Sónia (PSD) e vamos ao ponto quatro, que é a apreciação do relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição. Isto foi muito tratado na reunião da Conferência de Representantes dos grupos políticos.-----

----- De qualquer modo, recebi hoje alguns documentos do Grupo Evoluir Oeiras e, portanto, pergunto: quem se quer pronunciar sobre este ponto?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Gostaríamos de começar a nossa intervenção por referir que o agendamento para discussão do Relatório do Exercício do Direito de Oposição de dois mil e vinte e dois na Assembleia Municipal de Oeiras é uma vitória do Grupo Político Evoluir Oeiras. E o que andámos para aqui chegar! Uma verdadeira corrida de obstáculos a todos os níveis que dura há quase dois anos. E diz este executivo que gosta de oposição! -----

----- Em dois mil e vinte e um o Relatório do Direito de Oposição foi elaborado sem que tenha sido dada à oposição qualquer hipótese de pronúncia, sem qualquer contributo na sua elaboração. Há um ano mereceu o nosso frontal protesto. Na Assembleia Municipal de Oeiras

entregámos vários pedidos e requerimentos, para que fosse agendada a discussão como prevê a lei, o que como sabem nunca foi cumprido. Um ano depois cá estamos de novo com um novo relatório para dois mil e vinte e dois, desta vez com o agendamento na Ordem de Trabalhos a pedido da Vereadora Carla Castelo e do Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----Analisando o relatório, trata-se de um relatório em que o presidente conclui que: “se demonstra terem sido assegurados os direitos previstos no Estatuto do Direito de Oposição, permitindo aos titulares do direito de oposição o acompanhamento, a fiscalização e a crítica das orientações políticas da Câmara”. Não há sequer lugar a nenhuma autocrítica do que falhou. De referir que esta conclusão do Senhor Presidente é retirada de um relatório que: -----

-----Primeiro. Com atraso na elaboração que, nos termos da Lei, devia ter ocorrido até ao final de março; -----

-----Segundo. Onde se assume que não foram respondidos todos os pedidos, (basta consultar os anexos); -----

-----Onde ocorre omissão de informações relevantes, nomeadamente das datas de resposta, e faltas de precisão, que leva a conclusões que não correspondem à verdade dos factos; -----

-----Onde são incluídos pedidos que não foram colocados ao abrigo do Direito de Oposição; - -----

-----Onde mais uma vez os detentores do Direito de Oposição não foram ouvidos durante a elaboração do relatório; -----

-----E onde os detentores também do Direito de Oposição na Assembleia Municipal não foram chamados a pronunciar-se e não fosse termos levantado esta questão em reunião de líderes, assim teria permanecido; -----

-----E também um relatório onde não foram cumpridos os vários direitos consagrados então neste Estatuto. -----

-----Primeiro: o direito à informação. O ano de dois mil e vinte e dois começou com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

recusa por parte da Assembleia Municipal de Oeiras de aceitar pedidos de informação e requerimentos do Grupo Político Evoluir Oeiras, indicando que todos os pedidos e requerimentos deviam de ser efetuados no PAOD de uma Assembleia Municipal, limitando desta forma a intervenção, a oposição e o cumprimento dos deveres. -----

----- O Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras remeteu vinte e nove Requerimentos e pedidos de informação à Assembleia Municipal, entregues da única forma então que nos foi permitida. Destes requerimentos pedidos, dezanove foram respondidos com a informação pretendida (sessenta e cinco por cento), em sete onde não foi respondido o que foi questionado ou foi respondido apenas em parte (vinte e quatro por cento) e ainda três que nunca foram respondidos, nem foi dada qualquer justificação. Os pedidos respondidos demoraram em média sessenta dias a serem respondidos, chegando alguns casos aos cento e vinte e dois dias, cento e quarenta e três e trezentos dias. Um prazo que não é razoável e que é o exigido pela Lei da Oposição. Em resumo: um terço dos casos dos pedidos de informação não foram respondidos como previa a lei. -----

----- Na Câmara Municipal, aos requerimentos da Vereadora Carla Castelo não foram cumpridos também prazos legais de resposta, não foram prestadas as informações solicitadas, não foram esclarecidas dúvidas nos PAOD das Reuniões da Câmara e dos oitenta requerimentos misturam-se requerimentos e pedidos de informação escritos e orais. Não foi por isso cumprido o direito à informação em dois mil e vinte e dois. -----

----- Direito à consulta prévia: -----

----- Foi agendada uma reunião realizada em abril de dois mil e vinte e dois, em que o Grupo Político considera que se trata de uma audição que se resume a um mero pró-forma, para que o executivo possa dizer que cumpre o direito de consulta prévia, isto porque depois nada do que é abordado é aplicado na prática. Por exemplo, as respostas às propostas dadas pelo Grupo Evoluir Oeiras para as Grandes Opções do Plano, também não foram consideradas nem respondidas. -----

-----Direito à participação: -----

-----Neste capítulo do relatório são referidas as propostas de recomendação e moções apresentadas pelos grupos políticos na Assembleia Municipal. Das oito moções, três apresentadas pelo Grupo Evoluir Oeiras. Das dezasseis propostas, dez apresentadas pelo Grupo Político Evoluir Oeiras. O que o Município não revela neste relatório é o que é que fez com essas propostas, já que apesar de termos questionado várias vezes, nunca foi respondido.-----

-----Este relatório é ainda omissivo quanto à situação discriminatória de participação em reuniões públicas de Câmara e não refere que ao mesmo tempo que foi emitido um parecer jurídico que impedia um deputado do Evoluir Oeiras de assistir a estas reuniões, era permitida a presença de um deputado do INOV. Situação essa que felizmente foi ultrapassada ainda durante o ano de dois mil e vinte e dois. Em vez disso, o relatório indica que convidou os deputados para eventos....
Muito obrigada, Senhor Presidente, por permitir que continuemos a ir às reuniões. -----

-----Temos ainda um capítulo “Diversos” neste relatório. É dedicado apenas aos pedidos do Grupo Político Evoluir Oeiras. Um capítulo que demonstra apenas o trabalho aturado ao nível político e cívico que vimos exercendo em prol da melhoria dos procedimentos, da transparência e da informação de acesso público. Infelizmente vemos lá situações de “reports” que eu, enquanto cidadã, fiz através da aplicação OeirasEu e não como deputada municipal, o que não devia, nem tem que estar num relatório de Direito de Oposição.-----

-----Muito se estranha que o Município não saiba então distinguir um requerimento, um pedido de informação, um email e contributos para a melhoria do Concelho. A Câmara também devia saber que o Direito de Oposição não é o único direito para pedir informação. Temos também o direito à informação consagrado na Lei vinte e seis/dois mil e dezasseis. -----

-----Assim para terminar, pelo que expusemos, e ao contrário da conclusão não fundamentada de factos, que é escrita neste relatório, fica demonstrado...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Deputada, terminou o seu tempo de intervenção.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Estou a terminar.-----

----- ... não foram assegurados os direitos previstos no Estatuto do Direito de Oposição, por parte do Presidente da Câmara.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Queira terminar, por favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “O Presidente, enquanto responsável máximo pelo cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição tem tido uma atuação que, em parte, pode ser considerada antidemocrática. -

----- Mais de um ano depois permanecem, como demonstrado...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, terminou o seu tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... requerimentos por responder.-----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Não tem que agradecer.-----

----- A Senhora é uma pessoa muito irónica e na sua intervenção teve bastante ironia, mas... teve muita ironia no agradecimento que fez por permitir-me que os senhores continuem...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio em **Defesa da Honra:-**

----- “Desculpe lá, Senhora Presidente, Defesa da Honra. A Senhora, enquanto Presidente,

não tem que comentar o meu tipo de intervenção e por acaso, não era... era considerado... e não era de forma nenhuma aquilo que a Senhora Presidente está a dizer. Era sentido.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz o favor de se calar? -----

-----A Senhora disse: “o meu agradecimento à Senhora Presidente”. Dirigiu-se diretamente a mim por ter “permitido que nós continuássemos” ...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** esclareceu o seguinte: -----

-----“Ao “Senhor Presidente”, não é à “Senhora”.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não, a Senhora disse: “à Senhora Presidente”. -----

-----Mas olhe, disse-lhe uma vez que não lhe respondia mais e é isso que vou fazer: não lhe respondo. Mas posso dizer que a Senhora é muito irónica. Mas fique com a sua ironia, para não dizer... eu digo irónica para não dizer outra coisa. E pode levar a taça também.” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, apenas um minuto. Aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, que já entrou depois dos trabalhos terem começado, todos os senhores deputados, vereação, colaboradores da Assembleia e munícipes que nos estejam a assistir e que assistiram a esta diatribe. -----

-----Simplesmente para fazer um comentário. Isto é absolutamente estranho que quem acusa o Executivo de total falta de democraticidade e de desrespeito total pelo Direito de Oposição, nomeadamente (isso foi frisado variadíssimas vezes) pelo incumprimento dos prazos, não tenha a mínima consideração pelo cumprimento dos prazos e dos tempos que o Regulamento da Assembleia Municipal lhe atribui. É frequente, quase generalizado o abuso do tempo de intervenção que lhe é atribuído pelo Regimento, fingindo que não percebe ou que não ouve aquilo que lhe é dito da Mesa, num desrespeito total pelo Regulamento que existe nesta Assembleia. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sabedoria popular tem um ditado que se aplica com rigor à pele da Senhora Deputada. Costuma dizer-se que: “ovelha ruiva, o que faz, cuida”. É exatamente isto. O Grupo da Senhora Deputada, frequentemente, para não dizer quase sempre, ultrapassa mais de vinte e cinco por cento o tempo que lhe é atribuído e depois, geralmente acompanhado (como aconteceu agora) com uma má educação que lhe é característica (mas também já estamos habituados a isso). Ultrapassa, geralmente, em mais de vinte e cinco por cento o tempo que lhe é atribuído e depois tem a ousadia de vir criticar a Câmara, por não cumprir prazos.”-----

----- **A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, obrigada. Boa tarde. -----

----- O que eu ia dizer o Senhor Doutor Vicente (IN-OV) já disse, porque o que eu ia dizer é que a Câmara tem imenso trabalho, porque basta ver o que esta Senhora Deputada vos dá para fazer. Não sei se batemos palmas ou se lhe diga, muito frontalmente, que ela é não só arrogante como muito malcriada. A Senhora Presidente não pode dizer, mas eu digo: muito mal-educada, sem respeito nenhum pela Senhora Presidente, pela Assembleia e por toda a Câmara que está aqui reunida. --- -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu, de facto, continuo a conseguir ficar bastante surpreendida, ao fim deste tempo todo nestas assembleias municipais pelo tom a que chegámos, pelas coisas que são ditas e pelo desrespeito que existe aqui, que em momento algum, por mais oposição que possamos ser uns dos outros, politicamente se justifica. Portanto, gostava de deixar antes de mais essa nota, porque é de facto lamentável, é um péssimo exemplo que damos a quem quer que nos esteja a assistir e tenho a certeza que qualquer pessoa exige mais de uma pessoa eleita, seja do lado dos deputados municipais, seja do lado do Executivo e da própria Mesa, obviamente. -----

-----Quanto ao Direito de Oposição gostava de dizer algumas coisas, nomeadamente relativamente ao timing em que isto foi feito. Nós fomos chamados a pronunciar-nos há mais de seis meses, numa altura em que as GOP já estavam mais do que praticamente concluídas (foram a votação uma semana depois, se não me engano, aqui nesta Assembleia) e portanto, torna-se muito difícil conseguir apresentar propostas concretas e que o Executivo as possa abraçar, se de facto, nos é dado tão pouco tempo e já o documento está numa fase tão avançada de elaboração. Portanto, o primeiro pedido é no sentido de apelar à Câmara, que pelo menos nos oiça com alguma antecedência, para que possa efetivamente ter tempo de acolher aquilo que são as nossas propostas ou não, se assim for o seu entendimento.-----

-----Dizer que também relativamente ao relatório que nos chegou e às várias propostas que foram apresentadas pelos vários partidos, a verdade é que a Câmara pouco ou nada considerou algumas das propostas. No caso concreto da Iniciativa Liberal, foram levantados dois assuntos que nem sequer são coisas que se esteja a pedir que sejam implementadas de novo, são coisas que a própria Câmara, em momentos passados já aprovou. Estamos a falar nomeadamente do Provedor Municipal e do Julgado de Paz. Não são ideias novas, são ideias que já estavam em cima da mesa há vários anos e que, por algum motivo ainda não foram implementadas. Foi alertado para isto há mais de seis meses e a verdade é que não temos nem uma coisa nem outra e, portanto, eu não consigo perceber como é que coisas que já foram aprovadas na Câmara e na Assembleia Municipal, anos depois continuam sem estarem implementadas. Esta era a principal questão que eu gostava de deixar ao Executivo.-----

-----Depois, foi também abordado da parte da Iniciativa Liberal, relativamente à transparência do site. Apesar de muita da informação poder ser consultada no portal base, acho que era de toda a relevância que o próprio site tivesse essa informação. Foi-me dito nessa altura que isso já estava em desenvolvimento, mas a verdade é que continua por fazer seis meses depois. Aquilo que se pede efetivamente, é que haja um maior compromisso da Câmara com este tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

informação, que é essencial para que não só se possa fazer um escrutínio, mas também para os eleitores, que possam acompanhar e para os oeirenses, que possam acompanhar aquilo que é feito e a própria Câmara acabe por ter uma maior abertura e proximidade com as pessoas, que tenho a certeza que é isso que todos pretendemos. -----

----- Uma coisa também muito importante foi a questão do estudo de viabilidade do Fórum Municipal, que foi alertada. A obra continua, os custos têm aumentado e nós continuamos sem fazer a mais pequena ideia de que estudo de viabilidade foi feito, se é que algum ou se não há, se alguma vez vai ser feito. -----

----- E mais uma vez, obviamente, a questão das taxas que foi amplamente levantada e que a Câmara mais uma vez também ignorou (estando, obviamente no seu direito), mas que eu não podia deixar de referir aqui, que no âmbito do Direito à Oposição, foram feitas várias propostas por parte da Iniciativa Liberal, relativamente à redução de taxas, devolução do IRS, uma maior percentagem de devolução do IRS, como forma de combater os efeitos da inflação...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, peço-lhe que termine, já ultrapassou o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Peço imensa desculpa, não reparei. Fundamentalmente era isto.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito boa tarde. Muito obrigado. -----

----- Sobre esta questão do relatório do Estatuto da Oposição, parece-nos que é um conjunto de formalidades importante, que tem a ver com a vida democrática das nossas instituições e que valorizamos sendo que, no caso do poder local, tem contornos muito próprios. Diria que assentam essencialmente, numa perspetiva de construção, mais do que apenas de oposição, construção com

as populações, expressão desse contacto com as populações. Portanto, nós reconhecemos que há aqui uma resposta formal que a Câmara deu, através das respostas a requerimentos, a questões que naturalmente, também acompanhamos e que reconhecemos. O que nos diferencia, o que nos distingue e também aquilo que nos motiva, não são propriamente estas formalidades, ou as discussões sobre as formalidades, ou as adjetivações pessoais, são as respostas concretas que o Município pode dar aos seus munícipes e portanto, mais do que a oposição ou uma oposição, vemos a participação na vida política autárquica como uma dimensão adicional daquilo que é a intervenção democrática na sociedade, na vida local e naturalmente, também na vida do país. ----

-----As nossas posições desse ponto de vista, são construídas de forma dialética e em diálogo. Naturalmente acolhem preocupações nossas, das populações que nos procuram, são também expressão, por vezes do diálogo e da interação com as instituições, com os eleitos, com o Executivo, com as suas circunstâncias e condicionalismos, com os projetos que os próprios trabalhadores do Município aqui trazem, das realizações e resultados que também são alcançados pelo Município e que também saudamos e que também aplaudimos. -----

-----Entendemos em suma, que o relatório cumpre o seu papel, a sua formalidade. Diria que nas grandes prioridades da política municipal estamos na oposição, construtivamente na oposição. Nas pequenas e grandes preocupações dos oeirenses, estamos sempre pelo lado da solução. ---- -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Que saudades que eu tenho da Assembleia de jovens, realizada aqui há dias. Adorei essa Assembleia, pela lição de civismo que os jovens deram aos mais crescidos, e o público acompanha isso. -----

-----Mas eu estou a usar da palavra essencialmente por respeito para com os funcionários da Câmara. Não fosse isso, eu não faria nenhum comentário, mas na realidade, os funcionários da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara merecem-me esse respeito e esta nota. Estão aqui dois volumes cheios, milhares de páginas, respostas, requerimentos, pedidos de informação, etc., feitos pelos partidos da oposição, mas muito especialmente, diria que noventa e nove por cento, tem a ver com a Coligação Evoluir Oeiras, Bloco de Esquerda, Livre e Volt. Portanto, é a coligação desses três partidos que realmente está aqui nos diferentes requerimentos, informações, etc. E naturalmente que noventa e nove por cento dos requerimentos e informações reportam-se a questões de natureza técnica, não a questões de natureza política. Às questões de natureza política, o Presidente da Câmara não tem qualquer dificuldade em responder e responde na hora. As questões de natureza técnica, obviamente que correm pelos serviços técnicos e os serviços preparam essas respostas, de acordo com a sua disponibilidade, sendo certo que as orientações que têm, é que procurem responder o mais depressa possível. Aquilo que o Estatuto do Direito à Oposição refere, é que essas respostas devem ser dadas em tempo razoável e, portanto, o tempo razoável, deve ser considerado em função da complexidade da questão que é apresentada. É assim que as coisas funcionam. De resto, depois há muita... Depois, faz-se muito ruído acerca de respostas... O problema é quando a resposta que é dada nunca agrada, considera-se não respondida e insiste-se novamente, mesmo depois de já ter sido dada a resposta. Mandei distribuir agora um papel, não sei se dá para todos, mas dava com certeza para os líderes do grupo parlamentar, que foi o último contraditório aqui da Assembleia Municipal, a resposta com situações colocadas pela dita Coligação Evoluir, Bloco de Esquerda, Livre e Volt, que puseram uma série de questões em que dizem que não foram dadas respostas. Em noventa por cento das situações já tinha sido respondido. Agora se a resposta não lhes agrada, quer dizer, não é o Presidente da Câmara que vai corrigir a resposta dos serviços técnicos da Câmara Municipal. Como digo, noventa e tal por cento das respostas são dadas pelos serviços da Câmara Municipal. Obviamente que há determinadas situações que às vezes têm mais complexidade, exigem averiguações que recuam a dois, três, quatro anos atrás e naturalmente que exigem algum rigor, tem que se confirmar, tem que se folhear processos, tem que se confirmar

datas e, naturalmente que isso demora tempo. Quero dizer que muitas vezes, muitas das críticas que aqui são feitas, na realidade só traduzem (ao contrário do que eu aqui estou a manifestar) uma falta de respeito extraordinária pelos serviços camarários. -----

-----Por outro lado, há aqui uma constante interpretação errada da lei de acordo com as conveniências e não têm pudor em fazer essas afirmações. A Senhora Vereadora Carla Castelo não tem competência para fazer agendamentos na Assembleia Municipal. A Senhora Vereadora Carla Castelo não tem competência sequer para propor agendamentos na Assembleia Municipal. Se estamos aqui a discutir este assunto, é porque a Assembleia Municipal e os grupos políticos entenderam que deviam discutir aqui na Assembleia Municipal. Não é competência da Senhora Vereador Carla Castelo, dizer que se discuta o assunto na Assembleia Municipal. Quem tem de decidir isso é a Assembleia Municipal e os grupos políticos, e não é por proposta. Que eu saiba, só o Presidente da Câmara é que pode apresentar propostas à Assembleia Municipal. É o que diz a lei e, portanto, esta tendência sistemática para violar a lei é uma coisa extraordinária. A lei só serve quando lhes convém. Quando não lhes convém, é como o outro: altere-se a lei. Mas enquanto não se altera, tem que ser cumprida. -----

-----Depois, o problema da presença de deputados na Câmara, outra forma de deturpar a verdade. Realmente há pessoas que têm uma dificuldade enorme em lidar com a verdade. O que aconteceu na presença, nas reuniões públicas, é que na realidade nunca foram permitidas presenças de pessoas estranhas, não estava escrito no Regimento, mas nunca foram permitidas pessoas nas reuniões privadas da Câmara Municipal. Numa determinada reunião estava presente a Senhora Deputada Mónica Castelo (EO) e ao que parece, tê-la-ão mandado retirar. Quem a mandou retirar não foi o Presidente da Câmara, foram os serviços, porque ao que parece tinham esse hábito. Entretanto, o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) terá estado presente numa reunião e não foi mandado retirar, porque ao que parece os serviços desconheciam (o que é natural, o mediatismo da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) é muito superior) e, portanto, é natural que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) passe anónimo numa reunião da Câmara Municipal. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) naturalmente que é muito conhecida e, portanto, os serviços tiveram o cuidado de a mandar retirar, sem o meu conhecimento sequer. Eu tive conhecimento durante a reunião, justamente porque a Vereadora Carla Castelo disse: “então, mas um pode estar e o outro não pode estar?”. Para mim foi uma novidade e eu próprio disse logo naquela altura: “não, por mim, as pessoas podem assistir. Os deputados, não vejo nenhum problema”. É que a dada altura dá a impressão que as coisas são forçadas. A vida é natural, a vida flui e portanto, eu próprio disse-o ali, não vejo nenhum problema que os deputados assistam, mas a verdade é que os serviços (que naturalmente, compete-lhes zelar pelo cumprimento da legalidade), recolheram, solicitaram um parecer e esse parecer ia no sentido, de facto, de que a lei não permite que pessoas estranhas à Câmara Municipal assistam às reuniões. Mesmo assim, apesar desse parecer, disse: “não, tudo bem, mas não há problema, não incomoda nada”. Agora por acaso, as pessoas devem ter alguma humildade e assistentes sentarem-se na primeira fila sistematicamente, quer dizer, é assim um bocado esquisito. Os dirigentes vão para trás e os assistentes que estão lá por, enfim, autorização especial do Presidente da Câmara, sentam-se logo na primeira fila, não sei se estão a ver. Isto traduz uma falta de humildade extraordinária. -----

----- Por outro lado... Aliás, devo dizer-vos que tenho, vai ser submetido, não sei se vai amanhã à Câmara se não, mas está a ser preparada uma alteração ao Regimento da Câmara e uma das propostas que os serviços fazem, é justamente a de não haver assistentes estranhos à..., digamos a dirigentes ou técnicos que tenham a ver com os assuntos estão a ser discutidos. Mesmo técnicos ou dirigentes que não têm a ver com os assuntos que estão a ser discutidos, não devem estar presentes na reunião. Portanto há estas teorias, mas eu ainda não sei se vamos fazer essa alteração ou não. -----

----- Por outro lado, gostaria também de dizer o seguinte, relativamente à Senhora Deputada Mariana (IL). Às vezes, as pessoas não ouvem as respostas, porque não querem. Julgados de Paz,

Senhora Deputada, já foi respondido aqui cinquenta vezes. A questão dos Julgados de Paz... agora tem é que estar atenta, que é para não perguntar outra vez daqui a seis meses. Julgados de Paz. A Câmara Municipal através da minha pessoa, já transmitiu aqui várias vezes que não vai haver Julgado de Paz nos próximos tempos em Oeiras. E não vai haver porquê? Justamente porque há para aí uma dúzia de anos (ou mais) a Câmara Municipal construiu um edifício para instalar o Julgado de Paz, equipou-o, estava tudo aprovado, equipou-o com equipamento informático, mobiliário, com tudo, disponibilizou as verbas para pagar ao funcionário administrativo (só o juiz é que era pago pelo Estado) e acontece que, entretanto, o Ministério da Justiça “borregou”. Curiosamente, pouco tempo depois, durante a troika, foi criado um Julgado de Paz em Cascais e aquilo que agora nos últimos três, quatro anos, ou cinco nos têm proposto, é que seja criada uma delegação do Julgado de Paz em Oeiras, mas uma delegação de Cascais. Ora bem, nós não alinhamos nisso. Ou há um Julgado de Paz em Oeiras e é o Julgado de Paz de Oeiras, ou não há Julgado de Paz em Oeiras. É isto que nós temos transmitido ao Ministério da Justiça e, portanto, não vamos ser.... Reparem, saiu daqui a Conservatória do Registo Comercial, quando nós temos possivelmente mais comércio do que tem Cascais, mas foi para lá. Tudo isto no tempo da troika. A ministra, aquela ministra, como é que ela se chamava? Teixeira da Cruz. Ela se pudesse extinguir o Município de Oeiras, tinha-o extinto. Mas não conseguiu. Tudo o que eram serviços do Ministério da Justiça, ela passou para Cascais. Aliás, basta ver o Tribunal de Oeiras hoje, os casos que estão no tribunal são bagatelas, bagatelas penais. O resto vai tudo para Cascais. Isto é uma coisa estranha, não é? Mas a verdade, é que a senhora ministra da Justiça do Governo da Troika conseguiu esvaziar as instituições judiciais aqui de Oeiras. Com o Julgado de Paz foi o mesmo, foi criado lá o de Cascais e agora, obviamente que nós não alinhamos nisso. Mas o que eu estou a dizer agora já o disse há meses, quando foi colocada também a questão do Julgado de Paz, portanto, esta é a posição do Julgado de Paz. Eu já a tinha transmitido. -----
-----Apenas peço que registem... Todos estes volumes que aqui estão, que são pesados, isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

corresponde e é por isso que eu quero prestar aqui uma grande homenagem aos trabalhadores da Câmara, aos funcionários da Câmara, porque o que está aqui são centenas de horas de trabalho, a acrescentar aquilo que é naturalmente a sua obrigação em satisfazer necessidades dos cidadãos. Há aqui muita resposta em triplicado, em quadruplicado, porque a primeira resposta não agradou aos requerentes e, portanto, insistem novamente dizendo que não foi dada resposta. Tem havido essa capacidade, essa paciência, de com frequência responder pela segunda vez, responder pela terceira exatamente à mesma coisa. De maneira que se os senhores deputados tiverem todos a disponibilidade e a pachorra para consultar todas essas respostas, irão, de certeza, ter o mesmo pensamento que eu: grandes funcionários que a Câmara Municipal de Oeiras tem, que são capazes de, a par do seu trabalho do quotidiano, ainda responderem a todas estas questões.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **APRECIADA**-----

4.2. Apresentação dos projetos vencedores da Assembleia Municipal Jovem de Oeiras (os documentos relativos a estes Projetos encontram-se arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Bem, vamos passar à apresentação dos projetos vencedores da Assembleia Municipal Jovem de Oeiras. Ainda não está na sala o grupo que ficou em primeiro lugar, mas nós vamos dar a palavra ao grupo que ficou em terceiro lugar, que é a Escola de Miraflores. Façam favor. Querem fazer a apresentação aí? Muito bem. -----

----- Um minuto... A vossa professora irá fazer a apresentação do grupo. Mas vá ali...” -----

----- A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** observou o seguinte: -----

----- “Não vou nada... eu faço a apresentação do grupo aqui, que é a mesma coisa, porque eu deleguei neles esta vantagem de serem jovens e de falarem deles. Porque é um olhar diferente

e eu pedi-lhes, tivemos ontem uma reunião, estivemos os cinco reunidos e eu disse: “eu não vou falar de vocês, porque vocês conhecem-se muito melhor do que eu, que só conheço um percurso académico que está numa folha de “inovar”...” e eles falam... e eles como já se conhecem há anos, porque já são velhos naquelas andanças e naquela união de freguesia, vou falar deles. -----

-----A única coisa que eu gostava de fazer aqui, uma ressalva, é que nestes cinco jovens que estão aqui presentes, estão aqui representados os vários quadrantes políticos, alguns deles militantes. Estão de diferentes quadrantes políticos. Eles são um exemplo para nós adultos, do que é unir na diversidade e não é só unir agora neste projeto, porque eles há cerca de dois anos que trabalham em conjunto. Acho que é um exemplo de como é que se consegue ter esta elasticidade, de viverem nestas faixas etárias tão difíceis, viveram tempos de pandemia e continuam a ter um ideal comum e independentemente da visão que têm política, conseguem construir o que há de melhor para nós. Portanto, Miguel fala se faz favor, faz lá característica do grupo. Agora és só tu.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prestou o seguinte esclarecimento:-----

-----“Deixe-me só dar um esclarecimento. Estava ali a ver... É que a nossa colega Fátima Rodrigues (IN-OV) que hoje está aqui assim ajudando-nos a secretariar a Mesa, é também a diretora do agrupamento da Escola de Miraflores, que foi a que ficou em terceiro lugar e é nessa qualidade, enquanto diretora do agrupamento, que ela usou da palavra. Faça favor.” -----

-----O **Jovem Miguel Gonçalves, aluno da Escola Secundária de Miraflores,** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde a todos. Quero agradecer a palavra à Senhora Presidente e ao Senhor Presidente pela sua presença, agradecer aos vereadores e a todos os presentes. -----

-----Eu gostaria só de apresentar o nosso grupo antes da apresentação, para saberem quem nós somos. Os nossos nomes, sou o Miguel Gonçalves, Maria Veiga, André Pires, Pedro Aldeia e Beatriz Quintas, que infelizmente não pôde estar presente hoje. Nós somos alunos do décimo segundo ano, da Escola Secundária de Miraflores. Eu e a Maria estamos no agrupamento há doze



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anos, por isso a nossa educação toda foi neste agrupamento e os outros estão no agrupamento há seis anos, por isso estamos bastante familiarizados com os problemas dos jovens no nosso Concelho.- -----

----- Sempre nos envolvemos muito em atividades extracurriculares, por exemplo, eu e a Maria estamos na Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, em Linda-a-Velha, desde o nosso primeiro ano e outros membros do nosso grupo também já participaram e frequentaram. Todos praticamos desportos como basquete, judo, karaté e ténis. Estamos a considerar um futuro em instituições académicas como o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Medicina de Lisboa e a Faculdade de Farmácia de Lisboa. Somos alunos interessados e nós acreditamos que conseguimos fazer uma diferença. Por isso, decidimos participar neste projeto para melhorar a vida dos jovens em Oeiras. -----

----- A Maria Veiga vai apresentar o nosso projeto e é um tema muito recorrente em Oeiras atualmente, considerando que foi já referido cá no Período Antes da Ordem do Dia, que é os transportes em Oeiras. Por isso, acho que estarão interessados no nosso projeto.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente pela palavra. Vou agora passar a palavra à minha colega Maria Veiga.” -----

----- **A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “A Maria, o instrumento que toca é a harpa.” -----

----- **A Jovem Maria Veiga, aluna da Escola Secundária de Miraflores,** fez a seguinte apresentação:-----

----- “O nosso projeto chama-se “Oeiras em movimento juntos por uma mobilidade jovem sustentável e acessível”.-----

----- Semelhantemente ao projeto que foi posto em prática em dois mil e vinte e dois no Concelho de Lisboa, propomos a criação de um passe gratuito para os transportes públicos tornando todos os residentes de Oeiras até aos vinte e três anos elegíveis ao passe navegante

metropolitano. Ou seja, em Lisboa foi implementada esta medida em dois mil e vinte e dois, esta é a área de acesso a que dá e nós estávamos a pensar implementar um projeto em que desse acesso à Área Metropolitana de Lisboa, que é isto que está aqui a aparecer.-----

-----Porquê? Porque é que devem escolher o nosso projeto e porque é que o devem tomar em conta? Nós achamos que temos três principais vantagens: o ponto de vista socioeconómico, acessibilidade cultural e sustentabilidade.-----

-----Primeiramente no socioeconómico. Achamos que o projeto que nós propomos tem particular importância, especialmente no clima socioeconómico atual, com a subida dos preços dos produtos alimentares essenciais, dos combustíveis e da energia, tem-se tornado progressivamente mais difícil para as famílias residentes de Oeiras enfrentarem as crescentes dificuldades económicas. A gratuidade dos transportes públicos ajudará a aliviar parte desta pressão, permitindo que os oeirenses se desloquem pelo Concelho sem pagar por transporte. Assim, esta iniciativa é de máxima importância para aqueles que dependem dos transportes públicos para chegar ao trabalho, à faculdade, à escola, bem como para aqueles que precisam de acesso a serviços públicos, como clínicas médicas e serviços sociais.-----

-----Agora no que toca à acessibilidade cultural. Para além disto que eu acabei de dizer, para os jovens que não têm acesso a transportes privados e enfrentam restrições financeiras, a implementação de um passe grátis oferece a chance de explorar a diversidade cultural que o Concelho tem para oferecer e que, de outro modo, não teriam acessibilidade como por exemplo, exposições, festivais, concertos, concursos, etc. A gratuidade dos transportes públicos pode assim também ajudar a reduzir as desigualdades sociais e educacionais, garantindo que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades de acesso à cultura, independentemente da sua origem ou condições financeiras. Como candidato a Capital Europeia da Cultura, nós acreditamos que o Concelho de Oeiras tem a responsabilidade de assegurar o direito à mesma. Todos têm o direito à fruição e criação cultural, não apenas quem consegue pagar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora do ponto de vista da sustentabilidade. Atualmente a maior parte das cidades enfrenta diversos problemas relacionados com o meio ambiente tais como a poluição sonora, barulho excessivo, consumo de energia, emissão de gases com efeito de estufa, etc. Com a implementação dos passes gratuitos, mais pessoas virão a utilizar os transportes públicos em detrimento dos transportes privados. Tendo em conta a atual crise climática que enfrentamos, precisamos criar uma nova abordagem priorizando o desenvolvimento sustentável do território. A determinação de fazer de Oeiras um território de elevada qualidade, conduziu o Município à posição de liderança que hoje ocupa. Por essa razão, consideramos que é prudente e imperioso que este projeto seja implementado com o fim de manter o Município nesta mesma posição.-----

----- Agora a estimativa de custo. Vou explicar muito brevemente como é que nós fizemos isto. Pegámos na população elegível ao passe, ao nosso projeto em Oeiras (que são aqueles com menos de vinte e três anos), à população que foi elegível em Lisboa (que é menores de vinte e três e maiores de sessenta e cinco) e aquilo que foi o máximo de gastos previstos anuais para Lisboa, fizemos uma proporção, uma regra de três simples e chegámos àquele valor.-----

----- A questão dos transportes públicos é uma questão de máxima importância. Nós consideramos que se trata de assegurar o direito à igualdade de oportunidade.-----

----- Agradecemos a oportunidade de participar no avanço do Concelho de Oeiras e estamos entusiasmados pela possibilidade de contribuir para a melhoria da vida dos jovens do nosso Concelho.- -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pela vossa apresentação e pelo vosso projeto.-----

----- Agora temos o projeto que ficou em segundo lugar. Quem é que vem fazer a apresentação? Está presente o diretor de agrupamento desta escola, não sei se quer usar da palavra. Deixe-os, que eles se eles tratam de si. Portanto, temos a Escola Luís de Freitas Branco, não é?

Têm uma sorte... uma escola espetacular. Fui lá a semana passada, sim e fiquei realmente.... Aliás, tinha dito ao Senhor Vereador da Educação, que quem conheceu aquela escola e como ela está agora, parece um polo universitário. Muito bem. Façam favor. Senhores deputados, façam favor.”

-----**A Jovem Deputada Ana Ramirez (Escola Secundária Luís de Freitas Branco)** disse o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer pela palavra à Senhora Presidente, ao Senhor Presidente, a todos os presentes na Mesa e aos Deputados presentes.-----

-----Vamos apresentar o nosso projeto, que é o “Parque Infantil Inclusivo em Oeiras” ----

-----Em primeiro lugar apresento o nosso grupo:-----

-----Responsável – Miguel Manageiro;-----

-----Efetivos – Ana Ramirez e Diogo Fadista;-----

-----Suplentes – Yago Santos e Daniela Sousa.-----

-----“O que queres para Oeiras?”-----

-----O nosso objetivo é dotar Oeiras de um parque infantil inclusivo, público, para crianças com necessidades especiais como: mobilidade reduzida, dificuldades intelectuais e cognitivas, através da restauração do parque infantil do Parque dos Poetas.-----

-----A razão da nossa intervenção é uma razão social, para incluir as crianças com necessidades especiais.-----

-----O público-alvo, será crianças até aos quinze anos de idade (como está no PowerPoint), mas o parque está acessível a qualquer idade.-----

-----Agora passo a palavra ao meu colega Diogo Fadista, que vai explicar o porquê de termos escolhido este parque.”-----

-----**O Jovem Deputado Diogo Fadista (Escola Secundária Luís de Freitas Branco)** referiu o seguinte:-----

-----“Primeiramente, queria agradecer a palavra à Senhora Presidente, cumprimentar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhor Presidente e todos na Mesa, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. -----

----- Nós escolhemos o Parque dos Poetas, pois é um parque muito bem localizado. Fica perto de restaurantes, escolas, cafés, também tem um espaço verde muito grande, onde nós podíamos aumentar o espaço com mais brinquedos, para certas crianças. -----

----- Aqui, o meu colega Miguel Manageiro, vai explicar melhor para qual espaço vão os brinquedos.” -----

----- O **Jovem Deputado Miguel Manageiro (Escola Secundária Luís de Freitas Branco)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de agradecer a palavra à Senhora Presidente e cumprimentar o Senhor Presidente e todos na Mesa, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. -----

----- Na primeira zona, iríamos remover um dos baloiços, para implementar um que consiga incluir crianças com dificuldades motoras e/ou físicas. -----

----- No segundo espaço, iríamos substituir aquele espaço, por um baloiço em inox, para crianças com necessidade de cadeira de rodas, para que consigam colocar a cadeira dentro do baloiço e assim poderem baloiçar e divertirem-se. -----

----- O terceiro espaço, iríamos substituir por um parque infantil temático, que inclui uma passadeira para crianças que necessitam de cadeira de rodas e também tem exercícios para crianças com problemas cognitivos. -----

----- No quarto espaço, iríamos substituir dois baloiços por um baloiço com mola e painel duplo, adaptável a crianças com problemas motores, onde se poderiam segurar e mais facilmente baloiçar e terem diversão. -----

----- Por fim (e último espaço), não vemos necessidade de mudar nada, pois é o espaço mais utilizado pelas crianças, mas gostaríamos de colocar um “círculo” para crianças com problemas daltónicos para entenderem melhor as cores (com diferentes símbolos para elas poderem...por exemplo, aquele símbolo elas veem azul, o símbolo vai estar em diferentes partes e assim elas

entendem que aquilo é azul, ou que aquilo é amarelo). -----

-----Tudo isto iria ter um custo de cinquenta mil euros, fora mão-de-obra. -----

-----Obrigado” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Meus Senhores, estamos aqui com um problema, porque o terceiro grupo, o que tem a proposta vencedora, ainda está a caminho. Acabou o exame, mas houve vários contratempos. ----

-----Eu ia propor fazermos um intervalo, mas que tem mesmo de ser rápido. Logo que eles cheguem voltamos para a sala.” -----

-----**INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Vamos recomeçar os nossos trabalhos. -----

-----Isto hoje foi aqui assim uma ansiedade, até chegar o grupo que venceu as propostas, à Assembleia Municipal Jovem. Eles tiveram hoje um exame de Matemática, espero que tenha corrido muito bem, e agora estão aqui para nos fazer a apresentação. -----

-----Eu ia pedir, em primeiro lugar, ao Diretor da vossa escola se quer dizer alguma palavra? Também devia, Professor Seixas, faz favor.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Pode... desde que o microfone funcione.” -----

-----**O Senhor Professor Seixas (Diretor da Escola Secundária Camilo Castelo Branco)** referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde. -----
----- Senhora Presidente, agradeço. Vou ser rápido. -----
----- Quero apresentar as minhas desculpas pelas nossas alunas que só chegaram agora, mas
estiveram a realizar teste. E são tão autónomas, que nem pediram nada ao Diretor. -----
----- Parabéns para elas, para todos os jovens e pela vossa iniciativa. -----
----- Obrigado.” -----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Muito obrigada, Professor Seixas. -----
----- Então agora, dou a palavra às Jovens Deputadas, para fazerem a vossa apresentação.
Faz favor.” -----
----- A **Jovem Deputada Sabrina Pereira (Escola Secundária Camilo Castelo Branco)**
fez a seguinte intervenção:-----
----- “Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, Elisabete Oliveira,
Excelentíssimo Presidente do Município de Oeiras, Isaltino Morais, Excelentíssimos Vereadores,
Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, Deputados Municipais, membros da Mesa e
convidados, boa tarde. -----
----- Chamo-me Sabrina Pereira, tenho dezasseis anos e sou estudante do décimo primeiro
ano em economia. -----
----- Eu, e as minhas colegas Maria Cocco, Carolina Mesquita, Madalena Ponciano e
Leonor Caldinhas, gostamos de participar ativamente na melhoria da nossa comunidade e, por isso
aderimos a este projeto e estamos aqui hoje a apresentar-vos o nosso projeto para os jovens de
Oeiras. -----
----- O nosso projeto consiste na realização de festas solidárias temáticas, que serão
realizadas de modo trimestral nas diversas freguesias de Oeiras. -----
----- Objetivos – os objetivos destas festas são os seguintes: -----

-----Um – Devido às circunstâncias atuais, do aumento do custo de vida, várias famílias estão em situação de carência social, por isso, pretendemos angariar bens essenciais (tais como bens de higiene e bens alimentares), a serem doados a três instituições de cariz social em cada festa. Ou seja, no final do ano serão apoiadas doze instituições através deste projeto. A ideia original era esta, mas estamos a ponderar cobrar um valor à entrada, e esse ser distribuído às instituições; -----

-----Dois – Hoje em dia, temos a noção de que os jovens passam muito tempo nos meios virtuais, não tendo tempo para o relacionamento de proximidade. Pretendemos, com este projeto fomentar laços de proximidade entre os jovens estudantes de Oeiras;-----

-----Três – De modo a impulsionar o interesse dos jovens sobre temáticas importantes para o seu dia-a-dia e esclarecimento de dúvidas sobre o seu futuro, iremos promover momentos de debate e de acordo com a temática de cada festa;-----

-----Teremos convidados que irão realizar breves apresentações alusivas ao tema da festa seguidas de momentos de debate e esclarecimento; -----

-----Quatro – Consideramos que os músicos e artistas locais jovens, precisam de mais visibilidade e oportunidades para demonstrar o seu talento. Por esse motivo, serão convidados para animar as festas.-----

-----Temas – Os temas para as festas serão os seguintes:-----

-----O Futuro da Juventude (que inclui ensino e emprego); -----

-----Jovens na política; -----

-----Desporto;-----

-----Ambiente.-----

-----Vertente Social – A entrada nas festas, será realizada através da doação de bens essenciais ou dinheiro para as diversas instituições.-----

-----Caso avancemos com a recolha de bens, na entrada, teremos uma equipa responsável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pela divisão de bens, de forma a garantir uma distribuição proporcional de acordo com o número de utentes de cada instituição. -----

----- No final da festa, as instituições serão chamadas ao palco e iremos informá-las sobre o número de bens recolhidos e destinados a cada uma. -----

----- Apoios e parcerias – Para a concretização deste projeto, precisamos de apoios e parcerias muito importantes, pois vamos precisar de palco, sistema de som, montagens de stands, segurança, entre outros. -----

----- Esperamos contar com o apoio das seguintes instituições: -----

----- Município de Oeiras; -----

----- Juntas de Freguesia; -----

----- Instituto Português da Juventude; -----

----- Proteção Civil (Bombeiros e PSP); -----

----- Instituições de cariz social. -----

----- Divulgação – A divulgação será realizada por meios digitais: email e redes sociais, (como o Instagram e Tik Tok). -----

----- Temos a noção de que a participação dos jovens na política é muito importante. Portanto, queríamos dar os parabéns a todos os jovens que participaram, e gostaríamos de contar com a participação de todos neste projeto. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Ora bem, este foi o projeto vencedor. -----

----- Está neste momento aberto o...Mas hoje vamos fazer ao contrário, porque o Senhor Presidente tem pouco tempo. Eu iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que tem de sair, e depois dava a todos os Senhores Deputados, que quisessem fazer perguntas a este grupo. -----

----- Senhor Presidente, faz favor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----Obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, caros jovens. -----

-----Gostaria muito de estar aqui até ao fim da reunião, mas temos a inauguração do Centro de Saúde Mental, agora às seis horas. Essa inauguração foi marcada antes de ter sido marcada esta Assembleia, portanto, já não podemos proceder a qualquer alteração. -----

-----Naturalmente, que eu quero felicitar todos os jovens que concorreram, os respetivos agrupamentos das escolas e os professores que acompanharam. -----

-----Tivemos a oportunidade de assistir às apresentações na última reunião da Assembleia Municipal. Julgo que foi um prazer para todos nós assistirmos a essas apresentações. É indiscutível que o à vontade... até hoje já se nota (vejam bem como é importante a participação nas Assembleias Municipais), uma evolução no traquejo, no à vontade, comparativamente com as apresentações que foram feitas na Assembleia Municipal anterior, com as apresentações que foram feitas agora, menos nervosismo, mais à vontade, etc. -----

-----São todos projetos vencedores, mas eu quero realmente, dar-vos os parabéns, felicitar-vos, porque acho que foi uma experiência muito importante para nós, para a Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal, todo o processo organizativo que nos conduziu até aqui e julgo que é um bom exemplo, que merece realmente continuidade e melhorias nos próximos anos. -----

-----Da parte da Câmara Municipal, aquilo que eu vos posso garantir é que em relação aos três prémios, nós iremos dar a concretização àqueles que dizem respeito à Câmara, designadamente o “Parque Infantil Inclusivo”, que em muitos dos parques que temos a funcionar, nós já estamos a introduzir o equipamento inclusivo. Mas, neste caso, obviamente, que iremos ter uma atenção especial. Em outras situações, em que seja necessário o envolvimento mais ativo da Câmara Municipal, estaremos naturalmente à vossa disposição. -----

-----Gostaria de vos felicitar também, porque sei que, à semelhança do que acontece na política, na atividade política, nós sabemos que muitas vezes as pessoas que estão numa freguesia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que estão na Assembleia Municipal ou mesmo na Câmara Municipal, com frequência estão também noutras instituições (instituições de solidariedade social, bombeiros, clubes...), quer dizer, têm tempo para tudo, isto é, há quem tem tempo para tudo e há quem não tem tempo para nada, não é. E neste caso, são jovens, de uma forma geral, bons alunos, o que significa que estão a ser bem preparados, e significa também que a realização e a participação nestas Assembleias, esperemos que vos desperte também, o interesse na atividade política, depois das vossas profissões, depois de se realizarem profissionalmente. É fundamental que estejam bem preparados, que se quiserem fazer política que não dependam da política. Mas é indiscutível que a política precisa dos jovens, porque naturalmente, a ambição, a vontade de transformar o mundo, é sempre muito determinante na vida dos jovens. E, portanto, o sonho, as expectativas de um mundo melhor, o idealismo (há sempre outros ideais) e, às vezes, as pessoas mais velhas, não é o meu caso atenção, fartam-se de lutar, a dada altura há tanto obstáculo, há tanta coisa a impedir que a nossa vida siga um percurso de sucesso, de progresso, que a dado momento quase dá vontade de desistir, e alguns desistem, aliás, há muitos que desistem. Portanto, como em tudo na vida, é preciso não desistir.--

----- Os meus parabéns, e daquilo que for necessário da Câmara Municipal, contactem o Gabinete de Juventude, estará à vossa disposição. E eu espero em breve, que naquilo que diz respeito à Câmara Municipal seja devidamente concretizado. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu abro agora para os Senhores Deputados.-----

----- Alguém quer fazer algum comentário? -----

----- Bem, temos aqui uma lista... Eu peço-lhes que sejam breves, porque temos onze pessoas inscritas.”-----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de me debruçar sobre estas propostas que temos hoje em debate, gostaria de

dirigir uma forte saudação a todos e a todas as jovens que participaram nesta primeira edição da Assembleia Municipal Jovem, saudar o trabalho das escolas e dos professores que se mobilizaram para que esta pudesse ser uma realidade. Congratular os estudantes que elaboraram as propostas vencedoras, propostas estas que abordam aquilo que de mais urgente temos que solucionar nas nossas comunidades. Acreditamos que estas recomendações, que são colocadas por estes jovens, são representativas e emanam da vontade expressa de forma democrática da nossa comunidade escolar. Confiamos plenamente, na vontade vanguardista que pauta a nossa juventude oeirense. -

-----Passando à análise das propostas. -----

-----Festas Solidárias, cujo campo amplo de mais-valias toca também nos eixos da dinamização cultural e da participação cívica. -----

-----A reestruturação do parque infantil do Parque dos Poetas num espaço inclusivo, porque brincar é também um direito, independentemente da condição limitadora que cada criança possa ter. Estamos num Concelho onde as acessibilidades ainda têm muito para melhorar, como afirmam também estes jovens no documento. -----

-----E, por último, a garantia da gratuitidade de transportes públicos até aos vinte e três anos. Proposta que pode, de facto, impactar de forma universal as várias juventudes no nosso Concelho. Para as novas gerações, o direito à deslocação e o combate sério e justo do ponto de vista social e ambiental é o caminho para a sustentabilidade. É certo que se trata de uma medida de grande envergadura do ponto de vista do investimento financeiro do nosso Município. Estes jovens apontam para um custo de dois vírgula seis milhões de euros, eu não tenho informação para poder comprovar isto, mas se for assim, Senhor Vice-Presidente, não se preocupe, será mais barato que o parque de estacionamento da República, em Algés. -----

-----Estamos perante ideias concretas que respondem a problemas concretos. No entender do Grupo Político Evoluir Oeiras, todas estas propostas devem ser acolhidas pelo Executivo. Não apenas por terem sido redigidas por jovens do nosso Concelho, mas porque são justas, aliás, o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ponto comum, será certamente a vontade de impor mais justiça social no nosso Concelho. -----

----- Relativamente à Sessão decorrida, gostaríamos de dar os parabéns aos jovens participantes, e indicar-lhes que o Grupo Político Evoluir Oeiras, espera que o Município apoie e coloque em prática, antes de mais também, a proposta vencedora.-----

----- Finalmente, gostaríamos de saudar as propostas e as promessas feitas aos jovens, que ouvimos por parte do Executivo na dita Assembleia Municipal Jovem.-----

----- E, permitam apenas uma nota pessoal, sendo eu jovem, dos poucos que teve o privilégio de usar da palavra nesta casa na condição de Deputado, fico entusiasmado com alguns sinais que demonstram que a geração que nasceu já depois da viragem do Milénio reconhece o que é urgente, tem propostas, tem critério e tem uma voz coletiva e construtiva.”-----

----- **A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Quero começar a minha intervenção por dar os parabéns às três equipas vencedoras.

----- Estes jovens, demonstram bem o nível de sensibilidade e de educação que têm, foram um espetáculo a apresentar estes projetos. Mas marcou-me profundamente, o segundo projeto, o “Parque Infantil Inclusivo em Oeiras”, onde jovens de tenra idade já estão preocupados com parques infantis inclusivos. Isto demonstra bem a sensibilidade educacional que eles têm. E queria dar muitos parabéns a eles. -----

----- Quanto à Sabrina Pereira, é filha e sobrinha de um político e vai-se fazer uma grande política. É a minha fé.” -----

----- **O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, senhoras funcionárias e público que nos assiste em casa, estudantes que estão aqui hoje com o objetivo de apresentar os projetos vencedores. -----

-----Em primeiro lugar, eu acho que este projeto é de enaltecer e congratular, a iniciativa de jovens aqui do Concelho que, desde a primeira hora, tiveram a ideia de apresentar este projeto junto do Executivo, e depois por sua vez, a Senhora Presidente da Assembleia também, que aqui hoje está de parabéns, porque desde a primeira hora assumiu, contra tudo e todos, de que o projeto seria um bom projeto para a participação ativa da Juventude aqui no Concelho, e hoje estamos aqui, por isso, Senhora Presidente, parabéns. Parabéns, a toda a equipa que sempre, desde o início, acompanhou a Senhora Presidente, parabéns aos jovens que tiveram humildemente, esta ideia, porque apresentaram, tiveram a ousadia de apresentar esse projeto à Senhora Presidente, ao Senhor Presidente, e hoje estamos aqui a falar disto, por isso estão todos de parabéns. Mas também, como é um dia de festa, com a vossa permissão, eu acho que é hora de fazer aqui um agradecimento dentro de um triângulo fundamental para o desenvolvimento, daquilo que é a política juvenil para Oeiras. Podemos falar...claro que temos que olhar para os jovens, para os estudantes de todas as escolas secundárias que participaram neste projeto, mas também temos que olhar para os professores, e temos que agradecer o empenho dos encarregados de educação que deram o apoio aos seus educandos para participarem neste projeto, que hoje estamos aqui a avaliar.-----

-----Falando dos projetos, eu estive aqui no dia da apresentação, e depois tivemos aqui os três projetos vencedores. Acabou por ficar em primeiro lugar, a Festa Solidária, que nós acabamos por presenciar aqui a apresentação... Aquilo que eu tenho para dizer, é que, felizmente hoje temos este espaço para debater problemas da juventude, e não só debater, mas reconhecer e acolher efetivamente, projetos dos jovens do nosso Concelho.-----

-----Por isso, na linha daquilo que a Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), disse, o segundo projeto, de inclusão, foi o projeto que se identificou muito comigo, porque sei o que é passar por algumas dificuldades de ter um familiar com mobilidade reduzida, em querer que o familiar partilhe o espaço de lazer com as outras crianças e não poder. Por isso, eu só tenho de agradecer à juventude que hoje, por bem, trouxe esse projeto e apresentou esse projeto para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia Municipal. Mas sem desmerecer os outros jovens que estiveram aqui muito bem. ----

----- Por isso, hoje é dia de agradecer e dizer que me sinto com muito orgulho de poder estar aqui deste lado, e tenho que vos agradecer a oportunidade de ver o vosso projeto e testemunhar aqui este ato único.-----

----- Por isso, muito obrigado a todos, e continuação de boa sessão.”-----

----- A **Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, jovens de Oeiras.-----

----- No dia nove de maio, realizou-se a primeira Assembleia Municipal Jovem, sobre o tema comum “O que queres para Oeiras” cuja missão foi promover a cidadania ativa e dar palavra aqueles que hoje e amanhã contribuem e contribuirão para a construção do Concelho. Trouxeram uma perspetiva fresca e o ímpeto de mudança, procurando impulsionar debates sobre questões urgentes, como a sustentabilidade, a justiça social, a mobilidade, a inclusão, empreendedorismo, etc. No entanto e porque vivemos tempos muito estranhos e difíceis, com a emergência de radicalismos ideológicos e populistas, gostaria de referir, aqui, a ideia de se ter proposto o voto secreto, que naturalmente não foi aceite. E as perguntas que me ocorrem são: A liberdade de escolha ainda tem consequências? Que consequências? -----

----- A democracia é um conceito difícil e complexo, que precisa de guardiões atentos, todos os dias e ao domingo e em todas as instituições, muito especialmente nas escolas e nas universidades. Há uma cultura democrática, o ethos democrático que existe, mas é preciso conseguir formar cidadãos capazes de compreender informação complexa, analisá-la e desenvolver modos de ser, estar e agir, consistentes, persistentes, exigentes e, acima de tudo livres. É necessário reforçar a educação cívica, de qualidade, incentivar o diálogo intergeracional e criar espaços seguros para que expressem as suas opiniões como é, e foi, o caso da nossa Assembleia Municipal, criando uma oportunidade real, de participação e uma posterior tomada de decisão.---

-----Endereço daqui os meus sinceros parabéns a todos os jovens, assim como a minha expressa e sincera vontade que os jovens se envolvam nas decisões do Concelho e do país, e se sintam apoiados na sua jornada política e na sua jornada cidadã. -----

-----Esta Câmara, ao dar voz à juventude nas políticas de Oeiras, está a contribuir para o empoderamento democrático dos jovens, para a criação das políticas inclusivas e equitativas, e para a garantia dos valores da liberdade e dos valores da democracia.”-----

-----**A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde.-----

-----Eu não vou analisar as propostas deles, que já todos fizeram e eu não me sinto preparada para isso. Vou apenas falar deles, eles pessoas. Meus queridos jovens, eu fui como vós, só que eu não tive ninguém que me ajudasse e apoiasse para os meus sonhos se concretizarem. Vocês têm, aproveitem, não desistam nunca.-----

-----Eu quero dar os parabéns aos professores, porque os professores que estão abertos a que os jovens se evidenciem, e que façam aquilo que têm na ideia, por bem claro, merecem a minha grande salva de palmas. Os senhores professores, que ajudam os jovens, que são realmente o embrião desta grande cidade, deste grande monte que somos nós, merecem todo o meu apoio. Obrigada, senhores professores. E vocês jovens, não desperdicem este apoio. Têm uma Câmara e têm os professores, não desperdicem nunca o apoio que têm, vão em frente. E Deus queira que consigam os vossos objetivos.”-----

-----**O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Qualquer sociedade ambiciona sempre, em todos os tempos, em todos os lugares, que a geração seguinte seja melhor que a anterior. É esse o desígnio dos pais, a que os seus filhos tenham mais oportunidades, melhores condições de vida, e é isso que tem acontecido na sociedade portuguesa, sobretudo depois do vinte e cinco de abril, porque antes nós tínhamos sessenta e sete por cento, de analfabetismo, portanto, o que aqui aconteceu seria impossível antes do vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de abril de mil novecentos e setenta e quatro. -----

----- O que estes jovens vieram aqui demonstrar, e deram-me bastante alento, foi ao desígnio do Senhor Presidente Isaltino Morais e do Senhor Vereador Pedro Patacho, quando disseram “Em Oeiras, queremos ter os melhores alunos do país”, e aqui foi uma prova que foi dada, que não só temos os melhores alunos do país, como são fruto da escola pública, e isso também é importante. Temos aqui três escolas, que são escolas públicas, e a escola é o elevador social que permite aos jovens progredirem e que consubstancia a igualdade de oportunidades.----

----- Eu não quero ser paternalista, o que eu quero dizer a estes jovens, é que, não parem, reivindicuem, sejam irreverentes, não precisam de um concurso para vir aqui, venham no fim da Assembleia e apresentem as vossas ideias, vão às vossas Assembleias de Freguesia, organizem-se na Associação de Estudantes, sejam reivindicativos, não fiquem por aqui, não precisam de prémios nem de concursos, nem de aplausos, nem de palmadinhas. Vocês demonstraram, sobretudo, aquilo que Henry Ford dizia que era o trabalho mais difícil do mundo, que é pensar, porque ninguém está disposto a fazê-lo. E, saliento o seguinte, a primeira proposta é uma proposta quase estrutural, porque há duas dimensões da política, como sabemos, a política como Ciência Política e o Exercício da Política, que é o que aqui fazemos, e esta proposta dos transportes públicos, é uma proposta que transpõe o Município, e mais ainda, usaram o plágio e bem, (porque em política o plágio não é crime, nem é maldade, a política exige o plágio), porque esta medida já foi implementada aonde? Em Lisboa. Quanto custou em Lisboa? Fizeram uma regra de três simples e chegaram ao valor de quanto ela custava. E é isto que eu queria, também, salientar de positivo, é que não é só apresentar propostas, é dizer quanto custa, e vocês fizeram-no, custa “x”. Porque essa coisa do gratuito não existe, alguém paga, e essa é que é a questão da política, para se ter determinado bem o serviço gratuito, há prioridades que ficam por concretizar.-----

----- Em relação à segunda proposta, naturalmente que é imbuída de um espírito mais incisivo, social e de justiça social. Também foi apresentado o custo, e com um pormenor, foram

cinquenta mil euros, exceto a mão-de-obra. Eu achei esse pormenor verdadeiramente importante, vocês fizeram pesquisa, foram saber quanto custa, e isso é importante em política. -----

-----A terceira proposta, a proposta vencedora, é mais holística, é uma proposta mais ambiciosa, porque articula efetivamente... basta ver as entidades a que vocês recorrem.

-----Mas queria só deixar como nota final, do brilhantismo aqui apresentado, que houve duas menções (pelo menos), ao custo de vida, e a preocupação que os jovens têm com a economia e com o custo de vida.-----

-----Mesmo como nota final, foram sempre apresentadas com espírito de corpo de equipa, mostraram uma grande identidade com o vosso lugar, com o vosso Concelho, com a vossa cultura e com este Município, e uma grande cumplicidade.-----

-----Parabéns aos professores. Parabéns aos alunos.”-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Eu não vou acrescentar muito mais àquilo que já foi dito. Gostava só de agradecer e parabenizar, os jovens que aqui vieram, não só pela qualidade das propostas, como também pela qualidade das intervenções que aqui tiveram, extremamente bem organizados, muito conscientes daquilo que já são as regras aqui de uma Assembleia, e é sempre muito positivo ver jovens tão interessados na ação cívica, em darem o seu contributo e não ficarem simplesmente de braços cruzados. E, portanto, muitos parabéns por estas iniciativas e por darem o vosso contributo.-----

-----Gostava também de enaltecer, aqueles que foram os temas que escolheram para as vossas propostas e é louvável, que jovens apenas com quinze ou dezasseis anos, tenham já como preocupações, e deem essa importância, a temas como a inclusão social, como a própria mobilidade, o acesso justo a todos e também relativamente à ação social. E, portanto, foi muito gratificante, poder assistir a estas apresentações e espero que continuem com o mesmo empenho a desenvolver essa ação cívica que é tão importante.”-----

-----O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O meu cumprimento especial, para os jovens que hoje estiveram aqui presentes. Mas também dar um agradecimento a todos os jovens que participaram nesta iniciativa, que sem dúvida alguma, é importante não só para o futuro de Oeiras, mas acima de tudo, para que estes jovens também sintam que participar na sociedade, participar na vida política é muito importante, porque vocês são o futuro deste Concelho, deste país, e quem sabe um dia possam também estar aqui no lugar, que nós hoje aqui estamos.-----

----- E hoje, quando vinha para esta Assembleia Municipal, saí do meu trabalho, e estava a pensar na sorte de estes jovens puderem, de forma livre, ter a oportunidade de pensar sobre temas, sobre iniciativas para o Concelho. E, são temas que hoje trouxeram aqui a esta Assembleia Municipal e que foram aprovados na Assembleia Municipal Jovem anterior, temas que lhes tocam. E este é que é o ponto, para mim e para a bancada do PSD, também bastante importante, que é temas que são do dia a dia, são temas que no seu dia a dia, seja na escola, seja fora da escola, são temas com que se preocupam. Temos a parte da mobilidade, temos a parte também, do aspeto social e temos a parte também, dos parques adaptados. Ou seja, são aqui três temas que vieram a esta Assembleia Municipal, que do nosso ponto de vista, são bastante importantes, acreditamos também, que outras propostas que depois não deram, portanto, não reuniram os votos suficientes para passar, mas que devem ter sido também propostas importantes para o Concelho e quem sabe, possamos também ter a oportunidade de lê-las e de estarem disponíveis.-----

----- Eu só queria também (porque já foi aqui dito muita coisa, acho que não vale a pena estar aqui na repetição do que os meus colegas das outras bancadas aqui já referiram), mas dizer que destas três propostas, queria aqui dar uma nota relativamente aos parques adaptados, porque foi aqui falado também da parte do daltonismo, uma proposta também que a própria bancada do PSD já teve oportunidade de trazer a esta Casa, que foi aprovado por unanimidade e, portanto, mais uma vez aqui se nota a importância de que os jovens também olham para a sociedade de uma forma geral e isso é muito importante e deixa-nos seguros a nós, já mais velhos, que o futuro está

certamente garantido. E dizer-vos também, que continuem a participar, continuem a participar na sociedade civil, muitas vezes podem não se identificar com um Partido Político ou com um Movimento Partidário, mas existem “N” associações no nosso Concelho, existem “N” associações no nosso país e mais do que um Partido Político, mais que um Movimento Partidário o importante efetivamente, é participar. Utilizem as associações, utilizem os espaços próprios para dar, acima de tudo, o vosso punho para que o nosso Concelho e o nosso país possam continuar a evoluir.” --

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) disse o seguinte:- -----

-----“Caros jovens Deputados Municipais de Oeiras, boa tarde a todos. -----

-----Sempre que ocorrem eleições no nosso país, nós ouvimos várias notícias a falar da taxa de abstenção que não para de crescer. Essas notícias também mencionam que um dos fatores tem sido o desinteresse, por parte dos jovens, relativamente à política. Eu recordo-me que nas últimas eleições autárquicas em Oeiras, em dois mil e vinte e um, Oeiras apresentou a taxa de abstenção mais baixa de todo o país. Eu recordo-me também que nessa campanha eleitoral, não só o nosso movimento, como todos os outros partidos, tinham vários jovens a apoiar as candidaturas, a animar as campanhas e a apoiarem os seus candidatos. Já era um sinal que em Oeiras, os jovens interessam-se por política e que gostam de participar ativamente. E estarmos aqui hoje, é um bom sinal disso. Por isso, eu quero dar os parabéns à Assembleia Municipal, a todos que estiveram envolvidos na organização desta iniciativa, também às escolas por terem promovido esta iniciativa, também a todos os jovens por terem participado, não só estes três grupos, mas a todos os outros que vieram e participaram na Assembleia Municipal, e aos outros que participaram nas escolas (eu recordo que na Escola Camilo Castelo Branco em Carnaxide, houve três grupos que se candidataram). Dizer-vos que são todos vencedores, não há vencidos. Esta experiência foi ótima, foi muito positiva, com certeza que aprenderam muito e levam daqui uma excelente experiência. E tal como já foi mencionado aqui, não é preciso esperarem pela próxima edição, nós estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sempre de portas abertas, eu, os meus colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, também os Vereadores, o Presidente da Câmara, nós não temos os nossos gabinetes fechados, estamos sempre de portas abertas para ouvir a nossa população, por isso sintam-se à vontade para apresentarem propostas e também reclamações, sempre que tiverem. -----

----- Ao grupo vencedor, dar os parabéns e dizer-vos que da parte da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas podem contar com o nosso apoio.” -----

----- **O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “De forma muito breve, dar os parabéns a estes nossos concidadãos que nos trouxeram estas propostas, depois de um debate riquíssimo certamente e muito informado, por aquilo que são práticas democráticas de argumentação, de troca de ideias, a partir das suas experiências pessoais e partilhadas coletivamente. E também, naturalmente, dar os parabéns a esta grande instituição que já tantas vezes temos aqui falado, que é a escola, a escola pública, como lugar também de construção de cidadãos e de democratas. Portanto, também deixar esta boa perspetiva de que estas propostas, já aqui foi dito, são pertinentes, são relevantes, são interessantes. E talvez lançar este desafio que é: elas não chegaram ao fim, é muito importante que as acompanhem, que os seus proponentes também as acompanhem e lutem pela sua continuidade e pela sua efetiva implementação, algumas talvez mais fáceis e mais diretas, de proximidade, outras mais exigentes. Mas também, deixar esta sugestão, trouxemos até nós estes jovens, aqui a esta Câmara, talvez numa próxima oportunidade, levemos à Assembleia descentralizada, uma escola do nosso Concelho, e também com isso, nos aproximarmos dos nossos jovens concidadãos.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu queria, em nome do Partido Socialista, dizer às jovens e aos jovens que aqui estiveram, que para nós foi um prazer efetivo poder assistir a esta demonstração de cidadania, a esta demonstração de liberdade e de democracia. Saudamos as equipas por elas terem sido capazes de ser equilibradas no género, à exceção da última (mas também não foi mal). Saudamos,

naturalmente as escolas, os docentes que apoiaram estes projetos, que apoiaram estes jovens e estas jovens. Mas também saudamos as famílias, os pais e as mães, que estiveram com os filhos e com as filhas a permitir que este crescimento, enquanto cidadãos, se pudesse dar. -----

-----O que nós queremos deixar claro, são duas notas: uma primeira para dizer que, ao contrário daquilo que são as vozes que muitas vezes surgem e que dizem que os jovens estão afastados da política, isto é a demonstração de que não estão afastados da política e não estão afastados da vida cívica. O que importa, é que o poder político seja competente para encontrar instrumentos de gestão e instrumentos de participação cívica e política. A Assembleia Jovem é o instrumento de participação cívica e por isso, saudamos, naturalmente este modelo, mas desafiamos também os Presidentes de Junta e as Presidentes de Junta e das Uniões de Freguesia, a fazerem exatamente o mesmo no seu espaço. Porque, quanto mais espaços tivermos de participação cívica, maior é a garantia de que a democracia efetivamente sobreviverá.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Bem, chegamos ao fim deste período de intervenções...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou e disse o seguinte: -----

-----“...O Senhor Deputado também estava inscrito? Peço imensa desculpa, não tinha... Faça favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:

-----“Começo desde já, por agradecer em nome do Partido CHEGA a todos os jovens aqui presentes.-- -----

-----Contudo, vou falar agora como Francisco O’Neill e presidente de uma associação de defesa de cidadãos portadores de deficiência. Este Parque Infantil Inclusivo em Oeiras, sem descurar os outros projetos que são fantásticos, é um projeto que tem uma particularidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fantástica, é que não é só a letra, é o espírito inclusivo que emana deste projeto. Um projeto que aborda cores. Não é só as cores, uma criança com limitações intelectuais, tem problemas do foro visual, e eles vão à questão das cores. Eles vão à questão dos materiais (há tableform), eles vão à questão das inclinações, à expressividade relativamente às crianças em cadeira de rodas. E é aqui que eu quero deixar esta mensagem, eu sou presidente, fundador, há dezoito anos de uma associação aqui em Oeiras, já levei com muita, mas com muita porta na cara, e hoje tenho um parque inclusivo no Brasil, em Curitiba. Procurem, caso Portugal não queira este projeto, Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, que eles acolhem os projetos inclusivos.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Meus caros, Jovens Deputados, hoje participaram na Assembleia Municipal dos mais velhos. Curiosamente, a primeira pessoa a intervir, e a inscrever-se, foi o mais jovem de todos nós, o Senhor Deputado David Ferreira (EO), por acaso gostei muito de o ver inscrever-se. É aquele que medeia entre vós e nós, que já somos mais velhos e que já temos mais alguns anos de autarquia.

----- Eu convido-vos e digo-vos, no fundo, é gratificante para quem participa, eu não direi só na atividade política, mas, sobretudo na atividade cívica. E, como já aqui foi dito, e o Senhor Presidente Doutor Isaltino Morais disse, é formarem-se, irem criando as vossas vidas, desempenharem as vossas profissões e serem ativos neste mundo, porque é sendo ativos nos vossos locais de trabalho, na comunidade onde vivem, que no fundo, vocês estão a dinamizar e estão a pôr em prática aquilo que pensam e aquilo que querem para a vossa comunidade, para o vosso país e para as vossas famílias.-----

----- Quero agradecer muito a vossa participação.-----

----- Isto era, digamos assim, um sonho que eu tinha já do mandato anterior, fiquei muito contente, como já vos disse, quando dois jovens vieram propor fazer esta Assembleia, agradeço-lhes muito a proposta. E quero agradecer a todos os que colaboraram mais diretamente, à Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), à Doutora Margarida Abreu, à Doutora Irina, e, sobretudo, aos

Diretores dos Agrupamentos de onde provêm, e que certamente trabalharam convosco, e que demonstra como eles também têm interesse por esta atividade. -----

-----Eu espero que nos voltemos a encontrar no próximo ano, com mais projetos e com a participação de todos os agrupamentos. Isso é realmente o nosso sonho e aquilo que nós pretendemos.-----

-----Muitos parabéns pelos vossos projetos, pela maneira como os apresentaram, muitos parabéns por serem jovens empenhados e interessados. Muito obrigado às vossas famílias, por vos acompanharem e deixarem que tivessem participado. Um grande beijinho para todos. -----

-----Muito obrigado.-----

----- Vamos agora continuar os nossos trabalhos, se quiserem podem assistir, se quiserem podem-se ir embora, provavelmente têm outras coisas que queiram fazer.-----

-----E nós vamos continuar os nossos trabalhos.”-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 346/2023 – DPOC – relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022 da C.M.O (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra? Têm alguma dúvida? -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----Senhora Presidente, estou à espera se a Câmara vai fazer alguma apresentação ou intervir sobre esta matéria.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Ah, é isso. Muito bem. Se consideram necessário, pois sim senhor. Então eu solicito ao Senhor Vice-Presidente da C.M.O., que indique quem, em representação da Câmara...”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Doutor Bruno Mouco.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “...Doutor Bruno Mouco, sim senhor, faz a apresentação deste ponto. -----

----- Eu não sabia se queriam ouvir a apresentação, ou se queriam ser os Senhores Deputados a porem questões.-----

----- Mas então, Senhor Doutor Bruno Mouco, faz favor.”-----

----- O **Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)** fez a seguinte apresentação:-----

----- “Eu vou tentar ser breve, fazer uma pequena apresentação dos documentos de Prestação de Contas de dois mil e vinte e dois.-----

----- Relativamente a esta pequena abordagem, vou fazer um pequeno enquadramento dos documentos de Prestação de Contas, uma análise orçamental e uma análise financeira.-----

----- Relativamente ao contexto legal, as contas foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística SNC-AP. Num contexto fiscal, nós podemos verificar que existe aqui uma evolução positiva nos impostos do Estado, nomeadamente no IMT, e havendo algum equilíbrio nos outros impostos, embora de reparar que a derrama também já sofreu aqui uma recuperação face ao período pandémico. Ainda relativamente ao contexto fiscal, a evolução então dos impostos, nós temos aqui uma variação positiva na participação fixa no IRS, em dois vírgula seis por cento, no IMI, uma variação de zero vírgula seis, pouco relevante, mas na derrama uma variação de dezassete vírgula três por cento.-----

----- No que se refere à análise orçamental, a receita cobrada líquida, foi de cerca de duzentos e trinta e dois vírgula quatro milhões de euros, resultou num grau de execução orçamental de noventa e quatro vírgula seis. A receita efetiva cobrada, atingiu o montante de cento e oitenta e cinco vírgula cinco milhões de euros. A receita por cobrar, ficou no montante de vinte e cinco vírgula quatro milhões, sendo maioritariamente, referente a transferências de capital dos projetos cofinanciados. No que se refere às previsões iniciais na receita, houve aqui um valor de cento e

noventa e nove vírgula oito milhões de euros, que representa um acréscimo superior a cinco vírgula dois por cento, ao verificado no orçamento inicial de vinte e um. A receita corrente de dois mil e vinte e dois tem uma variação de três por cento, face às previsões iniciais, não estando também aqui um aumento previsional resultante das estimativas de receitas de impostos e no aumento das transferências correntes, fruto da descentralização.-----

-----Na receita de capital, verifica-se um decréscimo de trinta e quatro vírgula quatro por cento, sendo a venda de bens de investimento,, a rubrica que mais contribuiu para este decréscimo, este efeito deve-se ao facto de não se ter verificado a venda do Espargal ocorrida em vinte e um, não se verificou nenhuma venda significativa em vinte e dois, logo esta variação. -----

-----Relativamente à execução da receita face às previsões iniciais, temos a receita corrente com uma receita corrente cobrada superior em cinco vírgula quatro por cento, ou seja, nove vírgula três milhões, face à previsão inicial. Isto demonstra que a previsão inicial foi conservadora relativamente à execução. -----

-----Relativamente à receita de capital cobrada, foi inferior em quarenta e cinco vírgula sete por cento, seis vírgula sete milhões, face à previsão inicial. Contribuiu para este desvio a venda de bens de investimento, sete vírgula quatro, como já foi referido anteriormente.-----

-----As receitas efetivas, face às previsões iniciais, foi inferior em cerca de um por cento, o equivalente a um vírgula nove milhões de euros.-----

-----Relativamente às previsões corrigidas, foram efetuadas alterações orçamentais acima de quarenta e cinco vírgula oito milhões de euros, sendo três as alterações orçamentais modificativas, essencialmente em corporação de saldo e também da cobrança extraordinária de IMT, que se verificou em dezasseis milhões de euros.-----

-----No que se refere à evolução, podemos verificar que a receita corrente teve um aumento significativo em vinte e dois, face ao ano anterior, fruto essencialmente do IMT e de algumas transferências correntes. A receita de capital teve um decréscimo, fruto pela não execução na venda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de bens de capital de forma significativa. E as outras receitas, que têm um valor cobrado bastante inferior face a vinte e um, resulta da incorporação do saldo do ano anterior, ser inferior ao de dois mil e vinte e um.-----

----- No que se refere à receita cobrada líquida, apresenta uma variação positiva de doze vírgula sete por cento, face à média dos últimos quatro anos. Esta variação resulta então de um crescimento da receita proveniente dos impostos, o IMT, cerca de quinze vírgula três milhões de euros e de transferências correntes.-----

----- Relativamente à receita de capital, sete vírgula nove milhões de euros, representa uma variação negativa, como já foi dito anteriormente, corrente da venda de bens de investimentos. --

----- No que se refere à receita efetiva face à receita total, podemos verificar que existe uma aproximação entre a receita efetiva e receita total, na medida em que a entrada de receita não efetiva, nomeadamente o saldo de gerência, está a diminuir face aos anos anteriores, portanto, há uma aproximação destas duas tipologias de receita. Na receita efetiva cento e oitenta e cinco vírgula cinco milhões de euros, apresenta uma variação positiva de oito vírgula um por cento, face à média dos últimos quatro anos, de cento e setenta e um vírgula sete milhões de euros. A receita de ativos e passivos financeiros, de notar, os cinco vírgula três milhões de euros, decorrente dos desembolsos do empréstimo contratualizado em dois mil e vinte e dois, portanto, nos últimos meses ainda conseguimos executar cinco vírgula três milhões de euros do empréstimo, e a receita total então, fixou-se em duzentos e trinta e dois vírgula três milhões de euros. -----

----- Relativamente à cobrada líquida, podemos verificar na composição da receita, os impostos diretos apresentam a sua maior fatia, com cento e quinze vírgula um milhões de euros, as transferências correntes em quarenta vírgula três, e aqui de salientar um aumento significativo por via das transferências, decorrentes da descentralização de competências que aumentou as transferências face ao ano anterior. A venda de bens e serviços também apresenta um valor significativo de quinze milhões de euros, as taxas e multas, seis vírgula três e depois os

rendimentos de propriedade já com quatro vírgula oito milhões de euros. O saldo de gerência cobrado, face ao ano anterior, foram quarenta e um vírgula seis milhões de euros. -----

-----No que se refere à despesa, a despesa paga foi de duzentos e dez vírgula sete milhões de euros, que resulta num grau de execução de oitenta e cinco vírgula oito por cento. Um grau que já não se via no Município há alguns anos, tendo sido uma execução muito robusta no exercício de dois mil e vinte e dois, em período pós pandémico. A despesa paga efetiva, no montante de duzentos e quatro vírgula cinco milhões de euros. E a despesa comprometida, foi de duzentos e trinta e dois vírgula sete milhões de euros, ficando por pagar, para o ano seguinte, compromissos por pagar, vinte e um vírgula nove. O que resulta num saldo de gerência técnico, porque os compromissos já estavam assumidos para o exercício seguinte.-----

-----No que se refere à execução global dos compromissos, como podemos verificar, temos um grau de execução de compromissos de cerca de noventa e quatro vírgula sete por cento e o grau de execução da despesa paga versus compromissos do exercício de noventa vírgula seis por cento. -----

-----No que se refere à execução das despesas face às dotações corrigidas, a despesa executada no final do período, registou uma taxa de oitenta e nove vírgula sete por cento, cerca de cento e quarenta e três milhões de euros, face à dotação corrigida. Contribuiu também para este desvio a aquisição de bens e serviços. -----

-----Relativamente às despesas de capital. As despesas de capital executadas no final do ano foram de cerca de vinte e um vírgula quatro por cento, menos dezoito vírgula cinco milhões de euros face à dotação corrigida. A execução de setenta e oito vírgula seis por cento, foi originada pela execução das rubricas da secção de bens de capital e transferências de capital e ativos financeiros. Relativamente à despesa efetiva, teve uma execução inferior em cerca de catorze vírgula dois por cento, trinta e quatro vírgula oito milhões de euros, face à dotação corrigida. ----

-----A despesa primária vezes a despesa corrigida...A despesa primária executada foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

então, cerca de catorze vírgula cinco por cento, trinta e quatro vírgula sete milhões de euros, face à dotação corrigida. -----

----- No que se refere à gerência de dois mil e vinte e dois, as três alterações orçamentais modificativas no conjunto, determinaram um aumento no valor de quarenta e cinco vírgula oito milhões de euros, sendo as restantes quarenta alterações permutativas que alteraram a composição. De referir que, há variação verificada, as despesas com pessoal com cinquenta e oito vírgula sete por cento, depois, a aquisição de bens e serviço com treze vírgula dois por cento, as transferências correntes também com um valor significativo e depois também, os ativos financeiros que foi CEDIC realizado no final do exercício.-----

----- Relativamente às dotações corrigidas, a despesa corrente corrigida regista um aumento de trinta e três vírgula dois por cento, com relevo nas rubricas de despesas com pessoal, factos que não estavam previstos no Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano, o valor total que faltava, cerca de vinte e dois milhões de euros. -----

----- As transferências correntes, há um reforço de cerca de nove vírgula dois milhões de euros. Na aquisição de bens e serviços, o valor de oito vírgula um milhões de euros. As despesas de capital corrigido, têm um acréscimo de orçamento previsional, de seis milhões de euros, com CEDIC, como já tinha referido. -----

----- Relativamente à evolução, vemos que a despesa corrente, sofreu uma contração significativa face a dois mil e vinte e um, ou seja, após o período pandémico, já não houve necessidade de ocorrer a tanta despesa corrente como se verificou no ano passado, reduzindo cento e cinquenta e cinco milhões, para cento e quarenta e três milhões.-----

----- Relativamente à despesa de capital, continua o investimento do Município em bens de capital a subir, passando de sessenta e três milhões de euros para sessenta e oito milhões de euros.

----- Relativamente à despesa efetiva versus a despesa total, ao longo dos últimos anos estes dois tipos de despesa andavam sempre muito próximas, a variação que ocorre em dois mil e vinte

e dois, refere-se ao CEDIC, que foi contratualizado sendo despesa não efetiva, logo, fez separar um bocadinho esta despesa face à despesa total.-----

-----No que se refere à despesa paga, a redução mais acentuada na despesa total, foi a aplicação financeira do CEDIC e despesa total inferior em cerca de sete vírgula um milhões de euros, face ao ano anterior. No presente exercício a despesa total foi de cerca de duzentos e dez vírgula sete milhões de euros.-----

-----Relativamente à composição da despesa, voltamos a ter a despesa com pessoal, como o principal agregado de despesa, passando depois à aquisição de bens e serviços, com cinquenta e cinco vírgula oito milhões, as transferências correntes com vinte e seis vírgula dois milhões de euros e depois nas despesas de capital, mais significativamente, com cinquenta e sete vírgula seis milhões de euros.-----

-----No que se refere a... Como eu já tinha dito, a despesa com o pessoal teve um impacto de cinquenta e nove vírgula três milhões de euros e a aquisição de bens e serviços com cinquenta e sete vírgula seis, foram aquelas que impactaram mais no exercício de dois mil e vinte e um-----

-----Relativamente às funções. Temos aqui variações significativas relativamente à administração geral, tendo um aumento muito significativo no PPI face o ano anterior. Deve-se ao investimento no edifício municipal do Fórum, que começou a ter a uma execução bem mais expressiva que o ano anterior.-----

-----Relativamente às outras funções, temos aqui algumas variações que são negativas face ao ano anterior, deve-se ao facto que em período pandémico houve mais atribuições de subsídios e de despesa corrente para essas funções, que já não foram necessárias no presente exercício. ----

-----No que se refere aos saldos. O saldo de gerência, sendo a despesa efetiva superior à receita efetiva. O saldo global do ano, foi de dezanove milhões negativos, ou seja, houve um consumo do saldo de gerência anterior, em cerca de dezanove milhões de euros. A receita total então, é superior em cerca de vinte e um vírgula seis milhões de euros, sendo a receita total



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

duzentos e trinta e dois vírgula três milhões de euros, refletindo então em corporação do saldo de gerência de quarenta e um vírgula seis, despesa de duzentos e dez vírgula sete milhões de euros. O saldo para a gerência seguinte, é de trinta e três vírgula dois milhões de euros, sendo o montante de vinte e um vírgula seis, relativo a operações orçamentais, e o remanescente onze vírgula seis, de operações de tesouraria. -----

----- Despesa corrente é totalmente assegurada pela receita corrente, portanto, o saldo corrente é positivo.-----

----- Relativamente ao total das receitas de capital, manifestam-se insuficientes para cobrir todas as despesas de capital, sendo ela financiada por receita corrente e saldo de gerência também.

----- No que se refere ao consumo do saldo de gerência verificado nos últimos anos, verificamos que, a partir de dois mil e dezanove, começámos a consumir saldo de gerência, o saldo de gerência consumido, de dezanove para vinte, foi de cerca de três milhões de euros, pois passámos, vinte e vinte e um com cerca de vinte milhões, o mais significativo foi de vinte e um para vinte e dois, em cerca de quarenta e cinco milhões de euros, e agora de vinte e dois para vinte e três já só temos disponível um saldo de cerca de vinte milhões de euros.-----

----- No que se refere à análise financeira, o aumento de treze vírgula sete por cento, verificada no ativo, resulta essencialmente do acréscimo significativo nos ativos fixos tangentes, na sequência da regularização do património municipal. Como já foi referido o ano passado, tem sido desenvolvido pela equipa do património, uma regularização dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente os bens de domínio público que não estavam reconhecidos, e esse reconhecimento teve um impacto muito significativo nas contas e é esse impacto que vemos ali num valor no ativo não corrente, uma variação de oitenta e nove milhões de euros.-----

----- Relativamente a outros ativos financeiros, a subscrição também do CEDIC é evidenciada com um aumento de cinco milhões de euros, e caixa e depósitos, demonstra uma diminuição das disponibilidades por força da utilização do saldo de gerência, logo reduziu as

disponibilidades. -----

-----No que se refere ao património líquido, apresenta uma variação positiva, dez vírgula um por cento, correspondente a um aumento de sessenta e cinco vírgula seis milhões. Todas as regularizações do património, apesar de terem sido feitas com um valor de cerca de noventa milhões de euros, em termos líquidos resultou em sessenta e cinco vírgula seis, decorrentes das amortizações acumuladas e das depreciações. Os resultados transitados apresentam um aumento de cerca de quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros, face a dois mil e vinte, também decorrente da mesma, as regularizações. No total do passivo apresenta decréscimo de vinte e sete vírgula seis milhões de euros, face ao exercício anterior, sendo o passivo não corrente o que mais impactou no referido aumento. As variações são significativas, nas rubricas de deferimento decorrente, também nos subsídios do PRR, ou seja, além de se reconhecer no ativo, o reconhecimento do direito a receber das verbas do PRR, tem que se registar no passivo por força das condições que são necessárias para obter os mesmos subsídios.-----

-----Relativamente à Análise e Demonstração de Resultados. A Demonstração de Resultados, evidencia um resultado líquido do exercício negativo, um vírgula cinco milhões de euros, bastante superior ao verificado o ano passado. Importa referir aquela rubrica, que está marcada a cor de laranja, que decorre do reconhecimento das contas do Município, das participações do resultado das participadas. O resultado do SIMAS conjugado com o resultado da Município teve um impacto negativo de um vírgula dois milhões de euros, se não fosse esse impacto, nós teríamos tido um resultado líquido do exercício positivo. Ainda chamo à atenção, ali nos resultados antes das depreciações e gastos com financiamento, que é tradicionalmente considerado como EBIPDA, que teve uma variação muito positiva, face ao ano anterior. O ano anterior, como estivemos em situação pandémica, em que os gastos foram muito superiores ao que era normal, tínhamos tido um resultado negativo de um vírgula nove milhões de euros, neste ano de exercício de vinte e dois, passamos a um resultado positivo de dezanove vírgula cinco milhões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de euros, tendo uma variação positiva de vinte e um vírgula quatro milhões de euros, face ao ano anterior, portanto, há um salto qualitativo significativo. De referir ainda, que resultante dos processos de regularização do património, as amortizações também aumentaram de forma significativa, o que é perfeitamente normal, há um aumento de três vírgula seis milhões de euros, face ao exercício anterior.-----

----- Relativamente à composição dos rendimentos. Os impostos continuam sendo aqueles que têm a maior expressão, tendo uma variação ainda significativa face ao ano anterior, o reconhecimento dos impostos representou cento e dezanove milhões de euros face aos cento e cinco do ano anterior, depois as transferências e subsídios também uma variação muito positiva.-

----- Relativamente aos gastos, os rendimentos, ou seja, fornecimentos e serviços externos, apresentaram um valor de cerca de quarenta e oito milhões de euros (eu não consigo ver, peço desculpa), mas tendo tido uma variação inferior face (não consigo ver, peço desculpa) a sessenta e nove milhões de euros face aos setenta e cinco do ano anterior. Portanto, há aqui uma contração significativa dos gastos, face ao ano anterior. As rubricas de pessoal, os gastos com o pessoal, têm uma variação pontual, que é um milhão sensivelmente, isto decorre com o facto de não ter havido tantas entradas face às saídas, logo não tivemos aqui...o impacto do aumento dos salários foi absorvido pelas entradas e saídas. -----

----- Relativamente às transferências e subsídios correntes, também há uma redução significativa, também decorrente da redução das necessidades face ao período pandémico.-----

----- No que se refere ao fluxo de caixa, podemos verificar que as atividades operacionais tiveram um valor positivo, em trinta e quatro milhões, com uma variação muito significativa face ao ano anterior. Nas atividades de investimento, verifica-se que existe maior despesa com investimento, face ao ano anterior, portanto, há aqui um reforço. Nos ativos financeiros, temos aqui um valor positivo de quatro milhões, que resulta da aquisição do CEDIC, que fez uma despesa de cinco milhões, face também às amortizações.-----

-----Do ponto de vista orçamental e para finalizar, é possível constatar que tem-se verificado uma contração de despesa corrente e uma pressão da despesa de capital, nos últimos anos, terá de ser ponderada também uma atualização da política fiscal de forma a que os encargos subjacentes a investimentos a executar nos próximos exercícios, seja suportada, dado o aumento significativo de preços pela inflação que se verifica. E também o investimento efetuado do Município, irá, também, criar pressão de despesa corrente a longo prazo, nomeadamente nos custos e manutenção dos bens de capital adquiridos, por exemplo, a manutenção de espaços verdes e o crescimento de outra despesa corrente com valores significativos. -----

-----Relativamente ao ponto de vista financeiro, verificou-se uma adoção de medidas de contenção de gastos e um aumento dos rendimentos fiscais, que lhes dão uma evolução positiva. No entanto, se não tivéssemos tido o resultado negativo do SIMAS e da Município, teríamos tido um resultado positivo. Assim deverão ser mantidas também, as medidas necessárias para a manutenção dessa sustentabilidade financeira. -----

-----Ao que se refere o saldo de gerência, como já tinha dito, é um saldo técnico, porque, de facto, os compromissos transitados é praticamente coincidente com o saldo de gerência. E em relação ao volume de investimento da execução do PPI, terão de ser tomadas medidas de financiamento externo, como, por exemplo, candidaturas a cofinanciamentos, para poder suportar muitos dos investimentos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Doutor, pela sua apresentação. -----

-----Senhores Deputados, penso que estamos suficientemente elucidados. Temos esta explicação do Doutor Bruno Mouco, e temos também o parecer vindo da Comissão de Economia e Finanças, portanto, parece-me que estamos em condições de votar esta proposta...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inaudível o que foi dito.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Querem discutir, muito bem. Vamos então tomar nota das inscrições. Deste lado, Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), Senhora Deputada Marta Carolo (PS). Portanto, eu tenho inscritos Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), Senhora Deputada Marta Carolo (PS), Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e a Senhora Deputada Fátima Felipe (PS). Muito bem, penso que não me tenha falhado ninguém. Eu tenho também inscrito o Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) e Senhor Deputado António Vicente (IN-OV). Sobre este ponto, sobre o ponto dois.”-----

----- Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), faz favor.-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

----- Começo desde já, por felicitar o Doutor Bruno Mouco, pela clarificação. Pude ser relator deste relatório parecer, com a máxima isenção, e aquilo que disse realmente é o que está afeto ao relatório.-----

----- Mas agora a nível político, eu tenho aqui só duas questões, que queria colocar para esclarecimento, à sua pessoa, se a Senhora Presidente autorizar.-----

----- Relativamente à certificação legal de contas, indicia a existência de problemas bem identificados e carecem de solução, nomeadamente no âmbito do processo de inventariação e também de atualização dos bens móveis e imóveis que se encontram afetos ao património do Município de Oeiras. Este processo de inventariação ainda não se encontra concluído, e a informação existente não constitui ainda, uma garantia de plenitude. Essa situação ainda se mantém e eu queria que clarificasse, por favor, o porquê. A segunda questão, e última, é sobre o relatório da prestação de contas individuais. O Município ainda não consegue incluir todas as

divulgações previstas no NCP vinte e sete, a nível da contabilidade de gestão, tendo o Município apresentado as razões para tal, que eu compreendo, mas gostaria que me clarificasse o porquê de ainda não estar esta correta implementação da contabilidade prevista no NPC vinte e sete.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Doutor, desculpe, mas vamos ouvir mais intervenções, e depois se fizer o favor então...passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente da C.M.O., e se ele quiser...” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Gostaria de começar por agradecer a disponibilidade do Doutor Bruno Mouco, pela apresentação que nos fez e que foi muito elucidativa. De referir que, toda a parte da análise técnica, nós remetemos para o Parecer que foi emitido pela Comissão Municipal Permanente de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local, que subscrevemos (portamos remetemos para aí a análise do ponto de vista técnico).-----

-----Os documentos de Prestação de Contas de dois mil e vinte e dois, da Câmara Municipal de Oeiras, são apresentados de uma forma bem estruturada e bem elaborada. Para tal contribuíram, certamente, os serviços competentes da Câmara cujo trabalho foi determinante. Denotamos uma melhoria no documento apresentado em comparação com o documento do ano anterior.-----

-----Ressalvamos o parecer do Auditor Externo e registamos o conteúdo do mesmo, bem como as recomendações que nele são feitas. Aliás, o mesmo refere que recebeu dos Serviços do Município de Oeiras, todos os esclarecimentos e informações solicitados, o que, desde já, se elogia.

-----Desta forma, salientamos a conformidade legal, do que agora nos é apresentado, e nesse sentido a Proposta de Deliberação que apreciamos não nos levanta quaisquer questões formais que interessem destacar. Este é um documento relevante do ponto de vista contabilístico e que revela, do ponto de vista material, as escolhas que o Executivo Camarário tem levado a cabo, mas é como diz o Senhor Presidente: “governa quem ganha eleições”. -----

-----Por se tratar de uma Proposta de Deliberação conforme, como já referimos, o PSD



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

votará favoravelmente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Terminou a sua intervenção?”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Sim.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Mantém o microfone ligado, e eu fiquei na dúvida.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Peço desculpa.”-----

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Antes de mais, agradecer a apresentação feita pelo Doutor Bruno Mouco, e começar também por reconhecer o trabalho realizado pela equipa financeira da Câmara Municipal na elaboração deste documento, que nos parece muito esclarecedor e bem organizado. -----

----- Os comentários que aqui trarei são de natureza política e não de natureza técnica. ----

----- Da análise sumária que podemos fazer aos documentos apresentados, é possível constatar que o Município de Oeiras se encontra já, numa situação financeira difícil, sobretudo devido ao enormíssimo investimento que está a ser feito com a construção do novo edifício municipal, cuja localização e características, temos vindo a contestar. De facto, verifica-se que o saldo de gerência anterior, que atingiu um valor máximo em dois mil e dezanove, com cento e dez milhões de euros, tem vindo a ser incorporado e consumido nas contas dos anos seguintes, desde então. De tal modo que o disponível para dois mil e vinte e três, da ordem dos vinte e um vírgula seis milhões, ficou logo comprometido com compromissos que passaram de dois mil e vinte e dois e que totalizam vinte vírgula dois milhões de euros. Temos um saldo global negativo de dezanove milhões de euros, é facilmente previsível, que para dois mil e vinte e quatro, não irá haver saldo

positivo de gerência anterior. A razão principal para esta ocorrência, deve-se ao enorme dispêndio que o novo edifício municipal implica que, com valores que já figuram neste Relatório e Contas, não incluindo verbas anteriormente gastas com projetos, revisões de projeto e de utilizações pagas anteriormente ao início das obras, certos que ainda por defeito, já estará registado na ordem dos sessenta milhões de euros, se em dois mil e vinte e dois já se gastaram nestas obras, treze milhões de euros (mais de treze), para dois mil e vinte e três, vão ser precisos mais trinta e um vírgula sete milhões, em dois mil e vinte e quatro, mais catorze vírgula dois milhões de euros. É certamente, muito mais dinheiro do que aquilo, que mesmo quem imaginou e desenvolveu este projeto, alguma vez pensou. -----

-----Por outro lado, o resultado negativo da Municíпия, mas, sobretudo do SIMAS, passando de lucros de milhões, dos anos anteriores, para um prejuízo de setecentos e cinquenta mil euros, também nos preocupa. Destes resultados negativos surgem também notícias neste Relatório e Contas...mas há ainda a enorme situação perigosíssima, de responsabilidade com o que se vive na Tratalixo, com o empréstimo muito difícil de pagar de quase cento e cinquenta milhões de euros e dos quais cerca de dezassete por cento, vinte e cinco milhões de euros, poderão vir a recair sobre Oeiras, e não há grande referência neste relatório a esse montante. Perante esta situação fica claro, que o próximo futuro do Município, vai ser de aperto financeiro, sendo mesmo necessário, conforme também já é referido, o recurso a financiamento externo, ou a alteração de políticas fiscais, para se conseguirem concretizar até ao fim deste mandato, não mais do que os compromissos que já foram assumidos nas Opções de Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três. E com uma muito limitada margem de manobra, para resposta a vetores fundamentais da ação municipal, nomeadamente na habitação, em obras de adaptação às alterações climáticas, ou ainda às dificuldades decorrentes da inflação, quer para o Município, quer para o próprio tecido social e económico de Oeiras. Sem falar também, com os custos adicionais que aí virão certamente, com a descentralização de serviços da administração central. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por estas razões, para as quais nunca deixámos de alertar, o nosso voto terá de ser como já foi para as Opções do Plano e Orçamento de dois mil e vinte e dois, contra.” -----

----- A **Senhora Deputada Marta Carolo (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ao lermos este relatório, verificamos a forma positiva como a descentralização da Educação, assumida e aprovada pelo Município, funcionou dada a extensa atividade que constatamos tanto na gestão das instalações, equipamentos, serviços, recursos físicos como nos demais projetos, atividades sociais, culturais, desportivas e educativas que apoiam o desenvolvimento das nossas crianças e dos jovens. -----

----- O Partido Socialista destaca a importância do Programa Oeiras Educa Mais, pela articulação feita entre o ensino formal e o ensino não-formal num contexto dinâmico de aprendizagem, que abrange alunos do pré-escolar ao secundário. Nesta análise do Relatório de Prestação de Contas, em que os números são reis, há um número, que no nosso entender, deve ser realçado, oitenta e dois mil duzentos e cinquenta e nove, que se refere aos alunos que participaram em atividades que o Programa oferece. -----

----- Combater as desigualdades sociais é promover o elevador social do Concelho e do país, e por esta razão, o Partido Socialista apoia os Projetos implementados pelo Município, tais como a Mochila Leve, o Programa A a Z, o Projeto Oficina Coral, entre outros. -----

----- Valorizar a Ciência e formar as crianças e a sociedade para a literacia científica, é preparar a comunidade para o futuro. Destacamos, pois, a importância do Projeto Lab in a Box, que dá formação a professores versando sobre práticas pedagógicas para o ensino Experimental da Ciência. -----

----- Neste contexto, não resistimos a provocar e a desafiar o Senhor Vereador da Educação, a conhecer o programa “Engenheiras por Um Dia” (que apenas está implementado em dois agrupamentos), que visa promover a opção pelas Ciências e pelas Tecnológicas, desconstruindo a ideia de que estas áreas são dominadas pelo género masculino. Este programa é uma iniciativa do

Governo Português, coordenado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e articulado por vários organismos entre os quais o Instituto Superior Técnico e a Ordem dos Engenheiros. Já envolve cinquenta e duas escolas básicas e secundárias em onze municípios. O nosso desejo é que o Concelho de Oeiras se junte, na globalidade, a esta realidade!-----

-----Ainda voltando à transferência de competências na área da Educação para o Município, e da celebração, em junho de dois mil e dezanove, de um acordo de colaboração com o Ministério da Educação, em que este se disponibiliza a financiar em mais de três milhões de euros a reabilitação de escolas do Segundo, Terceiro Ciclo e Secundárias. O Partido Socialista congratula-se em tomar conhecimento que finalmente foi concluído, o projeto de requalificação da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas. Esperamos que este Projeto tenha maturidade suficiente para dar entrada no momento em que abrirem as candidaturas. -----

-----Gostaríamos ainda, que no próximo relatório que analisaremos em dois mil e vinte e quatro nesta Assembleia, no parágrafo sobre o edificado escolar, tenha a informação de que finalmente se deu início a esta obra de grande importância para a comunidade escolar.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Quanto às contas de dois mil e vinte e dois, há alguns pontos que gostaria de referir.

-----Em primeiro lugar agradecer a apresentação do Senhor Doutor Bruno Mouco. Mas os pontos que eu queria levantar, eram também, como já foi referido, mais de ordem política que de ordem técnica. -----

-----Em primeiro lugar gostava de referir, algo que foi referido na apresentação, mas que creio que ainda não foi referido nas intervenções de outros Deputados, que é aquele que foi o grande motor do lado da receita destas contas de dois mil e vinte e dois, que foi o IMT. Entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um, a receita gerada por este imposto, ficou sempre algures entre os vinte e oito e os trinta e oito milhões de euros, enquanto que, em dois mil e vinte e dois, furou totalmente este intervalo, ficando algures nos cinquenta e quatro milhões de euros. Para dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mil e vinte e três, no documento isto é visível, há uma previsão de descida na receita gerada por este imposto - que importa acautelar - e eu gostaria de começar por perguntar, como é que a Câmara esta a pensar acautelar isto, por todas as outras condicionantes que já foram mencionadas em outras intervenções (e eu também já lá irei), e tendo em conta que temos andado a discutir, inclusivamente já o discutimos aqui nesta Assembleia, a possibilidade de uma isenção de IMT para jovens até aos trinta e cinco anos e até um valor de cento e oitenta mil euros, eu queria saber se nessa previsão isto já está contemplado, se não está, e em que é que ficamos? -----

----- Depois, eu também queria falar de uma coisa, que o ano passado gerou muitas tenções aqui nesta Assembleia Municipal, que tem a ver com o resultado líquido do exercício da Câmara. Aquele resultado líquido negativo, do ano passado, de dezoito milhões de euros, e o ano passado não tinha problema nenhum, e eramos nós que eramos “Goebbels e não sei que mais, e o Evoluir Oeiras que eramos estes e uns aqueles, malvados, a falarem do resultado líquido”...e este ano chegamos aqui ao relatório, e com grande pompa e circunstância, vemos que há um festejo da melhoria substancial (que existe, efetivamente), do resultado líquido (continua negativo, ligeiramente, mas melhorou muito), e só para pôr todos os pontinhos nos is, eu quero fazer aqui um parenteses, nós não achamos que uma Câmara Municipal sirva para dar lucro e distribuir dividendos pelos acionistas, talvez ali a Iniciativa Liberal ache, mas não é isso que nós achamos. O nosso problema era saber como é que a Câmara ia melhorar um resultado líquido que era muito acentuadamente negativo o ano passado, e que não convinha que se repetisse, e felizmente não se repetiu. E pronto, está aqui. A resposta era muito simples. Foi o empréstimo de trinta e quatro milhões, contraído o ano passado. E era só terem dito na altura em vez de dizerem “Goebbels, nazis”, não sei que mais, bastava terem dito: “Estamos a contar com um aumento exponencial da receita do IMT, Senhor Deputado”, eu tinha metido a minha viola no saco e tinha-me ido embora. Portanto, não percebo, porque é que se gerou aquela confusão o ano passado, mas enfim. Preferiram insultar a oposição, para não antecipar ou estragar o bonito que fizeram este ano,

pronto, ok, foi a vossa opção, é legítima, mas eu acho estranho e também devo dizê-lo. E, devo dizer também, que fico muito feliz por saber e por constatar que está aqui reposta alguma normalidade. Eu fico feliz, por vermos constatado neste relatório, que toda a gente reconhece, que é muito diferente ter um resultado líquido de um milhão ou dezoito ou dezanove milhões, tendo em conta aquilo que é a realidade financeira e orçamental da Câmara. E aliás, há que dizê-lo, como também foi dito na apresentação do Senhor Doutor Bruno Mouco, se não fosse a informação provisória dos SIMAS e da Município até tinha sido positivo, está lá, não há problema nenhum em constatar isso, e muito bem, sim senhora, é um desenvolvimento que nós consideramos positivo.

-----Depois, por outro lado, há a questão do saldo de gerência, que já foi referida, e bem, na intervenção do Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), e que é visível no consumo do saldo de gerência e o desaparecimento do saldo de gerência, em velocidade acelerada ao longo dos últimos anos. Isto tem consequências, tanto do ponto de vista destes documentos que aqui analisamos, como de ações que a Câmara deve tomar para reverter aquele que é um caminho (e isto também foi referido pelo Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), algumas das opções que a Câmara tem), para o qual o Grupo Político Evoluir Oeiras tem vindo a alertar desde que está eleito aqui, praticamente, mesmo perante o escárnio do Senhor Vice-Presidente da C.M.O., em particular, que nos chama de “Cassandras”, mais uma vez...enfim, é política, faz parte...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou dizendo o seguinte:-----

-----“...Sim, Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vice-Presidente. Faz parte, tudo muito bem.-----

-----Mas a questão é muito simples, os números são o que são, as contas são o que são, os dados são o que são...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou dizendo o seguinte:-----

----- “...Senhor Vice-Presidente....-----

----- De forma muito sintética, e porque para nós estas contas também traduzem opções políticas das quais nós discordamos profundamente, sejam questões relacionadas com o Fórum Municipal, que também já foram referidas, seja das próprias questões da Municíпия, que aliás, isto se calhar revela...se calhar está aqui muito bem argumentado que a opção em relação à Municíпия deveria mesmo ser outra, para a qual nós também, e justiça seja feita, outros grupos políticos também, têm vindo a alertar nesta Assembleia Municipal, se calhar está aqui mais um dado que sustenta isso.-----

----- E por nós discordarmos das opções políticas em relação a isso, em relação ao Fórum Municipal, em relação a todas as outras questões que falamos aqui regularmente, não podemos, logicamente, acompanhar favoravelmente estas contas.”-----

----- A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os setores nas áreas da cultura e do turismo estão longe de apresentar os indicadores que se pretendem estruturantes para as dinâmicas e identidade do Municíпия.-----

----- Da análise da execução material do Plano de Desenvolvimento Estratégico, o Eixo Capital da Cultura e Turismo, apresenta um grau de execução de cinquenta e cinco ponto cinco por cento, abaixo da média de sessenta e três por cento do conjunto dos doze eixos, comparando mal com os oitenta e sete ponto sete de execução do eixo estratégico “Líder na Educação”.-----

----- Registamos com preocupação o atraso nos estudos e projetos do Centro de Congressos e Exposições, e saudamos as intervenções de conservação no património histórico, como o restauro da Igreja da Cartuxa, a Casa da Pesca, a Igreja de São Romão de Carnaxide e da Capela de São João Batista em Linda-a-Pastora.-----

----- Uma nota positiva para a Primeira Bienal de Artes e Ofícios Novo Design, e para a

mostra artístico pedagógica “Amor Veneris – Viagem ao Prazer sexual Feminino”, uma pedrada no charco, irreverente e formativa. -----

-----Um sucesso de público, cerca de trinta mil visitantes, que extravasou a dimensão do nosso Concelho, ocupando Lisboa o lugar de primeiro emissor de visitantes, espelhado no relatório final da exposição. -----

-----Ao nível da Estratégia Oeiras Vinte e Sete, o programa estratégico parece ressentir-se do revés da candidatura Oeiras Capital Europeia da Cultura, bem como a não seleção da candidatura do Consórcio, KIC-CCI ao Instituto europeu de Inovação e Tecnologia, no âmbito da Comunidade de Conhecimento e Inovação com vista à instalação do HUB para as Indústrias Culturais e Criativas. -----

-----O nosso receio é de que este projeto, o HUB para as Indústrias Culturais e Criativas, - Arte, Cultura, Ambiente, Conhecimento e Inovação - plasmado na candidatura Oeiras Vinte e Sete, possa ficar pelo caminho. -----

-----Daí a importância da adesão e do trabalho do Município de Oeiras junto da rede Culture Next, que reúne cidades que foram ou são candidatas a Capital Europeia da Cultura, e que o Município se empenhe na apresentação de projetos culturais de qualidade suscetíveis de serem apoiados, através desta rede, para além do recurso a outras fontes de financiamento no quadro europeu. --- -----

-----Há um ano, no Dia Mundial do Refugiado apresentámos nesta Assembleia uma proposta, acolhida pelo Senhor Presidente, de dinamizar a Semana da Multiculturalidade no quadro da agenda cultural municipal, com eventos organizados pelas associações de imigrantes e/ou refugiados sediados no Concelho. Esta proposta, tendo sido acolhida, ainda não foi realizada.

-----Num tempo em que sopram ventos ameaçadores de extremismo, impõe-se que sejam dados sinais de valorização da diferença, promoção da diversidade cultural e inclusão, com seminários, exposições e mostras gastronómicas multiculturais. Disse, Senhora Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Antes da análise propriamente dita dos Documentos de Prestação de Contas Individuais de dois mil e vinte e dois, da Câmara Municipal de Oeiras, quero salientar o contributo e empenho de todos os colaboradores da Câmara, no desenvolvimento do seu trabalho, com mérito acrescido. Igualmente, um agradecimento àqueles que mais diretamente estiveram envolvidos na elaboração dos documentos e enaltecer a qualidade e profissionalismo. -----

----- Um outro ponto prévio, mas relevante, é a referência ao tecido empresarial do Concelho de Oeiras, no qual se incluem pequenas, médias e grandes empresas, não só em quantidade, mas também com qualidade e com um alto contributo para a economia local e nacional. Este aspeto deve ser realçado, porque é este conjunto de empresas que contribui, direta ou indiretamente, para a saúde económico-financeira e para a sustentabilidade elevada do Município. -----

----- Quanto à análise dos documentos e, nomeadamente, em relação à execução orçamental, mais propriamente a receita, a mesma apresenta valores consideráveis, ao nível da receita cobrada líquida e efetiva cobrada, a qual atingiu o grau de execução de cerca de noventa e cinco por cento.-----

----- Quanto à despesa e, tendo em conta os valores apresentados de despesa paga e de despesa paga efetiva, a mesma atingiu o grau de execução de cerca de oitenta e seis por cento. ---

----- Perante os números apresentados de receita e despesa, é factual, mas igualmente relevante, a gestão implementada com proatividade, levando, por conseguinte, a uma atuação o mais eficaz e eficiente possível.-----

----- Em termos de análise financeira, releva-se o facto de o Património Líquido apresentar um aumento de cerca de sessenta e cinco vírgula cinco milhões de euros - para o qual contribuiu a continuada regularização de património e a recuperação do resultado líquido - tal como o aumento do valor dos Resultados Transitados, em face dos ajustamentos patrimoniais.-----

-----Em referência o Passivo, mesmo revela um aumento, nomeadamente, ao nível do passivo não corrente, com ênfase para os Diferimentos, por força dos subsídios PRR, bem como os financiamentos obtidos e outras contas a pagamento. -----

-----Em face da análise financeira, o caminho seguido tem sido de uma gestão de controlo dos gastos, aliado ao aumento do rendimento fiscal no sentido de contribuir para uma efetiva sustentabilidade financeira do Município. -----

-----Neste contexto, uma referência à importância dos indicadores financeiros com valores positivo, nomeadamente a autonomia financeira - atingindo noventa e dois vírgula cinco por cento - o que quer dizer que o Município continua com a sua capacidade de financiamento do ativo, através de capitais próprios, bem como a liquidez e a solvabilidade, cujo valor transmite conforto perante o passivo ou para financiamento de investimento. -----

-----Em relação ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, na qualidade de principal instrumento de trabalho e indicador para as sucessivas Grandes Opções tomadas pela Câmara, de acordo com a sua conceção, o mesmo evidenciou uma execução média de sessenta e três por cento, em face das ações realizadas e distribuídas pelos vários eixos estratégicos. -----

-----No entanto, é de salientar diversas execuções, em vários objetivos, nomeadamente da Educação, com oitenta e sete por cento, que correspondeu a mais de oitenta ações; o Bem-Estar animal com noventa e três por cento; o Desenvolvimento Económico com oitenta e um por cento; o Território com setenta por cento (incluindo o Ambiente e as Alterações Climáticas) e a Coesão Social entre outros. -----

-----Em termos globais, se a execução média das ações do Plano de Desenvolvimento Estratégico se situou nos sessenta e três por cento, embora com vários objetivos a situarem-se em percentagens bastante mais elevadas, convém também referir que em mais de mil ações realizadas, quatrocentas e setenta atingiram uma execução de cem por cento, em dois mil e vinte e dois. -----

-----Ainda um apontamento sobre a análise da execução da despesa por funções,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nomeadamente as de carácter social e as económicas, independente dos montantes, mas, sobretudo pelas áreas envolvidas - Educação, Saúde, Habitação e Ação Social, entre outras, bem como o desenvolvimento e as atividades económicas - que reflete a evolução das mesmas no último quadriénio. Disse.”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente e aproveitar para agradecer também ao Doutor Bruno Mouco, pela apresentação que é sempre sem dúvida, um momento de alguma elucidação sobre o trabalho que foi feito e agradecer também o trabalho, não só seu, mas da sua equipa. ----

----- Quanto às Contas, algumas notas que eu gostava de ressaltar, nomeadamente aqui na análise feita.-----

----- As Contas do Município de Oeiras são preocupantes e isso não é de agora, pelo menos é esta a opinião da Iniciativa Liberal, considerando aquilo que analisámos.-----

----- Temos um Município que apresenta um saldo final negativo. Fruto em parte do resultado, neste caso concreto, de uma participada ainda para mais uma participada cuja atividade por mais relevância que possa ter, certamente, não tem impacto na vida dos oeirenses e, portanto, não se percebe como é que o Município não tem uma atuação mais pró-ativa, no sentido de resolver essa situação e de, efetivamente, deixar de injetar dinheiro numa empresa que está, obviamente, numa situação muito complicada.-----

----- Depois, há aqui algumas notas que eu gostava também de deixar relativamente ao empréstimo. Portanto, não só temos um saldo negativo, como contraímos um empréstimo que vamos ter de acautelar. Grande parte das receitas relativas a dois mil e vinte e dois advêm da cobrança de impostos e em especial do IMT, que pelos vistos batemos recordes. O que é que vai o Executivo fazer quando este valor, que é sem dúvida dos impostos mais voláteis que há, porque depende do número de transações na compra e venda de imóveis, for inferior.-----

----- Depois, é preciso lembrar que a média que representa a cobrança de impostos para

efeitos de receita apresentada na Prestação de Contas, é uma média que diz que sessenta por cento da receita vem dos impostos e é uma média feita entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e dois. Portanto, eu gostava de saber, relativamente a dois mil e vinte e dois, qual é, de facto, o impacto da cobrança de impostos na receita. Isto porque, parece-me que, pelo IMT e pelo valor que está ali refletido essa percentagem sobe exponencialmente. -----

-----Lembrar também que, em termos de alívio fiscal feito por este Município, não foi feito nenhum, exceto no IMI, que baixou de zero vírgula trinta e dois para zero vírgula trinta. -----

-----Portanto, o Município continua com as contas negativas, sem que os oeirenses tenham tido qualquer tipo de alívio na sua situação fiscal.-----

-----Depois, se olharmos para a despesa e foi aqui dito já que baixou em relação ao ano anterior, a verdade é que se compararmos com o ano pré-pandemia, o valor de dois mil e dezanove é de cento e sessenta e dois milhões e em dois mil e vinte e dois, já não há pandemia, temos uma despesa de duzentos e dez milhões. O que é que aconteceu aqui que justifique um aumento brutal da despesa. Era isso que eu também gostava de saber.-----

-----Quanto ao Saldo de Gerência, obviamente, uma enorme preocupação, considerando que está a ser literalmente devorado sem que se perceba exatamente o que é que vai o Executivo fazer para reverter, de alguma forma, esta situação e equilibrar as contas do Município. -----

-----Obviamente que, isto diz muito respeito às opções que foram tomadas, várias delas também aqui referidas por várias forças políticas, nomeadamente pela Iniciativa Liberal.-----

-----Portanto, aqui, gostava que o Município me dissesse exatamente o que é que aconteceu de dois mil e dezanove para dois mil e vinte e dois, que justifica este aumento de despesa brutal. Porque é que o Saldo de Gerência está a ser consumido à velocidade que está a ser consumido e de que forma vai o Município lidar, se houver uma oscilação forte tanto nas taxas de juro, como na questão de que incidam naturalmente, no impacto que tem o empréstimo contraído, como se houver uma oscilação forte no IMT, considerando que estamos agora a assistir a números brutais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas que há uns anos, não estaríamos. E quando voltarmos a essa situação, se voltarmos a essa situação, como é que vai a Câmara, ou o Executivo reagir a isso. Portanto, eram estas as questões que eu gostava de dizer...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada já terminou o seu tempo e agradeço-lhe que termine.” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** respondeu dizendo o seguinte: -----

----- “Termino, muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente muito rápido, só redimir-me pelo meu lapso e por ter trocado o nome do Doutor Bruno, peço-lhe as maiores desculpas chamei-lhe Doutor Hugo e não Doutor Bruno. Ficam desde já apresentadas as minhas desculpas.” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Quero em primeiro lugar, na pessoa do Senhor Doutor Bruno Mouco, saudar os dirigentes e técnicos da Autarquia pela qualidade técnica deste documento, nomeadamente os do gabinete financeiro; qualidade aliás reconhecida por todos os grupos políticos representados no Executivo e saliento por todos os grupos políticos representados na Câmara Municipal, uma vez que a própria Vereadora Carla Castelo afirmou e cito: “não há nesta Prestação de Contas Individuais de dois mil e vinte e dois nada que nos suscite significativa preocupação”. -----

----- Temos consciência de que esta afirmação, na boca da Senhora Vereadora, corresponde a um elogio excepcional, facto que registamos com agrado. -----

----- Mas não podemos deixar de salientar que se trata de um documento eminentemente técnico, no qual a eficiência da gestão e a qualidade técnica dos serviços municipais estão claramente evidenciados. A saudar, especialmente num tempo em que a irresponsabilidade e o sectarismo fundamentalista não hesitam em denegrir quem executa um trabalho sério, honesto e de altíssima qualidade profissional. -----

-----Mas, embora se trate de um documento eminentemente técnico, não podemos esquecer que resulta de uma opção política bem clara, aquela que foi a votos em dois mil e vinte e um e por larga maioria foi e continua a ser sustentada no voto popular.-----

-----É assim claro que este documento é o espelho da materialização das opções políticas deste Executivo, através do empenho do trabalho dos seus dirigentes e técnicos. Só através desse empenho foi possível atingir a taxa de execução de oitenta e seis por cento que, aqui merece uma referência especial.-----

-----Não podemos deixar de lembrar que a atividade municipal refletida neste documento decorreu durante um período caracterizado pela progressiva saída do período pandémico, que exigiu um investimento de cerca de trinta milhões de euros para dar resposta às necessidades das nossas comunidades e ao súbito e imprevisto temporal da guerra com o seu cortejo de horrores. -

-----Estes factos tornaram ainda mais difícil a gestão de recursos e o acesso a novos financiamentos que dessem resposta aos desafios colocados pela nova conjuntura e à concretização dos investimentos prometidos no programa eleitoral, garantindo de um cada vez maior equilíbrio entre as três vertentes da sustentabilidade que pretendemos para o Concelho de Oeiras.-----

-----Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Económica. Sem esta é pura imaginação falaciosa pretender alcançar as outras duas. Sem criação de riqueza Senhoras e Senhores Deputados não é possível proporcionar qualidade de vida ambiental e social aos cidadãos, em nenhuma parte do mundo.-----

-----Quem afirmar o contrário mente descaradamente.-----

-----Como aqueles que se afirmam defensores de políticas de habitação para todos, mas demagogicamente fingem ignorar a realidade que afinal conhecem bem.-----

-----Há poucos dias, a nova dirigente do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, afirmava com toda a convicção que o “vento não faz baixar o preço da habitação”.-----

-----Não podemos estar mais de acordo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E os que aqui são contra as políticas de habitação da Câmara Municipal, sabem-no bem e também estão de acordo. -----

----- De facto, para fazer baixar o preço da habitação há que, fundamentalmente, acelerar o ritmo de construção de habitação pública, de modo a moderar a especulação financeira associada ao imobiliário. Mas construção pública a preços controlados. -----

----- Ora para que possa construir-se a preços controlados é fundamental controlar o preço dos fatores de construção. Mas se Monsieur de La Palisse não diria melhor, há nesta Assembleia Municipal quem o não compreenda ou finja não compreender. -----

----- Se não vejamos. De entre os fatores que influenciam o preço da construção, destacamos três: mão de obra, materiais de construção e equipamentos e terreno. -----

----- Ora, se relativamente aos dois primeiros o Município não tem qualquer capacidade (ou se tiver é extremamente reduzida) de intervenção, distinta, totalmente, é a situação no que diz respeito ao preço dos terrenos. E é este, o fator que mais tem contribuído para a justificação do movimento inflacionário da habitação. -----

----- Urge, pois, criar condições para que possa construir-se em terrenos públicos a preços controlados – terrenos públicos que não existem. Terrenos que, em resultado da Lei dos Solos aprovada pelo Governo de Passos Coelho, não existem com essas características, em Oeiras. -----

Eis por que razão é imperioso, é fundamental alterar a Lei dos Solos permitindo que terrenos, atualmente classificados como rústicos, desde que de propriedade pública e volto a afirmar: desde que de propriedade pública, possam passar a ser urbanizáveis. -----

----- E importa salientar que a capacidade construtiva nesses terrenos é condicionada à sua posse pública, impedindo, assim, qualquer possibilidade especulativa e potenciando, pelo aumento da oferta, a diminuição (é natural) do preço da propriedade privada. -----

----- Mentem, pois, descaradamente, os que, dizendo-se defensores do aumento da habitação pública, tudo fazem para impedir que ela se torne realidade, a não ser que sonhem com

políticas espúrias de expropriação, esquecendo que afinal vivemos num estado de direito. -----

-----Oeiras tem feito o trabalho de casa no que diz respeito à habitação. Por isso o Presidente Isaltino Morais tem sido um arauto da defesa da habitação pública, política que, em boa hora, também temos que o reconhecer, também o Governo da República abraçou. -----

-----Por isso, o Município de Oeiras é aquele que mais acordos celebrou com o Governo da República e com o IHRU para construir a habitação que os oeirenses necessitam e a que atualmente dificilmente têm acesso em resultado dos seus preços especulativos. -----

-----É a política que Oeiras tem seguido aproveitando as virtualidades e os recursos do PRR, do PT Vinte/Vinte e do PT Vinte/Trinta. -----

-----Haja terrenos para os materializar, apesar dos esforços, que cremos infrutíferos, dos que afirmando-se defensores dos mais desfavorecidos acabam por se tornar os seus maiores inimigos, ao defender políticas que apenas interessam aos especuladores. Disse, Senhora Presidente.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente é muito rápido. -----

-----Agradecer ao Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) as menções todas, muito simpáticas que fez ao Grupo Político Evoluir Oeiras. Nós temos consciência que leva a palavra da Vereadora Carla Castelo muito a sério e que considera os elogios da Vereadora Carla Castelo em grande estima, certamente que ela estava a falar da parte técnica do documento, que a nós também não nos levantam preocupações, a parte política é outra história. -----

-----Quanto às afirmações todas sobre questões de habitação e outras coisas que, se calhar, não estão aqui muito bem enquadradas neste ponto da Ordem de Trabalhos, é simples cruzar as afirmações recorrentes do Senhor Deputado, com aquilo que é de facto, dito e apresentado por este Grupo Político Evoluir Oeiras, para ver que aquilo que o Senhor Deputado diz não corresponde às nossas posições, portanto, escuso de me alongar mais. Já acabei, efetivamente. Muito obrigado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Chegámos ao fim... como? Para votar... quer dizer, no fundo já nos pronunciámos sobre os dois. O Senhor ainda não? Então votamos este, o ponto número dois e depois votamos o ponto número três. Mas antes disso tenho que dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Pode ser que ele queira acrescentar alguma coisa e aliás houve uma pergunta feita ao Doutor Bruno Mouco. Faça o favor.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu poderia ter-me ficado pela apreciação que a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez, porque este é um documento eminentemente técnico. Todavia, dado que os Senhores Deputados quiseram levá-lo por um campo político, que é aquele que mais me diverte, vamos falar do campo político.-----

----- Começo então por ler o relatório da Comissão que eu julgo... a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) faz parte desta Comissão? Como fez algumas questões que estão aqui respondidas no relatório eu, Senhora Presidente com a sua licença, permita-me.-----

----- Em termos gerais, o Município de Oeiras mantém em dois mil e vinte e dois bons indicadores: a elevada densidade (não fui eu que escrevi confesso) empresarial, a capacidade de atrair e criar empresas e gerar emprego, a qualidade e o nível de formação académica dos trabalhadores, a receita arrecadada em resultado do rendimento e das transações, quer de particulares, quer de empresas, apesar da situação de crise de custo de vida em que vivemos.-----

----- Salientar a solidez do rácio de independência financeira.-----

----- Referir o baixo nível de dívida e dos respetivos encargos.-----

----- Referência positiva para o reduzido prazo de pagamento.-----

----- A execução da receita e da despesa elevada, sendo que na despesa a execução global está na ordem dos oitenta por cento, o que pode ser considerado positivo.-----

-----Nas despesas de capital deve ser salientada a disponibilidade do Município, para a realização de investimento, em novas aquisições e na manutenção do património existente.-----

-----A nível orçamental (passo agora para as recomendações), tendo em conta as demonstrações orçamentais do período, verifica-se uma contração da despesa corrente e uma pressão na despesa de capital face aos últimos anos.-----

-----Ora, podia parecer um documento panfletário escrito pelo Executivo Municipal, mas não é. Efetivamente, é um documento bem feito, pragmático e revelador do estado geral do Município e das suas contas.-----

-----Senhores Deputados, este era um documento técnico e Vossas Excelências quiseram fazer apreciações políticas e apreciar as consequências financeiras das opções políticas do Município. Ora, aqui vamos:-----

-----O Senhor Deputado João Santos (CDU), acabou a sua intervenção, eu não sei se reparou, ou se os senhores repararam, na diferença entre o final da sua intervenção e a intervenção da Senhora Deputada Marta Carolo (PS). É que o Senhor Deputado João Santos (CDU) termina avisando para os problemas que podem surgir decorrentes do processo de descentralização. A Deputada Marta Carolo (PS) inicia a sua intervenção, dizendo exatamente da mais-valia do processo de descentralização. Ora, foi combinado..., a vossa contradição...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção:-----

-----“Senhora Presidente se quiser, eu não me importo de dar já a palavra à Senhora Deputada do Partido Socialista, já que sente-se com a liberdade de ocupar no tempo.-----

-----O que nós estamos aqui a assistir é o resultado das opções políticas, tomadas por este Executivo Municipal. Não foi de hoje que nós informámos que estávamos num período de elevado investimento por parte do Município, de criação de condições de antecipação até de qualidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vida. Nós dissemos isso desde o início, desde dois mil e dezassete, não há nada de diferente. Aliás, por alguma razão, eu li a parte das recomendações que dizem da contração da despesa corrente, sempre positiva e a pressão que está a haver sobre a despesa de capital, respondendo já à Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), é exatamente isso que está a acontecer. A pressão sobre as contas do Município, tem a ver com a pressão sobre os investimentos que estão a ser realizados. -----

----- O que é que tem que ser feito? A gestão e a calendarização desses investimentos em função da possibilidade que as contas do Município, a cada momento, permitem.

----- Ora, o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) já falou dos trinta milhões investidos no COVID e eu falo-vos também dos vinte milhões, que o edifício da Câmara deverá custar a mais ou poderá custar a mais, em função do aumento dos preços. Estamos a falar de cinquenta milhões, num saldo de gerência de cento e pouco. Cinquenta por cento está consumido pelo COVID e pelo aumento do novo edifício administrativo da Câmara e só aí está explicado cerca de cinquenta por cento do consumo. -----

----- Foi aqui referido, creio que pela Senhora Deputada do Partido Socialista, o atraso na elaboração do projeto do Centro de Congressos. Ninguém mais do que nós, quer a conclusão daquele projeto, até porque, sem conclusão e a revisão daquele projeto, não conseguimos fazer a programação do investimento do Centro de Congressos e Exposições e agora aqui assumimos também publicamente. -----

----- Senhores Deputados, é nossa intenção, depois de terminarmos o edifício administrativo da Câmara, realizar os outros investimentos estruturais que consideramos essenciais para desenvolvimento do Concelho e entre eles integram-se: o desenvolvimento da VLN, da VLS, o Centro de Congressos e Exposições e a Praça da Música, em Linda-a-Velha. Todas essas obras fazem parte do nosso programa eleitoral e, portanto, as obras que nós nos comprometemos a fazer com os munícipes de Oeiras, que apresentámos no nosso programa político, são para fazer. -----

-----Portanto, se fazem uma apreciação política de nós estarmos a cumprir o nosso programa político... sim, estamos a cumprir o programa político que sujeitámos a votos da população. Se discordam desse programa político, lembrar-vos que foi sufragado pelo povo. Foi o povo que nos disse para nós implementarmos este programa político, não o vosso... senão tinham ganho.-----

-----Já que quiseram levar o debate para o campo político, sou obrigado a recordar-vos disto. O que está aqui a acontecer é a discussão do programa político que já foi sufragado nas eleições e já venceu. Se me estão a dizer: “Estão a implementar o vosso programa e este está a fazer pressão sobre as contas do Município? Evidente, nós apresentámos um programa político que implicava investimento público. O que até acho estranho, Senhores Deputados, ouvir da parte de algumas forças políticas a crítica ao investimento público e falarem sempre na despesa. -----

-----O novo edifício administrativo dos serviços da Câmara, não é despesa. É investimento por parte do Município. É investimento, percebam isso. Quando nós criamos novas vias de circulação, é investimento. Quando fazemos um centro de congresso, é investimento, muitas vezes ou a maior parte das vezes, reprodutivo. É claro que é investimento e nós queremos fazer esse investimento, porque acreditamos que os oeirenses merecem que seja feito. Acreditamos que é positivo para o nosso território, acreditamos que é positivo para a nossa região e que é positivo para o nosso país. E é por nós acreditarmos neste tipo de investimento é que o vimos fazendo (apropriando-me eu da obra do Doutor Isaltino, porque é dele) há décadas. E, não é por acaso que este território gera cerca de dez por cento do PIB português. E depois, eu vejo-vos aqui a tentar julgar politicamente, as políticas que trouxeram este Município a representar dez por cento do Produto Interno Bruto deste país e trinta por cento da capacidade tecnológica instalada. Contem-me outra, por favor, Senhores Deputados. -----

-----O que nós estamos a fazer é implementar as políticas públicas que levámos a votos. -

-----Agora a pergunta que deve ser feita é: A calendarização desses investimentos é em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

função dos recursos disponíveis? Objetivamente é isso que nós fazemos. Em função das circunstâncias imprevisíveis, leia-se pandemia, ou pouco previsíveis, leia-se o grau de inflação e do aumento dos custos materiais, com que nós nos deparamos nos últimos anos, naturalmente, temos que recalendarizar investimento público - objetivo. -----

----- Depois, ouvimos coisas como: “agora vão ter dificuldades a fazer habitação”. Como? Dez por cento do PRR habitação está atribuído a Oeiras. -----

----- Dez por cento do PRR habitação já está atribuída a Oeiras, mérito dos serviços da Câmara Municipal de Oeiras, mérito dos serviços deste Município, tal como a elaboração destes documentos naturalmente, mas mérito destes serviços e mérito da liderança política que levou os serviços até ali. -----

----- Dez por cento do PRR habitação já está atribuído a Oeiras. E, depois, eu venho sentar-me aqui nesta bancada e hoje nós não vamos fazer habitação. Mas, vocês não olham para os números? Que diabo, a informação é pública. Não têm assistido ao lançamento das primeiras pedras? Não têm assistido ao lançamento dos projetos que nós estamos a elaborar? Já são mil e quinhentos fogos. Toda esta informação é pública. -----

----- Senhora Presidente, vou agora tentar dirigir-me novamente para as questões que me foram colocadas. Não... não há mais nenhuma relevante. -----

----- A isenção do IMT, no caso do Senhor Deputado não ter percebido, para um apartamento TUm para jovens no Concelho de Oeiras, é absolutamente marginal, há poucos que os têm a menos de cento e setenta mil euros. Quem procura TUnS é naturalmente uma classe média/baixa, com poucos recursos, portanto, aceita-se a isenção do IMT nesses casos. -----

----- Nós temos vindo a ter uma política pública... há aqui deputados que estudaram estas coisas. Nós temos uma política pública objetivamente expansionista, objetivamente. Queriam que nós nos comportássemos como os municípios que amealham, amealham, metem no banco e não servem a população? Que tipo de políticas públicas, os Senhores defendem? -----

-----Era mais positivo se nós guardássemos o saldo de gerência e depositássemos no banco e ficasse lá guardadinho? E não fizéssemos as obras que são emergentes para o Concelho? Que salvaguardam o nosso modelo de desenvolvimento. Quando eu lhes falei há pouco dos dez por cento do PIB português, preferiam que não fosse aqui, preferiam que não existisse. O Senhor Deputado Perestrelo (EO) há pouco já falou de pedal. Quer viver na era do pedal, nós não. Nós queremos estar na era de criação de emprego, de trabalho bem remunerado, qualificado, com qualificação do espaço público, com vias de circulação que a todos sirvam, com transporte público e isso tem custos.-----

-----Porque é que não nos questionam assim: Porque é que estão a fazer um investimento no LIOS, quando deveria ser uma competência do Governo da República? Custa dinheiro ao Município. Questionem-nos sobre isso. -----

-----Há pouco outra deputada questionou-nos do prazo em que nós vamos reparar o Centro de Saúde de Algés. Podia ter dito: aquele Centro Saúde de Algés que o Município pagou, quando não devia ter pago, porque o Governo é que devia ter feito e agora a Câmara também vai reparar quando devia ser o Governo a reparar. Ninguém nos questiona isso. Estão-nos a questionar se nós cumprimos as obras que estamos a fazer no lugar de outrem. Contem-me outra.-----

-----Senhores Deputados, Vossas Excelências trouxeram isto para o campo que mais nos convém, que é da qualidade das nossas políticas públicas, que é um dado conhecido e reconhecido. Estas políticas públicas que nós seguimos são as que são sufragadas.-----

-----Naturalmente que a calendarização dos investimentos e a gestão dos recursos é em função das disponibilidades financeiras. E só um pequeno detalhe, o IMT, Senhores Deputados, varia de uma forma simples. Se um grande parque empresarial for vendido no Concelho, o IMT correspondente a um desses parques empresariais, que não vou dizer qual é, são vinte e cinco milhões de euros. É essa a variação que pode haver de um momento para o outro, basta ser vendido um. Portanto, em relação ao IMT, há uma coisa que nós sabemos e, por alguma razão Vossas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Excelências também são todos tão exigentes, o património habitacional de Oeiras, o património mobiliário de Oeiras é valioso e procurado e por ser valioso e procurado, muda muito de mãos. Vem daí o resultado do IMT.-----

----- Senhora Presidente, deixei dois minutos para o meu Diretor de Departamento, com a sua licença.-----

----- **O Senhor Bruno Mouco, Diretor do Departamento de Finanças e Património da C.M.O.** disse o seguinte:-----

----- “Posso Senhora Presidente?-----

----- Só para responder ao Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) sobre as observações que a Revisora fez na Certificação Legal de Contas. Relativamente à norma vinte e sete, esta é uma norma que ainda não está suficientemente desenvolvida relativamente ao SNC-AP, portanto, ainda carece de algum desenvolvimento e poucos ou os desenvolvimentos tecnológicos do software houses de contabilidade pública ainda não desenvolveram, incluindo a AIRC que é aquela que nós utilizamos. Estamos à espera de soluções informáticas que permitam implementar uma contabilidade analítica, uma contabilidade de gestão de acordo com a norma vinte e sete, na sua plenitude. Não quer isto dizer que não apresentemos uma contabilidade de custos de forma que sempre utilizámos em POCAL e essa é feita no último capítulo das demonstrações financeiras. --

----- Relativamente às regularizações, a Senhora Revisora aponta, e claro que tinha que apontar, estando ainda em processo de regularização do património, e é um processo muito moroso, porque são anos e anos de investimento público que não foi reconhecido, porque nos anteriores sistemas contabilísticos, uns não careciam, outros acabaram por não se fazer esse reconhecimento, demora algum tempo. Nós fizemos um trabalho muito extenso e a equipa do património à qual eu dou os parabéns, durante o ano vinte e dois conseguiu o apurar da rede viária toda do Concelho, valorizar e registar nas contas. Acho que é um feito, em um ano de algo que nunca tinha sido feito e é de salientar.-----

-----É claro que há bolsas de estacionamento e espaços verdes, que carecem de registos e é claro, que a Revisora não pode ainda nesta data ter a perceção da realidade de todos esses registos e é isso que ela diz, que não consegue aferir o valor global desse reconhecimento porque ainda não está terminado. É claro que estamos a desenvolver todos os esforços para rapidamente conseguir fazer este trabalho.-----

-----Relativamente à questão do Resultado Líquido Negativo, só dar um pequeno esclarecimento.-----

-----O empréstimo nada impacta com a demonstração de resultados, impacta só com o balanço.-----

-----Relativamente à melhoria da demonstração de resultados face ao ano anterior, foi conjugado duas realidades: o aumento de rendimentos por via dos impostos e algumas transferências correntes e também a diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos e transferências correntes. Esta conjugação é que permitiu ter aquela melhoria no resultado líquido negativo – era só para esclarecer este ponto. Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Muito obrigada Senhor Doutor.-----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), tem muito pouco tempo.”-----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:**-----

-----“Um minuto Senhora Presidente. Só para trazer aqui ao plenário uma máxima que nós usamos na Comissão de Economia. Ali dentro especificamente tratam-se de questões técnicas, as questões políticas e intervenções políticas é aqui o lugar delas. Portanto, aquilo que se fez neste debate, foi precisamente a máxima que adotamos dentro da Comissão. Só para esclarecer, muito obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:**-----

-----“Todos os grupos políticos estão representados na Comissão e todos os grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticos sabem que é essa a nossa maneira de trabalhar na Comissão dos Assuntos Técnicos e aqui, atenção, o Senhor Vice-Presidente, enquanto representação da Câmara, para já não tem assento na Comissão... não... alguma vez alguém o viu lá? Não. Portanto, aqui é o local para ele fazer a sua intervenção. Meus senhores, chegámos ao fim...” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Quero fazer um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, a Iniciativa liberal já ultrapassou o seu tempo... eu já ouvi. Eu ouço bem.”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**

----- “São trinta segundos e ia pedir à Mesa que fizesse o favor de comunicar ao Executivo, que é esse o “modus operandi”, para que o Executivo a seguir quando tiver que responder às questões políticas, não o encare como uma indignação, mas sim como o seu dever. É exatamente para isso que aqui estamos. Muito obrigada.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros

Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (José Fernando Madeira Fortunato Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 64/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 346/2023 – DPOC – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DE 2022 DA CMO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e seis barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número três da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e nove de abril, e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e dois da Coligação Democrática Unitária, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar os documentos de Prestação de Contas Individuais, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 347/2023 – DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente a 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Muita coisa já foi dita sobre este ponto e muito mais se pode dizer, Senhores Deputados e enquanto tiverem tempo de intervenção e quiserem, façam o favor. Quem pretende usar da palavra sobre este ponto? Há alguma intervenção sobre este ponto? Senhor Deputado se quer intervir faça o favor de se inscrever, senão passo à votação.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente pelo privilégio que me dá de intervir neste ponto.-----
----- No momento em que a Assembleia Municipal é chamada a apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas Individuais de dois mil e vinte e dois da Câmara Municipal de Oeiras e ainda a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente a dois mil e vinte e dois, é de toda a justiça começar por realçar a qualidade da documentação distribuída, bem como a clareza da apresentação que nos foi feita, pelo Doutor Bruno Mouco.-----

----- Tratando-se de documentação complexa, o rigor com que foi elaborada, é de uma utilidade extrema para quem não está totalmente familiarizado com os conceitos e com as

metodologias das normas contabilísticas. -----

-----Agradeço, por isso, em nome do Partido Socialista, o trabalho dos colaboradores do Município, e em particular dos técnicos envolvidos no trabalho diário do Departamento de Finanças e Património e do Departamento de Modernização Administrativa e Gestão de Pessoas.

-----Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora (entretanto os outros Senhores Vereadores já se foram embora). -----

-----Da análise puramente técnica, constata-se que, ao longo dos documentos em análise, e por variadas vezes, são identificadas impossibilidades técnicas do ERP em responder às necessidades práticas da atividade orçamental e financeira da Câmara:-----

----- - Até ao exercício de dois mil e vinte e um, em cobrar o saldo de gerência na sua totalidade, independentemente do valor incorporado com aplicação em despesa; -----

----- - Ainda no exercício em análise, a impossibilidade do reconhecimento em períodos futuros da liquidação de fundos comunitários, obrigando ao seu reconhecimento no exercício em que esse direito se constitui.-----

-----Em face deste constrangimento que, de alguma forma, distorce os resultados do exercício e pesa nas previsões corrigidas e não cobradas, gostaríamos de saber o que se está a ser feito e para quanto a sua resolução, nomeadamente se na apresentação das Contas Individuais de dois mil e vinte e três será espectável que este constrangimento já não ocorra. -----

-----Centrando-nos agora na análise política (e é isso que hoje nós estamos aqui a fazer, ao contrário do que o Senhor Vice-Presidente disse) não podemos deixar de enfatizar a maior evidência que os documentos nos apontam – que apesar do saldo global de dois mil e vinte e dois (de dezanove milhões negativos) ser inferior ao saldo global de dois mil e vinte e um (de quarenta e quatro vírgula dois milhões negativos) - a despesa efetiva é superior à receita efetiva, valendo-nos os saldos incorporados das execuções orçamentais transitados das gerências anteriores, para manter o ritmo de execução do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Todos sabemos os fatores exógenos que marcaram o ambiente económico dos dois anos transatos e os impactos que, ainda a pandemia e agora a guerra, provocam nos rendimentos das famílias, no custo da energia, nas taxas de juro e na confiança dos agentes económicos.-----

----- Na incerteza, e até que os dados da evolução ao longo do ano corrente, nos permita mais certezas quanto às expetativas económicas, é ajuizado ponderar cuidadosamente cada uma das medidas com impacto na despesa, em particular a que é permanente e, como aliás é referido nos documentos, apostar em novas candidaturas aos Fundos, quer do PRR, quer do PT Vinte Trinta, para daí obter novos recursos financeiros.-----

----- E, Senhor Vice-Presidente e Senhora Vereadora,-----

----- Para terminar, não podemos deixar de vos exortar a analisar, de forma desapaixorada, as razões por que, SIMAS e Município, contribuem para o resultado líquido negativo do exercício de dois mil e vinte e dois, em respetivamente setecentos e sessenta e um vírgula oito mil euros e quinhentos e treze vírgula três mil euros, embora estes valores tenham origem no reconhecimento, de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, uma vez que os relatórios de contas ainda não estão aprovados.-----

----- Em consequência, e porque ainda se desconhece o impacto dos resultados reais destas e das demais, por exemplo da AMTRES, o Partido Socialista reserva a sua posição final sobre a questão das Entidades Controladas e dos Empreendimentos Conjuntos, para quando formos chamados a pronunciar-nos sobre as Contas Consolidadas.-----

----- Termino com uma observação ao que foi novamente dito pelo Senhor Vice-Presidente, de que não há ninguém que queira mais do que o Executivo em fazer obra e fazer bem. Engana-se Senhor Vice-Presidente! Cabe às oposições querer mais do que Vossa Excelência, em obra e em qualidade de vida para os Oeirenses.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Senhor Vice-Presidente quer usar da palavra? Faça o favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Sobre o ERP, dizer o seguinte:-----

-----No início do mandato anterior, alguns dos Senhores Deputados estarão recordados, nós falámos da dificuldade que tínhamos com o ERP anterior. Tomámos a decisão de dar um passo atrás de forma a estabilizar o ERP na altura, porque tínhamos o ERP anterior que eu não quero mais qualificar, disse tudo o que devia ter dito há alguns anos, mas também mantemos um ERP que tem as suas insuficiências, que nós procuramos fazer desenvolvimentos, mas que tem as suas insuficiências. Estamos permanentemente a tentar melhorá-lo, assim como melhoramos todas as aplicações do Município. -----

-----Todavia dizer-vos que não há sistemas informáticos perfeitos. Nós tentamos optar sempre pelo melhor possível e estamos a estudar o melhor possível e ver para onde vamos. Também disse no mandato anterior que estamos a dar um passo atrás para podermos dar posteriormente, depois de tudo estabilizado, o passo em frente e esta é a altura que nós estamos a fazer esse estudo e mais não quero alongar sobre isso. Isto porque, tem que ser estudado e temos que verificar se não perdemos mais do que ganhamos. Eu não estou a falar em linguagem cifrada, mas quem já desempenhou lugares executivos, sabe que isto de abrir um período substituição de um ERP, é abrir um tempo de convulsão dentro de uma organização, portanto, tem que valer a pena. -----

-----Sobre a AMTRES e a TratoLixo: o Município de Oeiras tem-se esforçado, por convencer os nossos parceiros da necessidade de resolver o problema. E não me cabe politicamente dizer muito mais do que isto, dizer que não é por nós, que medidas mais musculadas não foram tomadas. Temos sido nós a querer mais essa mudança, infelizmente e eu não quero alongar muito mais sobre isto, porque envolve outros parceiros. Não tem sido por nós que a coisa não foi decidida. E agora, Senhor Deputado estou totalmente de acordo, há um momento, em que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sentimos uma dor imensa que é como o nariz bate na parede. Há decisões para serem tomadas e têm de ser tomadas rapidamente. -----

----- Sobre a questão do SIMAS e da Municípia, dizer que estamos bem conscientes dos problemas que têm que ser enfrentados e serem resolvidos, no curto/médio prazo, não passa disso, é curto/médio prazo, porque são emergentes. -----

----- Depois, Senhor Deputado, eu sou um democrata, naturalmente que vocês devem querer mais e devem querer apresentar plano alternativo, mas também permita-me ter orgulho de dizer que ninguém faz mais. Ninguém faz mais em Portugal. -----

----- Naturalmente que, eu aproveito, já que é esta a minha última intervenção sobre estes dois pontos nesta Assembleia Municipal, agradecer formalmente o trabalho do Departamento Financeiro do Município, que é meu pelouro e felizmente, dada a qualidade do desempenho da Senhora Diretora Municipal e do Senhor Diretor de Departamento e dos/das Chefes de Divisão, muito me alivia porque a qualidade profissional dos seus dirigentes e dos seus técnicos, permite-me trabalhar com confiança e poder apresentar estes documentos aqui e ouvir os vossos elogios. Os elogios que fazem aos documentos, são elogios que me fazem muito feliz, significa que o Departamento Financeiro do Município está a trabalhar bem e, portanto, a todos muito obrigado.

----- Depois há também uma outra dimensão sobre isto, que tem a ver com os elevadíssimos índices de execução do Município. Este índice de execução acima de oitenta, oitenta e muitos por cento, representam um esforço tremendo, por parte de servidores públicos, que creio que a maior parte de nós, saberão que são mal pagos, maior parte das vezes. Não respeitados em toda a dimensão do seu esforço e da sua abnegação a favor da causa pública, da população. Gente que procura no seu quotidiano fazer o melhor e muitas vezes incompreendida. -----

----- Dizer que um técnico superior de administração hoje ganha cerca de mil euros quando entra na carreira e com esses mil euros, tem que pagar casa, água, luz, telefone, educar os filhos, quando há a oportunidade de ter filhos, vivendo muitas vezes e eu falo de um técnico superior,

muito menos ganha um assistente administrativo, ou um assistente operacional. Portanto, para eles a minha vénia, agradecer a todos funcionários da Câmara, permitirem-nos estas elevadíssimas taxas de execução e se nós nos orgulhamos do desempenho do Município de Oeiras e dos índices de desenvolvimento do Município de Oeiras, nesta altura em que apresentamos as contas e em que discutimos politicamente estas matérias, tirámos um pouco tempo para olharmos para os funcionários que nos proporcionam esta qualidade de vida e esta qualidade de desempenho do Município. Muito obrigado, Senhora Presidente e é só.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não havendo mais intervenções passo à votação.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (José Fernando Madeira Fortunato Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes),. -----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 65/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 347/2023 – DPOC – APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2022** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e nove de abril, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo

Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e vinte e dois, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Meus Senhores, não abandonem a sala, porque há cinco inscrições de munícipes... Senhor Doutor muitíssimo obrigado pela sua colaboração e é o único que realmente está dispensado. Muito obrigada.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor José Henrique Bandeira, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente se me dá licença eu delego...” -----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não, não delega. Há três pessoas inscritas para falar sobre o mesmo assunto. Eu pergunto se todos querem usar da palavra? É o Senhor José Henrique Bandeira? O Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

-----O **Senhor José Henrique Bandeira, munícipe de Oeiras,** continuou a sua intervenção: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Boa tarde, Senhores Deputados. -----

-----Vinha falar sobre o assunto das Torres do Espargal e delego numa das próximas intervenientes... sim está inscrita. Obrigada.” -----

5.3. A Senhora Patrícia Oliveira, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e Senhores Deputados.

-----Agradecemos o tempo, mas vamos delegar a intervenção na terceira inscrição que temos sobre o mesmo tema. Obrigada.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.4. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “A pessoa que vier intervir tem cinco minutos, não tem a soma dos vossos tempos.” -

----- **A Senhora Patrícia Oliveira, município de Oeiras,** respondeu dizendo o seguinte:--

----- “Obviamente, nós conhecemos o Regulamento. MUITÍSSIMO obrigada.” -----

5.5. O Senhor Ricardo Manuel Felizardo, município de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, meus senhores. -----

----- Em oito de outubro de dois mil e vinte e dois, através da Empresa Sequóia Verde, na pessoa da Engenheira Carla Abrantes, apresentei ao cuidado da Senhora Vereadora Joana Baptista, um pedido de autorização para desmonte de uma araucária. Neste processo, foi entregue um parecer técnico devidamente elaborado, onde se verifica as situações que originam, na nossa opinião, a autorização para abate da referida araucária. -----

----- Foi-me respondido: Caro município foi rececionado e foi registado com a referência ENT-CMO/dois mil e vinte e dois/sessenta zero cinquenta e quatro e que a mesma está a ser analisada pelos nossos serviços. Rececionamos a vossa mensagem cujo conteúdo mereceu a nossa melhor atenção. -----

----- Em dois de novembro de dois mil e vinte e dois, através do mail: “geral oeiras”, torno a transcrever que através da Sequóia Verde, Senhora Engenheira, solicitei à Câmara autorização para desmontar a araucária, cujo relatório técnico elaborado pela Sequóia Verde para o efeito, foi enviado em oito de outubro. A árvore apresenta elevados sinais de risco, não só pela sua inclinação na direção da Praceta dos Inglesinhos, mas pelo chão bastante levantado. -----

----- A Câmara acusou o pedido e eu várias vezes telefonei à Senhora Engenheira, eu não a conheço, não sei se está presente. Isto foi em fevereiro de dois mil e vinte e três e até me dirigi ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhor Doutor Isaltino Morais, onde explico novamente a situação e lhe solicito que os serviços me deem uma resposta. -----

----- Até agora não tive resposta absolutamente nenhuma, nem eu, nem a empresa que

efetivamente solicitou, com parecer técnico adequado, o abate da araucária. A indicação que tenho presente é que está em análise.-----

-----Em vinte e quatro de maio deste ano, enviei um novo email à Senhora Vereadora Joana Baptista, onde torno a explicar o assunto, que através de empresa Sequóia Verde, solicitei à Câmara autorização para desmonte da araucária, com o envio do respetivo relatório técnico que recebeu da CMO, referência tal e como digo em dois de outubro, a árvore apresenta elevados sinais de risco. Desde outubro de dois mil e vinte e dois não recebi qualquer indicação da posição da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Por favor estudem, analisem o pedido, pois penso que o assunto é importante pelo risco existente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte. -----

-----“Senhor Felizardo, se quiser facultar os dados, dado que tem os requerimentos que fez à Câmara...”-----

-----O **Senhor Ricardo Manuel Felizardo, munícipe de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“Eu tenho um problema ligeiro, tenho um aparelho, mas mesmo assim tenho...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte. -----

-----“Se o Senhor quiser facultar o número dos officios que endereçou à Câmara Municipal, eu não lhe sei responder, mas vou pedir à Câmara que informe a Assembleia do que se passa com esse pedido da árvore.”-----

-----O **Senhor Ricardo Manuel Felizardo, munícipe de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“Eu posso dar-lhe a indicação.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte. -----

-----“O Senhor, se não se importa, dá à Doutora Alda e vamos ouvindo as pessoas que estão a seguir. O Senhor organiza e depois dá e eu vou solicitar à Câmara a informação do que se passa... claro, tem toda a razão, tem todo o direito.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Ricardo Manuel Felizardo, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “A minha mulher com noventa e um anos já não vai ao pé da árvore, porque pode cair. Aquilo está em risco. A árvore tem uma inclinação na direção da Praceta dos Inglesinhos, tem cinquenta e tal anos.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte.-----

----- “Vamos pedir à Câmara, o ponto da situação e depois damos-lhe conhecimento.”-----

----- O Senhor Ricardo Manuel Felizardo, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Ok, obrigado.” -----

5.6. A Senhora Eugénia Maria Pires, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras -----

----- Como sabe os moradores da área envolvente do Espargal, acionaram o direito de petição consagrado no artigo cinquenta e dois da Constituição da República Portuguesa, regido também pela Lei quarenta e três, de noventa, dez de agosto, e inscrito no artigo sexagésimo sexto do Regimento desta Assembleia Municipal. -----

----- Estes mesmos moradores entregaram presencialmente, na Assembleia Municipal do passado dia sete de fevereiro, uma petição coletiva subscrita por um conjunto de mil quinhentos e quarenta e oito peticionários, na qual solicitavam o agendamento, na ordem de trabalhos de uma Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, de um ponto relativo às “Torres do Espargal - consequências na qualidade de vida dos residentes na área envolvente”; bem como, a realização de uma audição pública que permitisse aos arquitetos, apresentar e esclarecer quaisquer dúvidas sobre o projeto; aos munícipes, apresentarem as suas preocupações; à atual gestão camarária, prestar os devidos esclarecimentos sobre a defesa do interesse público; e aos partidos e movimentos representados nesta Assembleia, a possibilidade de tornarem público o seu posicionamento, face ao modelo de urbanismo preconizado para aquela unidade de execução.-----

-----Tendo constatado que na inscrição para as intervenções do público, não foram recolhidos os elementos de contacto do interveniente que representava os moradores, naquela data, foi igualmente enviado, no passado dia dezassete de fevereiro, um email com os contactos para resposta da referida petição.-----

-----O artigo oitavo da Lei quarenta e três, de noventa, acima mencionada, refere o dever de exame e comunicação, referindo o número um deste artigo que “O exercício do direito de petição obriga a entidade destinatária a receber e examinar as petições, representações, reclamações ou queixas, bem como a comunicar as decisões que forem tomadas.” No mesmo sentido, os dispostos no número quatro e seguintes do artigo sexagésimo sexto, do Regimento desta Assembleia Municipal, remete o envio da petição para uma comissão, com audição dos peticionários, se desejado e elaboração de um relatório no prazo máximo de trinta dias, bem como, resposta aos peticionários e inscrição da apreciação dos relatórios na ordem do dia de uma Sessão Ordinária. - -----

-----À data de hoje, trinta de maio, volvidos cento e doze dias sobre a data de entrega desta petição nesta Assembleia Municipal e duas Sessões Ordinárias desta Assembleia Municipal depois, vimos, pelo presente, solicitar que a Senhora Presidente nos informe sobre: -----

-----A comissão de apreciação da petição, se ela foi ou não criada e a sua composição. Que nos informe igualmente do relatório elaborado sobre esta petição, dado que o mesmo regimento obriga à produção deste relatório e a data prevista para o agendamento da petição em Sessão Ordinária para apreciação nesta mesma Assembleia Municipal. -----

-----Aguardamos resposta ao agendamento da apreciação do relatório e à marcação da audiência pública com expectativa e com urgência face à gravidade da situação daquilo que se passa com o projeto das Torres do Espargal, que terá um impacto catastrófico nos bairros envolventes nesta área.-----

-----Pedimos, ainda, a sua intermediação para que seja tornado público, deverá existir um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relatório da participação preventiva que foi feita e que terminou em janeiro último e esse relatório ainda não foi tornado público, pelo que pedimos a sua intermediação junto dos autarcas para que o mesmo seja tornado público. -----

----- Ainda só dizer uma última coisa, que não tem a ver com esta nota, mas nós não tínhamos conhecimento da alteração das inscrições para as intervenções do público, das regras de inscrição e nesse sentido, deixo também um apelo, se era possível que se volte à versão antiga, em que embora abrindo no intervalo, que não se feche imediatamente a seguir as inscrições e como acontecia no passado, enquanto não tiver as seis pessoas para a intervenção que elas não sejam fechadas. Dito. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pela sua intervenção, mas eu queria esclarecê-la. Aliás, eu tenho recebido vários mails de pessoas que dizem serem subscritores da petição. O que acontece é que, enviei para a Câmara Municipal a petição e a resposta que tenho da Câmara Municipal é que o assunto está em estudo. Por isso, não vale a pena fazer o agendamento de uma questão que a Câmara está a estudar e nada avançou. Portanto, nada avançou, vamos esperar que a Câmara tome uma posição e diga o resultado do estudo que está a fazer, mas até lá...”-----

----- **A Senhora Eugénia Maria Pires, munícipe de Oeiras,** disse o seguinte: -----

----- “Mas qual estudo? Nós já sabemos que havia a questão das sombras, que ainda não nos foi entregue...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu não sei.”-----

----- **A Senhora Eugénia Maria Pires, munícipe de Oeiras,** disse o seguinte:-----

----- “Mas isso não invalida esta audição.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Invalida porque..., mas eu vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Nós

recebemos, enviei para a Câmara Municipal e a informação que obtive foi essa. Aliás, os mails que me têm sido enviados, e que são vários por dia, não vale a pena... com certeza, os senhores, sabem uns dos outros. Eu tenho dito: comunicar à requerente que a petição foi enviada à Câmara Municipal, onde ainda está em estudo. -----

-----Nada mais posso dizer.” -----

-----A **Senhora Eugénia Maria Pires, munícipe de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“A questão é que isto tem prazos de trinta dias para a produção do relatório e para a avaliação da petição.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pois, mas olhe, a verdade é que a Câmara Municipal não enviou nenhuma resposta e a informação que deu foi que o assunto estava a ser estudado. Portanto, não está arquivado, não está esquecido, não está posto de lado, está a ser analisado, é o que posso dizer.” -----

-----A **Senhora Eugénia Maria Pires, munícipe de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“Pois, mas, como imagina existem apenas cinco, se não me engano, sessões ordinárias para agendamento da própria discussão e é um tema bastante urgente e grave.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não está nada a ser construído, portanto, não há nenhum incumprimento. A resposta que eu lhe posso dar enquanto Presidente da Assembleia Municipal é esta. A Câmara Municipal a informação que dá é aquela que eu acabo de dizer.-----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer acrescentar alguma coisa? Quer acrescentar já ou quer ouvir a pessoa que tem... Muito obrigada, eu ouço é outra pessoa que está inscrita e depois o Senhor Vice-Presidente dar-lhe-á a informação.” -----

5.7. O Senhor Gonçalo Castro Pereira, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Muito obrigado por me dar este tempo de antena e aos demais representantes, Senhor Vice-Presidente e espero que também esteja aqui presente, não o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conheço pessoalmente, o representante da Junta.... (Peço desculpa, agradeço a ansiedade por me ouvirem e vou tentar agora que se oiça. Muito obrigado) e o Presidente da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo.-----

----- Ora bem, é uma questão de pormenor, mas que diz respeito à qualidade de vida dos munícipes, neste caso de Oeiras. Eu sou munícipe de Oeiras há mais de vinte e cinco anos e faço-o porque gosto de morar em Oeiras e porque sinto-me bem em Oeiras. Mas, efetivamente, a densidade urbanística que tem ocorrido, não só em Algés, mas em Oeiras na generalidade, que tem os seus motivos (não estou aqui para falar sobre estes temas), mas realmente tem impactos e um dos impactos é que por vezes, a qualidade de vida das pessoas, dos munícipes, chegam a casa, querem parar o carro tranquilamente e não o conseguem fazer. -----

----- Em Algés, na baixa de Algés, tem vindo a ser resolvido, foram construídos mais parques e parece que está a caminho a resolução, está encaminhado. Moro em Algés de Cima, na Rua Quinta da Formiga e em outubro deste ano, farão dez anos que eu reclamei a primeira vez do estacionamento indevido de autocaravanas naquela rua. Há um artigo do código da estrada que diz que veículos não podem estar mais do que trinta dias no mesmo sítio, salvo erro o artigo cento e sessenta e três, número um, alínea a) e o número dois. Portanto, sistematicamente, eu há dez anos que aviso e tem-me sido dada resposta, mas ação não tem acontecido. Sei que é difícil, há uma grande complexidade em identificar, no entanto, o problema permanece. Isso não posso negar, é um facto e vou continuar a reclamar nesse sentido.-----

----- Por outra coisa, que gostaria também... eventualmente pode facilitar a resolução destes temas, é a implementação do sistema de parquímetros. Ora, o sistema de parquímetros pode naturalmente fazer com que estas... e falo, se me permitem, agora... Se o fizeram noutros locais de Algés e eu sei que em Miraflores e tudo isso, acho que há qualidade de vida que deve ser preservada e quero continuar a morar no mesmo sítio onde moro, mas penso que pode ser trabalhado este aspeto. Não sei se é a solução, não sou técnico de ordenamento urbanístico, nem quero sê-lo, não

tenho essa pretensão, a minha única pretensão ao estar aqui presente, é ressaltar este tema, que é um tema que começa a ser complicado gerir.-----

-----Nós sabemos que há obrigatoriedade de ter garagem e das pessoas estacionarem lá os carros, mas as famílias crescem e como disseram e bem e todos os senhores sabem, o nível de vida em Oeiras da maior parte das pessoas tem filhos que conseguem ter carros cedo, que os pais têm essa possibilidade e, portanto, o problema avoluma-se, não reduz. Não sei se os parquímetros resolvem, se não resolvem, os senhores saberão melhor do que eu, mas acho que alguma coisa tem que ser feita, no sentido de conseguir manter a qualidade de vida que existe em Oeiras, que é importante para todos nós e é isso que faz com que pessoas como eu, habitem lá há mais de vinte e cinco anos. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

5.8. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Neste caso, eu iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente que talvez saiba o que dizer a este município. Nós encontramos uns que querem parquímetros e outros que não querem, mas, na realidade, por vezes, resolvem as situações. Eu pedia-lhe o favor então de dar as informações que têm.” -----

5.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Estou a aguardar apenas que os Senhores Deputados me permitam que eu responda aos municípios.-----

-----Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e a quem usou da palavra, começar por dizer ao Senhor Ricardo Felizardo, que não consigo responder-lhe hoje sobre a sua matéria, mas prometo tomar conta dela amanhã de manhã, quando chegar ao meu gabinete. Vou informar-me do que se passa com a araucária... eu sei, tomei nota vou ver amanhã...” -----

-----O Senhor Ricardo Manuel Felizardo, município de Oeiras, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção:-----

----- “Senhor Ricardo, agora, sou eu. Eu já o informei.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Felizardo, nós tomámos nota da sua questão e o Senhor Vice-Presidente vai tratar do assunto e eu também. Obrigada.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Sobre a questão das Torres do Espargal. Bom, mal seria se eu tivesse uma resposta imediata e se os serviços de Oeiras já tivessem respondido. Significava... eu, muitas vezes, tenho-me de controlar para tentar responder tranquilamente, em alguns momentos. Portanto, permitam-me que respire fundo.-----

----- Mal seria, se os serviços respondessem imediatamente, significava que, quando tivemos o cuidado ou o dever de ouvir, auscultar a população não tomávamos a devida nota da preservação que tivemos. Tomou-se a devida nota e está a ser trabalhado o assunto.-----

----- Naturalmente, na sequência daquilo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse, o assunto está em análise na Câmara efetivamente. Como deverão ter verificado, nada foi aprovado entretanto. Nada foi apresentado publicamente sem que vos fosse dado conhecimento. Portanto, está a ser apreciado e será dado conhecimento público de tudo.-----

----- Senhor Gonçalo Castro Pereira, permita-me dizer-lhe isto: é tão raro, eu encontrar munícipes, em algumas circunstâncias, que se dirijam com a educação que Vossa Excelência se dirigiu, que eu tenho que a salientar.-----

----- Dizer-lhe o seguinte: ontem de manhã, comecei o meu dia a reunir com uma multinacional que se quer instalar em Portugal. Hoje, articular questões de frente ribeirinha com a APL. No fim de semana, normalmente, tiro fotografias a autocaravanas que estão estacionadas em alguns sítios e envio para a Polícia Municipal. Portanto, ser autarca é isto, tanto lidamos com

questões muito grandes, como com questões pequenas. -----

-----Conheço o problema e acredite, lido com ele porque o pelouro da Polícia Municipal é meu e tenho sempre o mesmo problema. Nós notificamos, tem trinta dias para remover a viatura. Remove a viatura e depois, temos que ir lá outra vez notificar tem mais trinta dias, basta andar um lugar ao lado e em todo o lado é assim.-----

-----Colocou outra questão importante, os parquímetros. Os parquímetros são uma forma de gestão do estacionamento no espaço público, objetivamente. Reconhecendo, eu reconheço com facilidade que há sítios onde as pessoas os querem, sítios onde as pessoas não os querem e se levantam publicamente contra os parquímetros, muitas vezes não compreendendo que há outros tantos que os pedem. Portanto, efetivamente se Vossa Excelência nos trouxe o problema da Rua da Formiga e da questão da colocação dos parquímetros para enfrentarmos esse problema, é um caso a estudar. Tomei a devida nota.-----

-----Depois só uma nota final. O Município de Oeiras ou o Concelho de Oeiras, é aquele que ... ou é um dos na Área Metropolitana de Lisboa, que nos últimos vinte/trinta anos menos cresceu a população.-----

-----O Einstein dizia que era mais fácil quebrar o ato do que o preconceito e, às vezes, há muitas verdades que são propaladas que é importante que nós cruzemos com a estatística real. Metros quadrados de construção aprovado, licenciados, crescimento da população. Isto porque é fácil dizer coisas para o espaço público que parecem verdade e depois, muita gente, é convencida disso. E nós que estamos aqui nesta missão, muitas vezes, lidamos com isso e temos muita dificuldade em depois fazer passar a mensagem da realidade contra o preconceito que foi lançado. Portanto, agradeço-lhe muito de gostar de viver em Oeiras e digo-lhe que já que gosta tanto de viver aqui, estamos a fazer muito para que seja ainda melhor viver aqui em Oeiras. -----

-----Muito obrigado a todos. Boa tarde, obrigado Senhora Presidente.” -----

5.10. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, queria de levantar duas questões:-----

----- Primeira: foi-nos transmitido, e gostava que a Senhor Presidente me confirmasse ou desmentisse, que as inscrições para o público hoje encerraram durante o intervalo dos trabalhos desta Assembleia Municipal. Aquilo que está disposto, caso isto efetivamente se tenha verificado, vai contra aquilo que está disposto no número três, do artigo sessenta e sete do Regimento que diz que as intervenções no caso das sessões diurnas a inscrição é feita a partir do intervalo da sessão junto do apoio administrativo e não até ao intervalo da sessão...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Mas há mais alguém a querer inscrever-se no âmbito do público? Eu acho que não havia mais ninguém.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “A questão não tem a ver com o haver mais alguém...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Estavam cinco pessoas que se inscreveram no intervalo.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “A questão não tem a ver com se havia mais alguém ou não, isso foi-nos dito. Se se passou assim, agradecemos que a Senhora Presidente diga: isso não se passou assim...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não faço ideia. Não fui eu que fiz as inscrições. Mas as orientações que existem são as mesmas que sempre existiram, de se ir até às seis inscrições e foi durante o intervalo que foram recolhidas.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Se foi durante o intervalo, está tudo bem. A questão é ser a partir do intervalo e não até ao intervalo, porque isso pode dificultar a inscrição de pessoas. Não sei, se foi o caso que

aconteceu hoje ou não. Era apenas uma questão de ter em atenção a este número do regimento. --

-----Depois em concreto, em relação à questão da petição do Espargal, nós queremos chamar a atenção também para o artigo sessenta e seis, nomeadamente para os seus pontos seis, sete e oito. Isto porque o ponto seis diz que, mediante a entrega de uma petição será elaborado um relatório no prazo fixado, ou na ausência de fixação no prazo de trinta dias, podendo este relatório em função do interesse municipal do assunto, ser agendado na conferência de representantes dos grupos políticos municipais. O número sete diz que com base neste relatório tem de ser elaborado no tal prazo de trinta dias, caso haja ausência de fixação de outro prazo, será sempre dada resposta aos peticionários e informação à Assembleia e o número oito deste artigo, diz que a apreciação dos relatórios relativos às petições subscritas por um mínimo de duzentos e cinquenta cidadãos que, no caso da petição do Espargal é um número de cidadãos que é largamente ultrapassado, é obrigatoriamente inscrita na ordem do dia de uma sessão ordinária da Assembleia. -----

-----Portanto, independentemente de todos os estudos, de toda a informação que a Câmara esteja a apurar em paralelo, nada diz se interrompe o cumprimento destes pontos do regimento aqui na Assembleia Municipal. -----

----- E, portanto, eu apelava à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, independentemente de todo o trabalho que a Câmara esteja a fazer, que certamente terá muito utilidade também nas resposta aos funcionários que cumpríssemos com o disposto nestes pontos do regimento, já não estamos propriamente dentro do prazo que o regimento diz, mas seria bom que procurássemos cumprir na mesma para que pudéssemos discutir e, no fundo, cumprir com aquilo que é um direito que assiste aos peticionários e com o qual nós não podemos estar em incumprimento enquanto Assembleia Municipal, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, desculpem, mas não é possível fazermos este tipo de... -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado, devo dizer-lhe que o assunto está em avaliação na Câmara Municipal- -----

----- . Vamos agendá-lo para uma reunião e a questão é: falamos de quê? Daquilo que foi apresentado? Não há ainda nenhum resultado. Vamos ver, se o Senhor Vice-Presidente visse que havia alguma coisa que evoluiu sobre esta questão, que havia alguma obra no terreno ou alguma coisa. Tudo bem, agora a Câmara tem o direito de rever e de avaliar novamente a questão e ainda bem que o está a fazer. -----

----- Os senhores querem que no dia seguinte se faça uma reunião, trinta dias depois...” --

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Nós só queremos que se cumpra o regimento. Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Desculpe, a lei não é cega. Está em avaliação e nós sabemos ler e sabemos interpretar.” -----

5.11. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu compreendo a sua justificação, mas não posso de maneira nenhuma concordar com ela. Isto porque o artigo é muito claro, e diz assim:-----

----- Será elaborado um relatório no prazo fixado, ou na ausência de fixação, no prazo de trinta dias, podendo em função do interesse municipal propor o seu agendamento. Na prática, ainda não houve proposta do agendamento. -----

----- Este assunto ainda não foi proposto ser agendado e aquilo que lhe estamos a pedir e que corroboro com aquilo que o Senhor Deputado Tomás Perestrelo (EO) disse, é que temos que agendar este ponto. Se a Câmara não tem capacidade técnica para dar resposta à petição, nós teremos a capacidade suficiente política para analisar o que lá está, como é evidente.-----

----- O que a Senhora Presidente acabou de dizer é que a Câmara não tinha dado resposta. Nós temos que analisar o problema, nós temos prazos e nós não temos que esperar por aquilo que

é a resposta da Câmara ou não. -----

-----Nós temos que dar resposta a isto e como tal, aquilo que temos que lhe pedir, Senhora Presidente, é que faça o favor de nesta, como na outra petição e também o abaixo-assinado, fazer o favor de, uma vez por todas, agendar, independentemente de a informação estar ou não estar completa na sua perspetiva. -----

-----Muito obrigada.”-----

5.12. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte: -----

-----“Dizer que obviamente concordo com aquilo que os meus colegas acabaram de dizer e acrescentar apenas que não está em causa a evolução do tema para a Câmara. -----

-----O que está em causa é um direito daquelas pessoas, previsto no Regimento e, portanto, querem ser ouvidas e têm o direito a ser ouvidas nesta Assembleia e a nós cabe-nos ouvi-los, independentemente das diligências que a Câmara tenha ou não tenha para fazer sobre o tema. Isso não nos compete agora nesta fase, compete-nos ouvi-los. Só isso.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“E é aquilo que estamos a fazer, é ouvi-los.”-----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:-----

-----“Não estamos a cumprir com um direito que lhes assiste e que eles reivindicaram.”--

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Chegámos ao fim do nosso período de intervenção do público e as intervenções dos Senhores Deputados, que têm direito a fazer durante três minutos sobre as questões aqui colocadas.

-----Obrigado pela vossa presença, agradeço a todos e a quem está em suas casas e nos acompanham também. Muito boa noite.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----A Segunda Secretária,-----

